



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

EMANUELA FERREIRA MATIAS

**DEUS CRIOU O MUNDO E NÓS CONSTRUÍMOS O CONJUNTO PALMEIRAS:
QUILOMBISMO URBANO DE POPULAÇÕES AFRODESCENDENTES EM
FORTALEZA-CEARÁ**

FORTALEZA

2019

EMANUELA FERREIRA MATIAS

DEUS CRIOU O MUNDO E NOS CONSTRUÍMOS O CONJUNTO PALMEIRAS:
QUILOMBISMO URBANO DE POPULAÇÕES AFRODESCENDENTES EM
FORTALEZA-CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial a obtenção de título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M38d Matias, Emanuela Ferreira.
Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras : Quilombismo urbano de populações afrodescendentes em Fortaleza-Ceará / Emanuela Ferreira Matias. – 2019.
127 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior.
1. Conjunto Palmeiras. 2. Movimento Social. 3. Afrodescendência. 4. Quilombismo Urbano. 5. Umbanda. I. Título.

CDD 370

EMANUELA FERREIRA MATIAS

DEUS CRIOU O MUNDO E NÓS CONSTRUÍMOS O CONJUNTO PALMEIRAS:
QUILOMBISMOS URBANO DE POPULAÇÕES AFRODESCENDENTES EM
FORTALEZA-CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial a obtenção de título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria de Fátima Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Rosa Maria Barros Ribeiro
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Reginaldo Ferreira Domingos
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

A todas as mulheres de Terreiros, em especial, em memória à Mãe de Santo Dona Francisca, que faleceu no curso desta pesquisa. Por toda a sua contribuição à memória ancestral através do culto da Umbanda no Conjunto Palmeiras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, ao Pai Oxalá, que deu permissão para que este encontro entre eu e meu orientador se cumprisse. Agradeço aos meus ancestrais que me concederam a chance de poder falar sobre nossas origens. E por colocar as pessoas certas no meu caminho para que eu pudesse chegar até aqui, vencendo os medos e as dificuldades encontradas.

Agradeço aos meus pais: Francisca Ferreira e Manoel Leocádio, que mesmo sem entender este processo da vida acadêmica apoiam meus sonhos. Sou quem eu sou por vocês.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Henrique Antunes Cunha Junior, por confiar em mim e por estar sempre lado a lado na pesquisa. Grande homem que vem contribuindo para a entrada de negras e negros em um espaço majoritariamente de branco. Nós negros não chegamos a 1% nos programas de pós-graduação das universidades federais do Brasil. Agradeço por continuar insistindo em romper essa lógica.

À professora Dra. Rosa Barros, admirável mulher que também vem rompendo as lógicas perversas da precarização do ensino público. Obrigada por aceitar avaliar este trabalho.

À professora Dra. Fátima Vasconcelos, uma guerreira comprometida com a educação. Grata por aceitar fazer parte da minha trajetória.

Ao professor Dr. Reginaldo, por romper as barreiras da distância e se fazer presente na avaliação do meu trabalho. O senhor me engrandece com sua honrosa presença. Obrigada professor, por aceitar fazer parte da minha construção acadêmica.

Ao meu grande amigo e companheiro Rafael Oliveira Frota, que esteve comigo na trajetória de construção deste trabalho. Obrigada irmão, conte comigo sempre!

Agradeço a todos os Terreiros de Umbanda do Conjunto Palmeiras, Pai Edilson, Pai Baiano, Pai Leandro (Lelê), Pai Douglas, Pai Tam, Pai Jorge, Mãe Aldenora, Mãe Neila, Pai Berg, Mãe Vera, D. Esmeral e Pai Neudo e à Mãe Francisca (*in memórian*).

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Ética, Educação e Formação Humana, na pessoa da professora Lia Matos, que tão grandiosamente nos auxiliou e nos ajudou para que este momento acontecesse. Ao Jarles Lopes, grande companheiro nessa trajetória e a professora Lourdes.

Às minhas amigas de trajetória, em especial, Sâmia Paula e Auricléia.

Às companheiras de luta e do movimento social e popular do Conjunto Palmeira, Patrícia Freire, Iziane Silvestre e Valmira Gualberto.

Ao Companheiro José Elimar de Sousa, pela construção dos mapas.

À associação das Mulheres em Movimento e a todas do Batuque de Mulher, espaços que me fortaleceram nesta caminhada.

Obrigada a todos e todas, continuemos firmes nas batalhas!

Raízes da Angola
Chegou da risca do Mar
Raízes de Angola
Virou quilombola
Virou capoeira
Viveu a lutar!
E na cultura brasileira
Raízes da Angola tem o seu lugar
E aqui no Conjunto Palmeiras
Raízes da Angola
Me ensina Jogar

(Parahyba e Cia Bate Palmas,
Música: Raízes da Angola)

RESUMO

O Conjunto Palmeiras é um bairro de maioria afrodescendente, tendo 45 anos de história de lutas e resistência como marca da força do movimento social organizado, que lutou e construiu sua própria urbanização. Abriga uma população de 36.599 mil habitantes, sendo que deste total, 27.7 mil se intitulam pardos e negros, de acordo com o último senso do IBGE, em 2010. Historicamente o bairro é conhecido pelas lutas sociais urbanas, mas não traz o aspecto racial, pois o bairro não é reconhecido como um território negro, apesar de sua população ser majoritariamente negra e sofrer com a segregação social e espacial que estão diretamente ligadas ao racismo estrutural praticado pelo Estado. Diante disso, o objetivo principal deste trabalho é evidenciar o Conjunto Palmeiras como um bairro de maioria afrodescendente, reconhecendo a memória de suas lutas e resistência, como prática do quilombismo urbano, dando visibilidade às populações tradicionais de matriz africana e a prática da Umbanda. Desse modo, narramos a história do Conjunto Palmeiras sobre a perspectiva de outros narradores não conhecidos das pesquisas sociais, os negros e negras, colocando em evidência as populações tradicionais de terreiro, no caso a Umbanda, que marca a influência ancestral africana no território. Utilizamos o método de pesquisa da Afrodescendência em que se estabelece uma relação sujeito da pesquisa e sujeito pesquisador, partindo do reconhecimento que os dois são partes do mesmo conjunto, a experiência de vida do sujeito pesquisador com o ambiente pesquisado estão entrelaçados. O aporte teórico sustenta-se em Nascimento (1980), Ratts (2006), Cunha Junior (2002, 2004, 2015), Santos (2013), Moura (1993), Castro (1977), Sobrinho (2011), Barros e Rolnik (1995), dentre outros. Conclui-se que nossa maior representação ancestral africana é a Umbanda e que o movimento social do Conjunto Palmeiras não reconhece o bairro como sendo de maioria negra. Logo, é necessário fazermos a luta que tenha como pauta central a luta dos afrodescendentes e lutarmos por políticas públicas que favoreçam a cultura, a identidade e a vida dos negros e negras do Conjunto Palmeiras.

Palavras-chave: Conjunto Palmeiras. Movimento Social. Afrodescendência. Quilombismo Urbano. Umbanda.

ABSTRACT

Conjunto Palmeiras is an afrodescendant majority neighborhood, having 45 years of history of struggles and resistance as a mark of the strength of the organized social movement, which fought and built its own urbanization. It is home to a population of 36, 599,000, of which 27,700 are called brown and black, according to the latest sense of the IBGE in 2010. Historically the neighborhood is known for urban social struggles, but does not bring the racial aspect, because the neighborhood is not recognized as a black territory, although its population is mostly black and suffers from social and spatial segregation that are directly linked to structural racism practiced by the state. In view of this, the main objective of this work is to highlight Conjunto Palmeiras as a neighborhood with an afrodescendant majority, recognizing the memory of its struggles and resistance, as the practice of urban quilombism, giving visibility to traditional populations of African matrix and the practice of Umbanda. In this way, we narrate the history of Conjunto Palmeiras from the perspective of other narrators not known from social research, blacks and blacks, highlighting the traditional terreiro populations, in this case the Umbanda, which marks the ancestral African influence in the territory. We use the research method of afrodescendence in which a relationship between the research subject and the research subject is established, starting from the recognition that the two are parts of the same set, the life experience of the research subject with the researched environment is intertwined. The theoretical contribution is based on Nascimento (1980), Ratts (2006), Cunha Junior (2002, 2004, 2015), Santos (2013), Moura (1993), Castro (1977), Sobrinho (2011), Barros and Rolnik (1995), among others. It is concluded that our largest ancestral African representation is Umbanda and that the social movement of Conjunto Palmeiras does not recognize the neighborhood as being mostly black. Therefore, it is necessary that we make the struggle that has as central agenda the struggle of afro-descendants and fight for public policies that favor the culture, identity and life of the blacks of Conjunto Palmeiras.

Keywords: Palms Set. Social Movement. Afrodescendence. Urban Quilombism. Umbanda.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do Conjunto Palmeiras ao Centro de Fortaleza	18
Figura 2- Representação do Jangurussu na arte de Descarte Gadelha	19
Figura 3- Rotas de entrada e saída do Conjunto Palmeiras	20
Figura 4- Maria Beatriz Nascimento	23
Figura 5- Abdias Nascimento	24
Figura 6- Carta de Fortaleza em 1726, mandada executar por Manuel Francês	35
Figura 7- Desenho de como seria o Forte de São Sebastião na Barra do Ceará.....	35
Figura 8- Planta do Forte Schoonenborch	36
Figura 9- Mapa da ocupação do Ceará- Sertão de Dentro e Sertão de Fora.....	37
Figura 10- Identificação dos escravizados por sua etnia	38
Figura 11- Chico da Matilde- Dragão do Mar	39
Figura 12- Primeira planta da cidade de Fortaleza, feita por Adolfo Herbster 1975	41
Figura 13- Segundo farol da Mucuripe.....	41
Figura 14- Bonde elétrico na Rua Floriano Peixoto	42
Figura 15- Casa dos Jangadeiros praia Mansa em 1952.....	44
Figura 16- Família esperando a reconstrução da casa no Lagamar	46
Figura 17- Bairro Lagamar cortado também pelo Rio Cocó.....	46
Figura 18- Região de onde vieram as famílias	47
Figura 19- Produção da garrafa empalhada no Conjunto Palmeiras	50
Figura 20- Construção e reforma da ASMOCONP.....	52
Figura 21- Manifestação pela água no Conjunto Palmeiras	53
Figura 22- Obras do Canal de Drenagem e saneamento básico na década de 1980.....	54
Figura 23- Praça do Conjunto Palmeiras construída pelo povo	55
Figura 24- Dona Marinete Brito, líder comunitária do Conjunto Palmeiras	58
Figura 25- Maria Caetana de Souza, minha Bisavó	60

Figura 26- Carteira de Trabalho da minha bisavó	61
Figura 27- Minha bisavó Terezinha	62
Figura 28- Família Matias comemorando o aniversário da minha vó Terezinha.....	63
Figura 29- Documento do terreno comprado no Trairi	65
Figura 30- Meu tio avô Raimundo cercado por meus primos	66
Figura 31- Aniversário de 92 anos de Mãe Caetana.....	67
Figura 32- Casamento dos meus pais em 1982	69
Figura 33- Valas da Rua Alcides Gerardes na década 1990.....	70
Figura 34- Ao fundo casa de Seu Mundim e Dona Maria em 1984.....	71
Figura 35- Palhoça no Conjunto Palmeiras na década de 1990	75
Figura 36- Jovens recebendo o Sacramento da Eucaristia	75
Figura 37- Eu como catequista com 15 anos de idade	77
Figura 38- Prédio da Rádio Santo Dias	78
Figura 39- Foto tradicional encerrando a Alfabetização da autora	80
Figura 40- Minha participação no Projeto Bairro Escola de Trabalho.....	84
Figura 41- Banco Palmas na Rede.....	85
Figura 42- Caderno da Escola Popular Cooperativa	86
Figura 43- Noite de entrega do Prêmio Solidário em 2016.....	87
Figura 44- Manifestação em defesa da UECE.....	90
Figura 45- Gestão do Centro Acadêmico Lauro de Oliveira Lima	90
Figura 46- Grupo de Pesquisa Ética, Educação e Sociabilidade	92
Figura 47- Apresentando meu TCC	93
Figura 48- Mulheres da Associação das Mulheres em Movimento (AMEM)	94
Figura 49- Batuque de Mulher na marcha do 8 de março de 2018	95
Figura 50- Roda de terreiro na rua ano 2017 realizada pelo Café com Preto.....	100
Figura 51- Preparativos para o evento Café com Preto	101
Figura 52- <i>Fly</i> de divulgação na internet do Café com Preto	101

Figura 53- Mapa do Conjunto Palmeiras.....	103
Figura 54- Pai Berg de fardamento amarelo.....	106
Figura 55- Pai de Santo Lelê (Leandro)	106
Figura 56- Terreiro da Mãe Amiguinha, hoje Administrado por Mãe Vera	107
Figura 57- Terreiro do Pai Tam do Vira Mundo	109
Figura 58- Pai Tam no terreiro	109
Figura 59- Localização de terreiros desativados	110
Figura 60- Mãe Neila no Terreiro	111
Figura 61- Pai Edilson	112
Figura 62- Pai Hélio ou Baiano, como é conhecido	113
Figura 63- Terreiro da Mãe Francisca no dia do Velório	116
Figura 64- Altar das imagens do Terreiro da mãe Francisca.....	117
Figura 65- Erês do Terreiro	118
Figura 66- Pai Jorge em atividade no terreiro	119
Figura 67- Mapa das subdivisões de território no Conjunto Palmeiras.....	120
Figura 68- Mapa da concentração do serviços público no Conjunto Palmeiras.....	121
Figura 69- Final da Rua Maguari onde está localizado o Terreiro do Pai Jorge e a Casa Café com Preto.....	122

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Terreiros que estão no Jangurussu	102
Tabela 2 - Terreiros ativos no Conjunto Palmeiras	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AMEM	Associação das Mulheres em Movimento
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
CA	Centro Acadêmico
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará Conselho Nacional de Educação
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CSU	Centro Social Urbano
EEEP	Encontro Estadual de Estudantes de Pedagogia
EPC-Palmas	Escola Popular Cooperativa do Palmeiras
FNB	Frente Negra Brasileira
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEAFRO	Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JUCRISPA	Pastoral Operária, Juventude Cristã do Conjunto Palmeiras
LGT	Lei Geral de Telecomunicações
MNU	Movimento Negro Unificado
NACE	Núcleo de Africanidades Cearense
NUAFRO	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Afrobrasilidade, Gênero e Família
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PPGE-UFC	Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará
PRORENDA	Programa de Trabalho e Renda
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UECEVEST	Pré-vestibular da Universidade Estadual do Ceará

UECUM	União Espírita Cearense de Umbanda
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

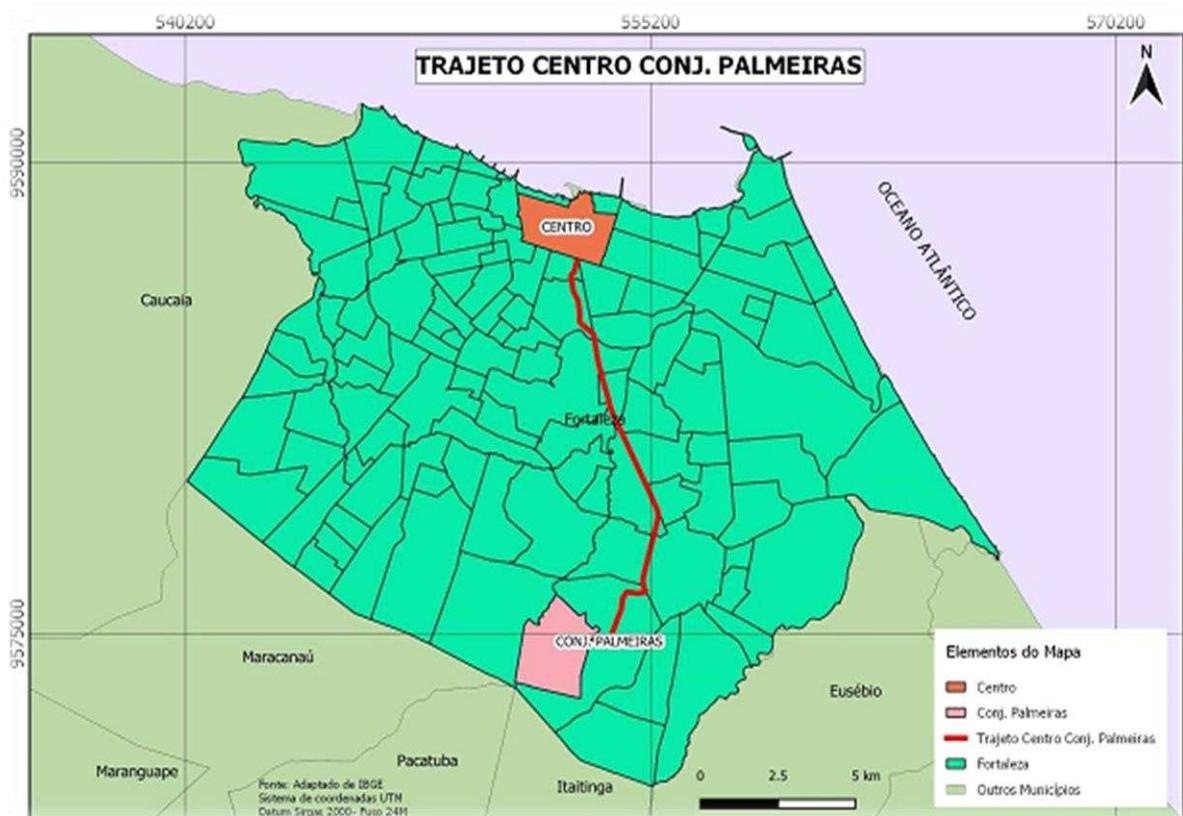
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 METODOLOGIA	23
2.1 O método de estudos afrodescendente	25
2.2 Os quilombos urbanos como parte do quilombismo	27
2.3 Bairro de Maioria Afrodescendente	30
3 EVOLUÇÃO URBANA DE FORTALEZA E FORMAÇÃO DO CONJUNTO PALMEIRAS	33
3.1 Breve histórico de Fortaleza e suas transformações sociais e urbanas	34
3.2 Evolução urbana de Fortaleza no cenário do século XIX e XX	40
3.3 Higienização social do centro e da orla marítima: construção dos conjuntos habitacionais na década de 1970	45
3.4 Transferência dos Moradores da praia para o Conjunto Palmeiras e a manutenção da pobreza	47
3.5 A luta por investimentos públicos no Conjunto Palmeiras	51
4 ENTRELACAMENTO DA MINHA HISTÓRIA DE VIDA E A HISTÓRIA DO CONJUNTO PALMEIRAS	57
4.1 Caetanos e Matias: trajetórias no entrelaçamento de construção do conjunto Palmeiras	58
4.2 Trajetória de vida e papel social na minha comunidade	74
5 NOS TERREIROS DO CONJUNTO PALMEIRAS: O PATRIMÔNIO DOS AFRODESCENDENTES	96
5.1 Aproximação com os Terreiros	77
5.2 Comunidades Tradicionais de Terreiro de Umbanda como marca da Afrodescendência no território do Conjunto Palmeiras	102
5.2.1 A morte física de um terreiro: falecimento da Mãe de Santo Dona Francisca	115
5.2.2 Transmissão de saber nos terreiros: os erês	117
5.2.3 Resistência dos Terreiros de Umbanda	119
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

O Conjunto Palmeiras é parte integrante da minha existência. Foi lá que me criei e onde se realiza até hoje a minha vida. Para a cidade de Fortaleza é apenas um bairro distante do centro, estando a 18 km deste, mas para nós, moradores, o bairro é resultado de nossas vivências em lutas sociais. Intitulo esse trabalho parafraseando o que está sobre a maquete exposta na Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, que diz: “Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras”. Também ousei dizer no meu trabalho de conclusão de graduação em pedagogia a comparação “Palmeiras outra Palmares”; um “quilombo urbano” pela sua forte história de lutas, vivências e resistências, sobretudo, pela construção e urbanização do bairro. Neste texto apresento o desenrolar de um trabalho de pesquisa que visa à transformação da história oral em um documento escrito, em uma dissertação de mestrado que narra a nossa saga, desde o nascimento do Conjunto Palmeiras.

Figura 1: Localização do Conjunto Palmeiras ao Centro de Fortaleza



Fonte: Elaborado por José Elimar.

Até bem pouco tempo, mais precisamente até 2007, o Conjunto Palmeiras pertencia ao bairro Jangurussu, endereço do Aterro Sanitário de Fortaleza, por 20 anos (1978

a 2008). A figura abaixo mostra um olhar do artista plástico Descarte Gadelha sobre o Aterro do Jangurussu.

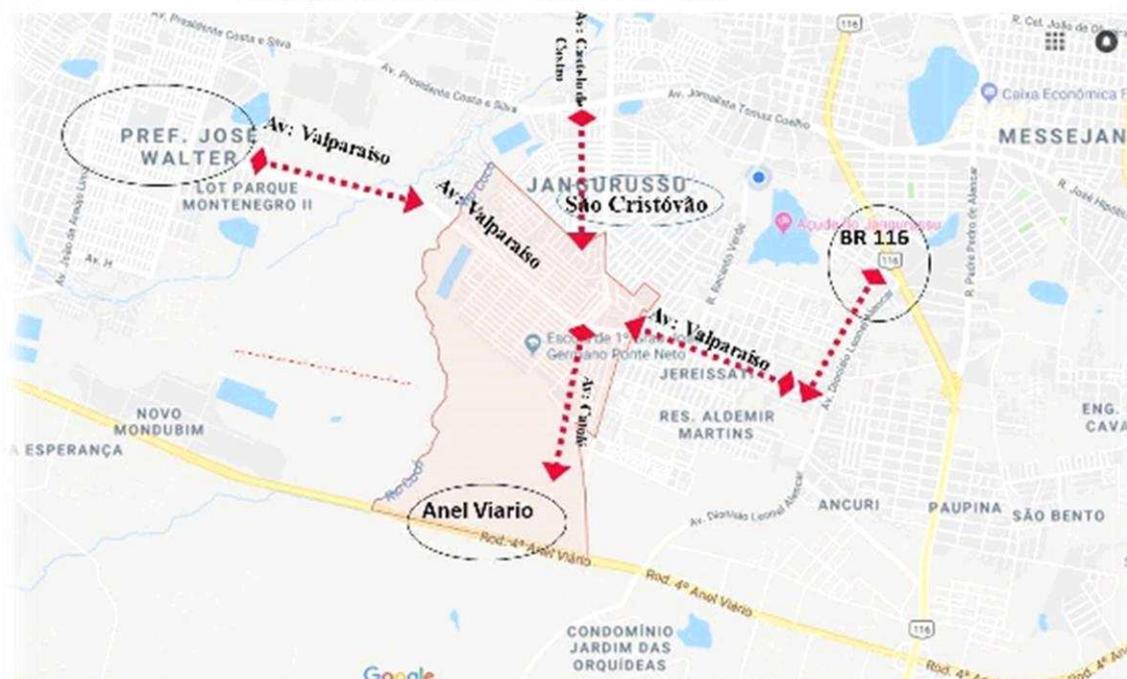
Figura 2: Representação do Jangurussu na arte de Descarte Gadelha



Fonte: MAUC, 15. Galeria 1989.1.

As principais referências para quem quer vir ao Conjunto Palmeiras pela primeira vez é o bairro Messejana e o Conjunto São Cristóvão, território do grande Jangurussu. O São Cristóvão é a principal porta de entrada do Conjunto Palmeiras de quem vem da região leste, oeste e centro de Fortaleza. O bairro tem quatro saídas: uma para quem vai para o anel viário, seguindo pela rua Catolé, outra saída é seguindo pela avenida principal do bairro, Avenida Valparaíso, no sentido oeste chegará no bairro José Walter e ao leste pela mesma Avenida Valparaíso chegará à BR 116 passando pelo bairro Santa Maria. A figura seguinte mostra as rotas de entradas e saídas do Conjunto Palmeiras acima descrito.

Figura 3: Rotas de entrada e saída do Conjunto Palmeiras



Fonte: Elaborado por José Elimar.

O Conjunto Palmeiras tem 45 anos de história, de vitórias sociais e lutas sobre diversos desafios urbanos, no entanto, carrega a marca desses sofrimentos, sendo que essa realidade precisa ser compreendida no sentido de avanço dos movimentos sociais e em particular do movimento negro. Abriga uma população de 36.599 de habitantes, sendo que deste total 78,7% se declaram pardos ou negros, de acordo com o censo demográfico do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010. O bairro tem o menor índice de desenvolvimento humano da cidade de Fortaleza, de acordo com a mesma pesquisa.

Ao analisar estes dados podemos considerar o Conjunto Palmeiras como território de maioria afrodescendente só pelo número populacional. Mas para tanto, resolvi contar a história do Conjunto Palmeiras, falando sobre outras perspectivas de narradores que trazem a ancestralidade e a cultura africana na comunidade, para isto colocando em evidência as populações tradicionais de terreiros, como a Umbanda, visto que é a prática religiosa mais desenvolvida no bairro. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar o Conjunto Palmeiras como um bairro de maioria afrodescendente, reconhecendo a memória de suas lutas e resistência como prática do quilombismo urbano. Para tal, tem os seguintes objetivos específicos: i) apresentar as definições de quilombismo urbano e definições sobre bairro de maioria afrodescendente; ii) fazer um breve histórico da urbanização de Fortaleza até as ocupações nas periferias da cidade; iii) relacionar a minha história com a história do

Conjunto Palmeiras; iv) visibilizar as práticas dos terreiros de Umbanda no Conjunto Palmeiras.

Abdias Nascimento considerava toda ação de luta e resistência, o modo de organização dos negros e negras na cidade e no campo e em todos os lugares, como um levante, uma ação de luta contra o racismo e as desigualdades sociais e todas as formas de opressão contra o negro e negra brasileiro. “O quilombismo se estruturava em formas associativas” (NASCIMENTO, 1979, p. 254). Sendo assim, ao considerar o bairro Conjunto Palmeiras como de maioria afrodescendente, e ao analisar sua história de luta que teve em sua maioria homens e mulheres negras, vamos fazer uma analogia das suas lutas, manifestações e organização pela urbanização do bairro na década de 1970 à atualidade, com o aspecto do quilombismo urbano pensado por Abdias Nascimento.

“Deus criou o mundo e nós o Conjunto Palmeiras” com nossa própria força e organização, tendo em vista a caracterização dessas lutas como quilombismo urbano e compreendendo que somos continuidades históricas de nossos antepassados que vivenciaram lutas negras para sobreviver no estado do Ceará.

Os racistas de qualquer cor, sob a máscara de apenas reacionários, dirão que os ghettos existem disfarçados em favelas em várias cidades européias, não sendo um fenômeno tipicamente brasileiro. A tipicidade está em que a maioria absoluta dos favelados brasileiro, cerca de 95%, são de origem africana. Este detalhe caracteriza uma irrefutável segregação racial de fato. Isto no que se concerne à população negra urbana (NASCIMENTO, 1979, p. 254).

Partindo deste trecho dos escritos de Abdias Nascimento e das reflexões a partir da percepção da realidade de segregação do Conjunto Palmeiras, percebi no meu bairro como população de cor negra vivia e onde estava localizada, fui me dando conta da realidade, que não se tratava apenas de uma questão apenas de classe, mas também de cor. Ao descortinar minha história de mulher negra e perceber o lugar que eu morava o Conjunto Palmeiras, e pensando a história do bairro na perspectiva afrodescendente veio o interesse de fazer esta pesquisa de mestrado.

As lutas sociais que travamos desde a época que surgiu o Conjunto Palmeiras em 1973 estão diretamente ligadas ao que entendemos como segregação racial. A pobreza submetida às negras e negros trata-se de um projeto político de nação que trataram e tratam as populações afrodescendentes de forma subalterna à margem da sociedade até os dias de hoje.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares [...]. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição (ALMEIDA, 2018, p. 38).

O modo como as grandes cidades são planejadas trata de expulsar os mais pobres para dar um lugar e condições melhores para quem já tem boas condições, enquanto aqueles são levados para as margens da cidade, para os lugares mais longínquos dos centros urbanos. Como forma de mascarar essa situação os problemas sociais no Brasil são tratados de forma universal como uma única questão de classe, por quem pensa as teorias e governos que fazem a política pública. De acordo com Almeida (2018) e Cunha Junior (2008), o racismo antinegro estrutura todos esses problemas sociais, o racismo estrutural é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos radicalizados são estruturalmente reproduzidas.

Para Almeida (2018), racismo estrutural se define como sendo uma prática da sociedade baseada numa ação que começa individual, passa pelo institucional e torna-se estrutural. Essa concepção faz com que as instituições que são feitas de pessoas racistas pratiquem racismo em toda a estrutura que norteiam as relações de poder. Assim, entendemos que o racismo estrutura toda a sociedade. Segundo o autor, as pessoas são racistas e pessoas fazem o Estado, e assim todo Estado é racista.

2 METODOLOGIA

Utiliza-se nesta investigação o método de estudos afrodescendente, onde se estabelece uma relação sujeito da pesquisa e sujeito pesquisador, sendo que os dois são partes do mesmo conjunto de vida. A experiência de vida do sujeito pesquisador com o ambiente da pesquisa é importante nesta metodologia.

Neste capítulo define-se também quilombos urbanos, a partir de Beatriz Nascimento (1970), e quilombismo, por Abdias Nascimento (1980), sendo um parte do outro. Segundo Ratts (2006), Beatriz Nascimento foi uma mulher negra nordestina, nascida em Sergipe, Aracajú. Veio para o Rio de Janeiro aos 7 anos de idade em 1949. Tinha 10 irmãos filha de dona, Rubina Pereira do Nascimento e de Francisco Xavier do Nascimento. A família se instala em Cordovil, subúrbio do Rio de Janeiro. Coursou história no período de 1968 a 1971 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora na Rede Estadual de Ensino do Janeiro integrou o grupo de trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense (UFF). Seu trabalho de maior repercussão foi a autoria e produção do Filme Orí (1989), dirigido pela Socióloga e Cineasta Raquel Gerber. Em 1995, o ano da sua morte, Beatriz Nascimento, estava cursando mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, aluna do Professor Muniz Sodré. Morreu no dia 28 de Janeiro de 1995, vítima da violência contra mulher ao defender uma amiga. Beatriz não chegou a concluir seu mestrado, mas sua produção acadêmica é de grande relevância no movimento negro e na academia até os dias de hoje.

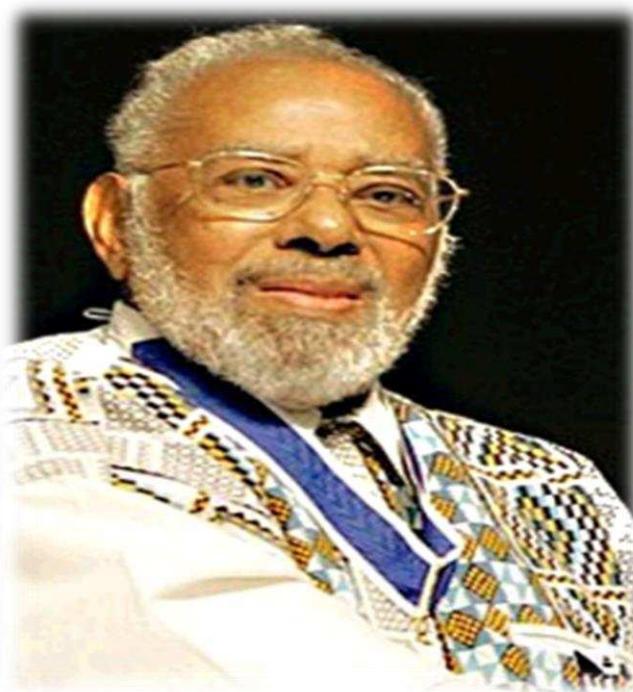
Figura 4- Maria Beatriz Nascimento



Fonte: Arquivo Nacional (2019).

Abdias Nascimento, importante intelectual, ativista e político negro, dramaturgo e poeta, nasceu em Franca, interior de São Paulo, no dia 14 de março de 1914. Teve sua trajetória marcada pela sua militância e contribuição na organização do movimento negro no Brasil. Integrou a Frente Negra Brasileira (FNB). 1944 cria o Teatro Experimental do Negro. Em 1970 colabora para criação do Movimento Negro Unificado (MNU). Na década de 1980 cria o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), na PUC-SP. Insere-se na vida política integrando a executiva nacional do partido e criando a nível nacional a Secretaria Nacional de Negros e Negras do Partido Democrático Trabalhista (PDT). De 1983 a 1987 é deputado federal e de 1997 a 1999 assume como senador da republicana vaga de Darcy Ribeiro. Tem várias obras publicadas, ao longo de sua trajetória, bem com participação e realização de congresso. Suas principais obras são: *Sortilégio: mistério negro* (1978); *O genocídio do negro brasileiro*(1978); *Quilombismo*(1980), dentre outras. Abdias Morre em 24 de 2011. Uma das suas principais conquistas como parlamentar é a criação do dia 20 de Novembro em memória a Zumbi do Palmares.

Figura 5- Abdias Nascimento



Fonte. Wikipedia (2019).

Sobre o ponto de vista desse dois autores de grande relevância para o movimento negro brasileiro argumento sobre o movimento de resistência negra que vem acontecendo

dentro das periferias, visto que para Beatriz Nascimento os grandes centros urbanos são continuidades de agrupamentos negros, os quilombos que se organizaram nas cidades se transformaram em verdadeiras favelas em meio aos centros urbanos. Já Abdias Nascimento, discorre que os bairros de maioria afrodescendente em seus movimentos de resistência vêm praticando verdadeiro ato de quilombismo. Norteada por essas ideias ousou denominar as lutas e movimento do Conjunto Palmeiras como quilombismo urbano de populações afrodescendentes.

2.1 O método de estudos afrodescendente

Os estudos afrodescendentes consistem num método de pesquisa que se ancora na vida e na participação do pesquisador no cotidiano do ambiente da estudo da pesquisa. O lócus da pesquisa está no cotidiano e na própria vida do pesquisador, e a observação sobre um lugar à procura da interpretação histórica deste lugar. Trata-se de uma pesquisa participante e ancorada na retrospectiva do passado e do presente, com a vantagem do sujeito pesquisador já conhecer o sujeito pesquisado ou o local de investigação e ter a tarefa de reinterpretá-lo, redescobri-lo com outro conjunto de informações ampliadas, e com novos olhares, sistematizando a informação e os conhecimentos existentes.

A pesquisa afrodescendente é participante e procura enfoque na história, geografia, política, cultura, urbanismo e na educação, formando as observações e o processamento das ideias de forma transdisciplinar. Esse método se fundamenta nas longas experiências já apresentadas no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará, desde 1995 quando da dissertação de mestrado da professora Dra. Rosa Barros Ribeiro o Professor Henrique Cunha Junior fundamenta esse método da Afrodescendência como:

[...] A Afrodescendência é definida no campo da etnia tendo base como a história sociológica. As dificuldades encontradas nas práticas de pesquisa nos levaram procurar uma maior explicitação das metodologias de pesquisas utilizados. Trata-se de uma sistematização da perspectiva de afastamento e de ruptura como o eurocentrismo. [...] Visa uma autonomia do pensamento dos afrodescendentes. Em relação com um eurocêntrica produção ocidental. Trata-se do processo da produção de conceitos e de metodologias dentro de um projeto científico de expressão das afrodescendências com finalidade de uma mudança das relações sociais brasileiras. Inscreve-se no âmbito dos Movimentos Sociais de Maioria afrodescendentes. Entretanto um guarda Particularidade da procura de inspiração africana nenhum conhecimento de base.

Nesta metodologia o esforço do trabalho empírico é sempre maior que o teórico. Procura-se realizar uma biografia histórica crítica de um lugar onde os patrimônios culturais escrevem parte da história geográfica, próximo a etnografia densa da antropologia e ampliada pela transdisciplinaridade e pelo conhecimento prévio do sujeito pesquisador sobre o lugar.

Esse método de produzir a história do povo desligada de conceitos eurocêntricos visa colocar os estudos em caixas fechadas e defini-los apenas como problemas estruturais capitalista, como problemas de uma área do conhecimento, sendo que aqui sem levar em consideração o racismo antinegro no Brasil.

Os índices são reveladores quando apresentam mais de 53% da população brasileira como afrodescendente. Isso denota que há um racismo epistemológico, que a cultura africana no Brasil não é evidenciada como patrimônio brasileiro. A realidade histórica afro-brasileira precisa ser revelada e contada ao seu povo, criando com esse uma identidade positiva com seus antepassados, mantendo viva a história da cultura africana em nossos territórios.

As populações tradicionais afro-brasileiras têm sua forma de usar o tempo, e métodos de contar sua história, não são elas que têm que se encaixar na academia, mas a academia tem que se encaixar no modo de vida das comunidades tradicionais do Brasil. Assim, utilizando-se da metodologia afrodescendente pretende-se dar ênfase ao Conjunto Palmeiras como um território de maioria afrodescendente, sendo um bairro que se destaca entre os demais pela sua organização popular.

É um território que está localizado na periferia de Fortaleza, Ceará, que se destaca pelas suas lutas sociais. Desenvolvemos essa pesquisa de forma participante, ouvindo e conversando com a comunidade, participando das atividades de lutas e vivenciando os cultos das religiões de matriz africana no Conjunto Palmeiras. As estratégias utilizadas para a pesquisa de campo é a observação e a entrevista semiestruturada, que é um tipo de entrevista mais espontânea, que parte de algumas perguntas predeterminadas, mas no geral deixa-se guiar pelo entrevistado, num clima de conversa entre pesquisador e entrevistado.

Desse modo, ganha destaque nesta pesquisa a minha relação com o bairro de onde vim, o meu interesse de investigar o Conjunto Palmeiras sob a ótica afrodescendente. Para isso, narro todas as lembranças do bairro, o engajamento político até chegar à universidade. Em seguida, resgato a história de ocupação de Fortaleza, o que levou a modificação da paisagem urbanística da cidade, quais os interesses estavam por trás para que houvesse uma mudança estrutural do formato da cidade, retirando os mais pobres dos seus

locais de origem. Logo, abordo na dissertação o fato histórico e políticos da cidade que da década de 1950 para cá levaram a essas mudanças estruturais na cidade.

2.2 Os quilombos urbanos como parte do quilombismo

Beatriz do Nascimento foi uma historiadora negra que encantou o movimento negro paulista da década de 1970, com as suas teorias sobre quilombos urbanos. A pesquisadora Beatriz Nascimento realizou viagem por diversos estados brasileiros e concluiu que muitas das nossas cidades tinham bairros distantes do centro urbano que no passado foram remanescentes de quilombos. Eram populações que habitavam o meio rural e arrabaldes de cidades e com o crescimento da cidade foram incorporando a vida urbana da cidade sem, contudo, dissolver todos os marcadores de quilombo. Muitas destas populações ficaram como comunidades de famílias negras antigas do bairro, outras foram expulsas pela valorização econômica do lugar ou por outros processos de violência urbana sobre a posse da terra.

Sobre sua teoria, a historiadora foi muito contestada pelos professores da Universidade de São Paulo (USP). Enfim, o tempo passou e demonstrou que Beatriz Nascimento tinha uma hipótese sobre a formação de aglomerados urbanos a partir de heranças de quilombo. Na época ela pretendia fazer um mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e todos os indícios empíricos e documentação recolhidos foram rejeitados pelos professores que pensavam ser impossível tal hipótese. Chegaram a alegar que ela era louca, ridicularizaram os seus trabalhos e principalmente a sua militância no movimento negro. Ela adoeceu e voltou para o Rio de Janeiro sem fazer o mestrado e logo depois foi assassinada na padaria, embaixo do prédio onde ela morava.

O tempo mostrou que a pesquisadora Beatriz do Nascimento tinha razão, visto que apareceram as reivindicações de quilombos urbanos na primeira década de 2000. Outro problema foi o da estigmatização dos movimentos negros e da militância como não científicos, ao inscreverem a militância como incompatível com a produção científica e como aberrantes à prática de aquisição do conhecimento.

Na nossa prática de pesquisa através da metodologia da afrodescendência está provado que militância é uma fonte privilegiada na produção do conhecimento, visto que os militantes muitas vezes possuem uma visão aprofundada dos temas que a ciência pretende revelar como novos conhecimentos. Ser militante de uma causa implica em estudar a causa e examiná-la de forma diferenciada do restante da sociedade.

A militância pode em muitas vezes ser um fator determinante para a diferenciação da qualidade de uma pesquisa, por possuir informações que não são observadas por outro pesquisador. A militante é sempre uma observadora privilegiada e informada da problemática em estudo. Assim, a pesquisadora Beatriz do Nascimento foi uma pioneira em lançar a hipótese da existência de remanescentes de quilombos no meio urbano, protagonizou o que hoje é um conceito, o quilombo urbano como parte de bairros negros.

Quilombos urbanos são, portanto, uma forma urbana que precisa ser incorporada ao estudo da história das nossas cidades e do direito de populações negras à terra urbana. Em termos técnicos, o conceito de quilombo se fixa a partir do livro de Clóvis Moura, *Rebeliões na Senzala*, de 1952, e do livro de Décio Freitas sobre o quilombo dos Palmares, de 1971.

A importância histórica dos quilombos já era reivindicada desde o início do século 1920 pelos movimentos negros, mas sem ter impacto sobre a literatura da história e da geografia. Como marca do conhecimento dos quilombos e da importância para os militantes negros podemos citar a existência do Clube Negro como o nome de Centro Cívico Palmares, na década de 1920 em São Paulo e do Jornal Quilombo do Rio de Janeiro, na década de 1940 (DOMINGOS, 2008; CUNHA, 2013).

Pesquisadores como Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento pensavam e escreviam sobre novos conceitos para agrupamento de negros, em vistas de uma grande presença de negros nos centros urbanos. A existência de quilombos apenas no interior em serras já não representava a realidade da organização de negros no país. Beatriz Nascimento dizia que a reivindicação por terras e a falta delas fez com que os negros migrassem para a capital em organizações familiar e assim criaram agrupamentos de família, conhecidos como favelas ou periferia. As denominadas periferias de maioria populacional negra se inserem em reformas urbanas de bairros negros que se organizaram nas grandes cidades do país a partir da década de 1950. Além disso, um grande narrador das favelas é o livro *Quarto de Despejo*, de Carolina de Jesus, de 1960.

O conceito de quilombo para Beatriz Nascimento vai para além de uma questão de resistência ao escravismo criminoso e acolhimento de fugitivos, como foi colocado no século XVII pelo domínio colonial. Autoridades portuguesas definiam quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em partes desprovidas, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles”, em carta ao Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740. Essa definição servia de base para perseguição a todos os negros que estivessem agrupados, mesmo os negros livres que conseguiam sua alforria.

Quilombo para Beatriz Nascimento traz sentido de continuidade histórica, pois não havia apenas negros fugidos, mas, sim, uma manutenção de todos os costumes e organização africana. Para ela, havia uma relação muito forte entre a organização dos nossos quilombos com os quilombos em Angola na África. Ela constata isso ao fazer a relação de organização entre o Quilombo dos Palmares e os Kilombos angolanos, ao dizer: “Quilombo dos palmares deixa de ser fenômenos paralelo ao que está se desenrolando em Angola no final do século XVI e início do século XVII. Talvez seja este quilombo como único a se fazer correlação entre Kilombo instituição Angola e quilombo no Brasil” (RATTS, 2007, p. 107).

Em seus estudos, no texto *Quilombo como memória comunitária*, Beatriz Nascimento evidencia os quilombos como um sistema social alternativo organizado pelos negros dos quilombos ou favelas. Esse seria possível título para sua tese que não chegou a concluir, que pretendia mostrar que os agrupamentos que se formaram no passado, no caso os quilombos, continuavam acontecendo, com novos conceitos, mantendo a continuidade histórica e a descendência africana, identificando essas influências africanas no modo de vida das populações nos centros urbanos e na periferia.

Para o pesquisador Abdias Nascimento (1980), importante ativista, intelectual e político negro da década de 1930, o modo de organização dos negros na cidade e em todos os lugares devia partir de um levante, uma ação de luta contra o racismo e todas as formas de opressão contra o negro brasileiro. Seu estudo partia de uma centralidade de negro para negro. Com isso convoca os negros a lutarem, ressaltando que a luta quilombista foi a principal luta dos negros por libertação. O movimento quilombola, criado a partir dos quilombos, não se esgotou apenas com a libertação dos negros, mas teve continuidade com o legado africano, visto isso, sendo importante na luta contra o combate à exploração e violação de direitos dos negros no Brasil.

Abdias Nascimento cria um termo para designar toda ação de levante dos negros, o *quilombismo*, pensado a partir de influências pan-africanistas, sustentadas na solidariedade a todas as lutas de combate à exploração, racismo e desigualdades pela cor. O *quilombismo*, como conceito científico significa recontar nossa história por nós mesmos.

Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento entendem quilombo como uma sociedade negra, que representa um progresso humano, livre com convivências comunitárias. Assim como vemos nas comunidades de periferia, onde se tem a maioria das populações brasileira, tanto a ação do *quilombismo* de Abdias como o pensamento de quilombos urbanos de Beatriz, se confirmam na atualidade, sendo um parte do outro. O quilombo não se limita na ocupação de um lugar, mas é um movimento de ação política.

2.3 Bairro de Maioria Afrodescendente

Bairros de maioria afrodescendente são territórios geográficos cuja população é de maioria negra e produziu transformações que representam inscrições negras. *Afroinscrições* como conceito trata-se do reconhecimento do que foi escrito pelas transformações realizadas nos bairros, cidades e territórios de maioria africana e afrodescendente; o que permanece inscrito na história material e imaterial de produção de africanos e afrodescendentes.

As transformações implicam em conhecimentos, técnicas e tecnologias, cujas inscrições são testemunhos da importância cultural de um povo. O fazer da inteligência humana cria inscrições históricas.

O conceito de territórios de maioria afrodescendente ou territórios negros foi utilizado nos trabalhos Juliana Sousa Mavoungou-Yade (MAVOUNGOU-YADE, 2010), Maria Cecília Felix Calaça (CALAÇA, 2013), Marlene Pereira dos Santos (SANTOS, 2012), Renata Aquino Silva (SILVA, 2018) e Henrique Cunha Junior (CUNHA JUNIOR, 2011).

Territórios de maioria afrodescendente são territórios cheios de cultura e de vida, onde se encontra a cultura dos terreiros, a capoeira, dança, as formas de sobrevivência e lutas do afrodescendentes. Isso se apresenta dentro das relações culturais, arquitetônicas, nas identidades sociais, e no modo de vida das populações que vivem nos bairros. Esses territórios estão sempre associados a uma noção histórica na perspectiva espaço-tempo-comunidade que o constitui. “Também definimos o bairro de populações afrodescendentes como sendo espaço urbanos de identidade específica e de histórias singulares, percebidos pelo restante da sociedade, sob forma particular, muitas vezes estigmatizados e racistas (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 85).

A maioria da população que constitui esses territórios são de pessoas negras, são essas pessoas negras que ocuparam os centros das cidades, as regiões litorâneas no final do século XIX, com maior ênfase no século XX.

Em decorrência das mudanças sobre a ocupação da cidade e as formas de moradia os pobres foram tirados dos centros e espaços importantes da cidade pelo próprio Estado, em favor dos empresários do capital imobiliário que projetam bairros que estão longe dos centros urbanos, tirando os pobres de espaços importantes, tornando, assim, essas populações invisibilizadas dentro da cidade. Como aponta Varella (2013, p. 89),

Em 1960, afirma Lima (2003:22), os governos locais passaram a destruir a memória local da cidade, através da substituição de prédios históricos por modernos. Neste momento, os planejamentos urbanos deixam de servir às características sociais e voltam-se à reformulação das características socioespaciais da cidade, ao critério do capital. Para Pinheiro (2005), ao final da década de 1970 a segregação socioespacial era visível na cidade.

O planejamento urbano e as políticas públicas não atendem as necessidades reais da comunidade. Essas mudanças são feitas em dose homeopáticas, mas não vem de forma tranquila e de vontade da prefeitura, exige luta e organicidade dessas comunidades. É necessário criar espaços de lutas, como associações, grupos, coletivos, para obter o básico como educação, infraestrutura e saúde.

Desde o início do povoamento dessa região do Jangurussu, em 1960 até 2018, os projetos de melhoria ou qualidade de vida dessas pessoas são superficiais, o que há são apenas manutenção e permanência da pobreza nesses territórios. Os serviços funcionam como moeda de troca em época de campanha política para partidários que todos os anos entram nesses espaços para fazer promessas e gerar lucros sobre a pobreza. De acordo com Cunha Junior (2016), a pobreza é um ato proposital das políticas públicas e não uma deficiência individual de alguém. Ela é uma decorrência coletiva e produzida pelas relações políticas, pois o espaço urbano sempre foi sede de imposição étnica.

Os territórios de maioria afrodescendente passam por investimentos diferenciados na cidade, é perceptível que os lugares turísticos recebem maiores investimentos públicos, infraestrutura, acesso de bens e serviços públicos, saneamento básico, educação, saúde e transporte. Percebemos neste caso que até a qualidade dos transportes é diferenciada, enquanto nas periferias circulam os ônibus mais velhos e sucateados pelas empresas que presta serviços para prefeitura, os ônibus que circulam na orla marítima são bem conservados e com ar-condicionado. A forma de ocupação da cidade não designa os espaços estruturados e bem urbanizados para as populações afrodescendentes. As desigualdades na forma de tratamento ficam visíveis nas condições de moradia e de infraestrutura.

De acordo com dados da pesquisa *Retratos da Desigualdade*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2011, a menor cobertura dos serviços públicos, abastecimento de água e outros serviços se dá, entretanto, em domicílios com trabalhadoras domésticas chefes ou cônjuges de cor/raça negra (88,5%), enquanto nas casas chefiadas pelas trabalhadoras brancas este número chega a 93,3%. Os territórios de maioria afrodescendente sofrem um processo de separação das classes sociais em função do espaço urbano, que

chamamos de segregação espacial e populacional (ROLNIK, 2003). As mudanças sociais e estruturais não trazem avanços significativos para o acesso das populações afrodescendentes. Os eurodescendentes mesmo sendo em menor número que a população negra, ainda continuam sendo beneficiados e estão com o melhor espaço e solo urbano das cidades brasileiras.

Os bairros das periferias, em sua maioria, se constituem como área de ocupação, ou são planejados para colocar pessoas que são retiradas do seu lugar de origem para dar lugar a grandes construções públicas privadas; muitas vezes, essas áreas estão bem localizadas, em áreas supervalorizadas pelo capital imobiliário ou próprio poder público. Assim criam e projetam bairros que ficam fora do circuito da cidade e colocam as famílias nesses bairros com pouca ou nenhuma infraestrutura, com acesso básico, como transporte, educação e saúde, de formas precárias.

A despeito de construções de bairros negros, temos na periferia de Fortaleza, Ceará, a experiência do Conjunto Palmeiras que será abordado melhor no capítulo seguinte; uma experiência de famílias que foram remanejadas da área de praias e avenidas importantes da cidade para dar lugar a prédios luxuosos e grandes avenidas de acesso às áreas litorâneas e centrais da Capital de Fortaleza.

3 EVOLUÇÃO URBANA DE FORTALEZA E FORMAÇÃO DO CONJUNTO PALMEIRAS

Este capítulo apresenta um breve histórico de Fortaleza, Ceará, e suas transformações sociais e urbanas, assim como apresenta os fatos que levaram à formação do bairro Conjunto Palmeiras; onde aponta-se uma breve retrospectiva de acontecimentos, desde a ocupação do solo cearense no século XVIII (1701-1800), século XIX (1801-1900) e século XX (1901-2000), no que diz respeito à arquitetura da cidade, como: praça, prédios e monumento históricos. O objetivo desta retrospectiva é apresentar a evolução da capital cearense, descrever a história de ocupação de Fortaleza pelos portugueses e holandeses no XVIII e a evolução do seu desenvolvimento urbano a partir do século XIX até o século XXI.

Na história de Fortaleza pode-se perceber que os pobres, negros(as) e retirantes vão servir de mão de obra barata para as grandes construções que dão hoje a Fortaleza o título de quinta maior capital do Brasil, com uma população de 2.452.185 habitantes.

Duarte Junior (2018) e Farias (1997) apontam que o planejamento urbano foi construído pelos governantes que queriam projetar a cidade para investimento do capital imobiliário nas décadas de 1950 a 1970, atendendo aos desejos da elite cearense. Sabemos que as transformações do solo urbano passa pelas relações de interesse e poder aquisitivo, por isso os terrenos de maior valor econômico vão ser ocupados pela elite cearense que veio do interior para a capital no final do século XIX e início do século XX, por razões comerciais com a venda do algodão, carne de charque e outras manufaturas que eram exportadas para Portugal e para outras capitanias do Brasil pelo porto ainda instalado na antiga Praia do Peixe, hoje Praia de Iracema, em Fortaleza.

A especulação imobiliária em Fortaleza ver a orla marítima como potencial, atendendo ao interesse do capital financeiro e projeta a cidade para o turismo na década de 1970, dando início a uma série de desapropriação de moradores e moradoras que ocuparam a orla marítima cearense. Sai os trabalhadores e trabalhadoras para dar lugar aos hotéis, prédios luxuosos e armazéns, contudo percebe-se a discriminação e a segregação socioespacial e racial ocorridas na década de 1970 com as populações mais vulneráveis, como negros(as), retirantes e pescadores(as). É quando vão ocorrer as desapropriações e as construções dos bairros mais afastados da praia e do centro da cidade, o que vai incidir de grandes lutas sociais pelo o direito e acesso à cidade, ainda pelo o direito de viver na cidade com o mínimo de dignidade.

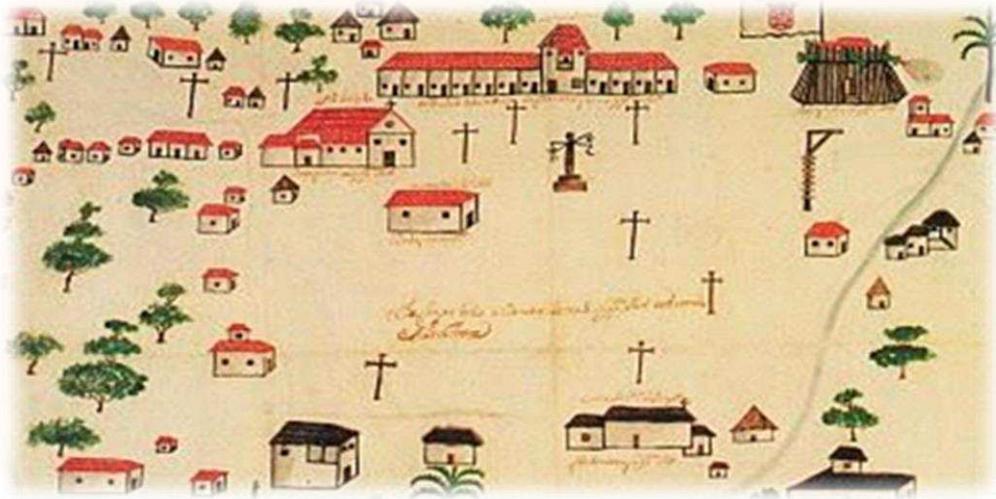
A vinda da família real para o Brasil foi o marco histórico para o desenvolvimento dos centros urbanos do Brasil; é quando Fortaleza ganha novas funções urbanas, como as de exportadora de algodão, uma das principais atividades econômicas do estado. Em decorrência disso, ocorre o conseqüente desenvolvimento da cidade com seus portos, monumentos e organização populacional. A partir de 1960 nota-se a cidade se projetar na arquitetura, construindo os bairros e organizando a região metropolitana; surgem, então, os bairros das elites e os das populações de baixa renda e negras, como o bairro Conjunto Palmeiras.

Desse contexto, na década de 1970 nasce o Conjunto Palmeiras, oriundo da política habitacional e da urbanização da cidade de Fortaleza. Os moradores que viviam na orla marítima foram levados para a região do Jangurussu, lugar distante do centro urbano estrategicamente pensado para ser o aterro sanitário da cidade e onde não havia nenhuma condição de vida digna. Mas foi nesse bairro onde essas pessoas construíram seus lares, por meio de lutas sociais se estabeleceram aí e construíram uma história de lutas e resistências, mantendo a esperança e as práticas culturais e religiosas afrodescendentes, como a capoeira e a Umbanda. É desse lugar em específico que culmina a abordagem desse capítulo.

3.1 Breve histórico de Fortaleza e suas transformações sociais e urbanas

De acordo com Castro (1997), Duarte Junior (2018) e Farias (1997), que descreveram a história do território de Fortaleza e consideram sua ocupação no século XVIII, o Ceará não despertava o interesse da colônia e as dificuldades de instalação nesse território por conta do clima semiárido que dificultou por muitos anos a instalação portuguesa, que se deu inicialmente como poderio militar para garantir as terras de Portugal. Os primeiros navegadores portugueses vieram pelo Rio Ceará, tendo à frente Pero Coelho de Sousa, sem muito êxito deste; anos depois Martin Soares Moreno ergue o Forte de São Sebastião, fundado na Barra do Ceará com a ajuda dos índios jacaúnas. Vizinho também se formou a Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

Figura 6- Carta de Fortaleza em 1726, mandazda executar por Manuel Francês

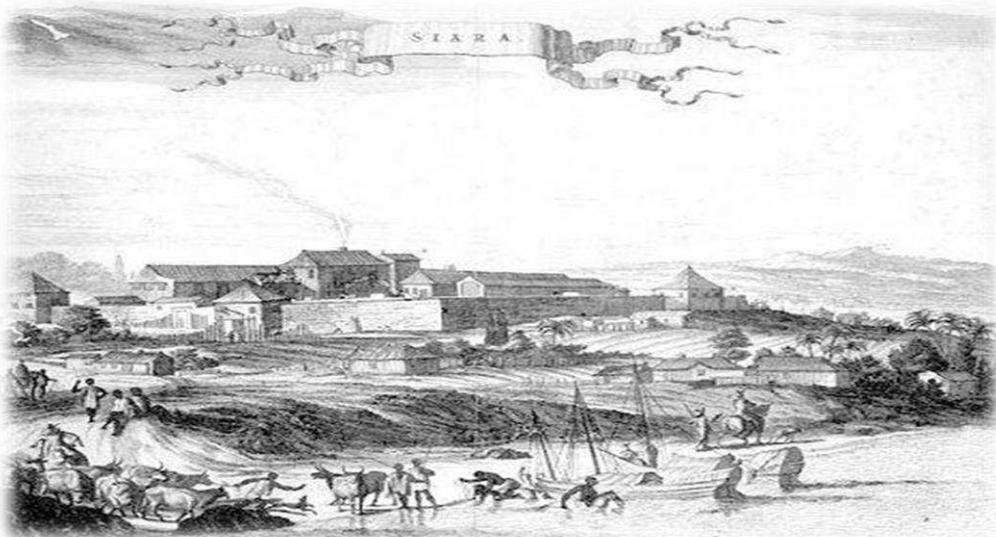


Fonte: Castro (1997).

As tentativas de exploração de Fortaleza pelos portugueses foram frustradas pela brava resistência dos indígenas. Houve um total abandono da Coroa Portuguesa sobre as terras do Ceará o que possibilitou à ocupação holandesa, que tomaram o Forte de São Sebastião em 1637. Castro (1997, p. 24) aponta que o desinteresse lusitano era pela fama de que seus habitantes eram índios ferozes, ficando a faixa praiana do Ceará conhecida como terra de ninguém, ora pertencendo ao Estado do Maranhão ora ao Estado do Brasil.

De acordo com o autor supracitado, existia o medo de povoar a costa cearense pelo seus habitantes serem considerados ferozes, de modo que por muito tempo a região litorânea do Ceará, futuramente lugar de disputas territoriais, esteve abandonada, desprezada, sendo considerada terra de ninguém.

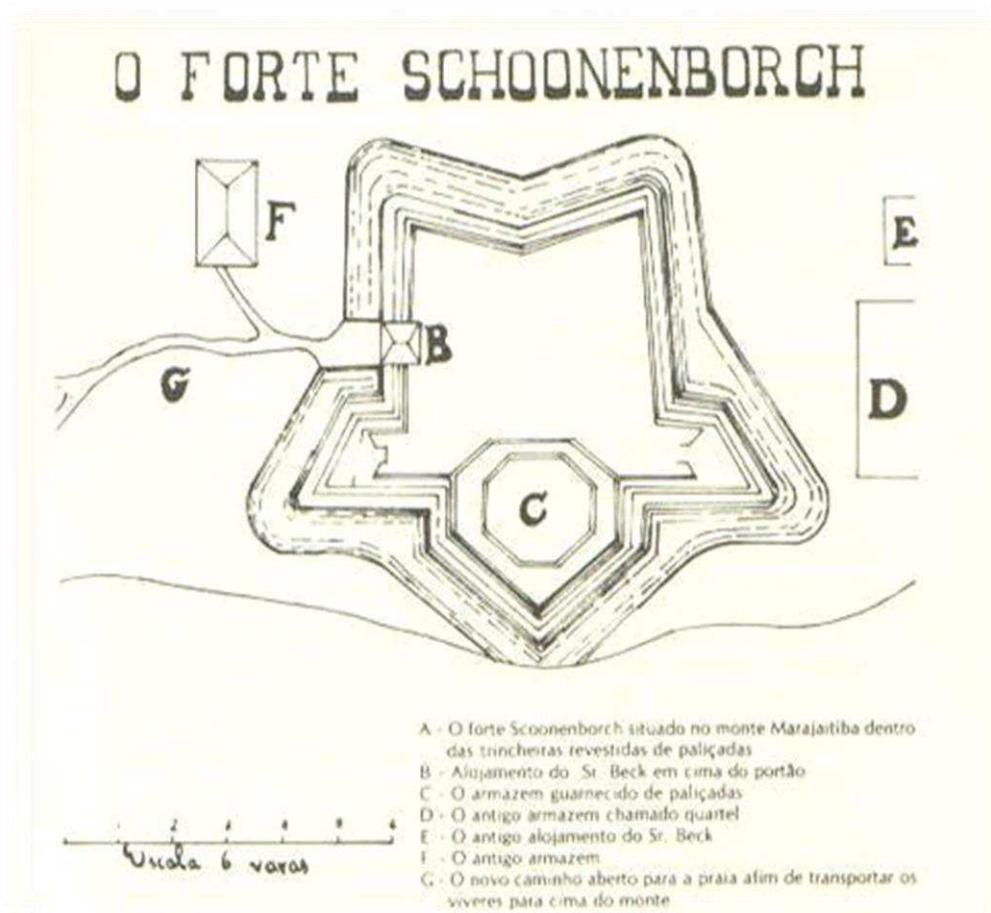
Figura 7- Desenho de como seria o Forte de São Sebastião na Barra do Ceará



Fonte: Wikipedia (2019).

Em 1649, o holandês Matias Beck volta a invadir as terras de Fortaleza, dessa vez com mais êxito e funda às margens do Rio Pajeú o Forte Schoonenborch, na colina do Majoratiba, que de forma estratégica o riacho poderia oferecer água para o novo povoado que se formava em torno do forte. Em 1654, os holandeses novamente são expulsos novamente pelos portugueses, agora sob as ordens de Alves de Azevedo Barreto, que rebatiza o forte de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. De 1656 a 1799 o Ceará ficou subordinado a outras capitanias, primeiro à capitania do Maranhão, depois à capitania de Pernambuco.

Figura 8- Planta do Forte Schoonenborch



Fonte: Wikipedia (2019).

Segundo Farias (1997), a pecuária se desenvolve a partir do final do Século XVIII, momento em que se tem uma grande ocupação do interior do Ceará. As tentativas do litoral com a produção de açúcar não logra muito êxito no Ceará, desenvolvendo-se, assim, a pecuária. Como a Coroa proibiu a criação de bois e outros animais ao longo da faixa litorânea, fala-se de dez léguas, com horizonte na plantação da cana-de-açúcar.

A ocupação do Ceará se dá de dois modos, do Sertão de Fora por pernambucanos em direção ao Maranhão e do Sertão de Dentro, controlados por baianos, abrangendo a região do médio São Francisco ao Rio Parnaíba. Toda essa ocupação acontecia com muitas invasões de terras indígenas, que chegaram a ser quase exterminados com as guerras de ocupações estimuladas pela Coroa Portuguesa no Brasil.

Figura 9- Mapa da ocupação do Ceará- Sertão de Dentro e Sertão de Fora



Fonte: Multirio (2019).

O povoado surgido em torno do forte é elevado à categoria de vila em 13 de abril de 1726, a segunda vila, porque Aquiraz já era uma vila muito influente. Fortaleza passava deter o poder político pela estrutura militar entorno do forte e Aquiraz pela importância econômica. Castro (1977) aponta que o título não muda em nada o aspecto de abandono e pobreza em que mergulhava a Vila, quase ilhada no “montão de areia”.

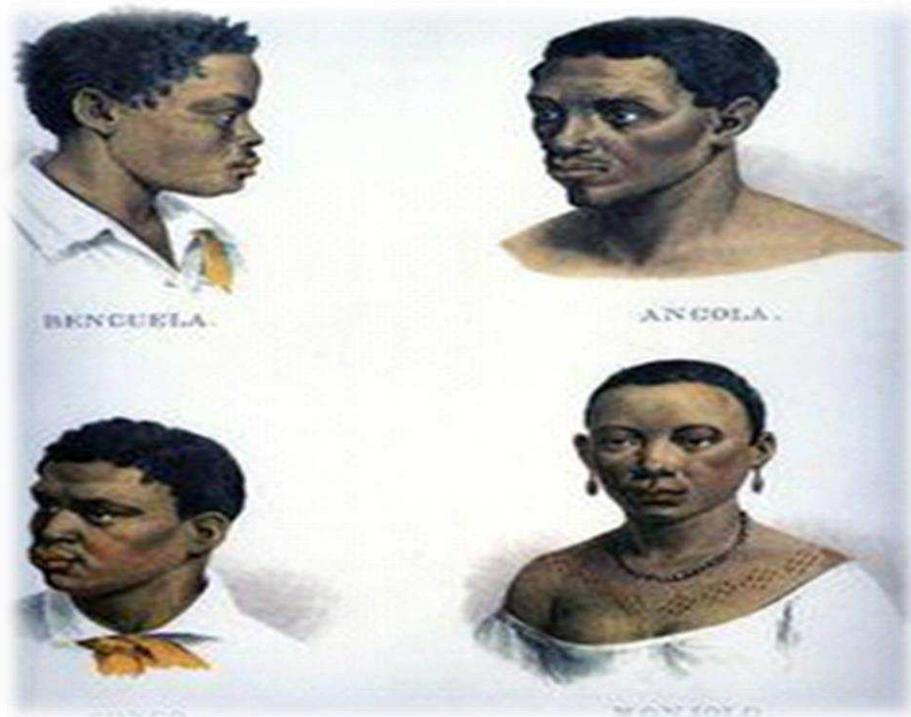
Com a independência do Brasil, em 1822 a Vila de Nossa Senhora da Assunção logo é elevada à categoria de cidade por Dom Pedro I, sendo batizada de Fortaleza de Nova Bragança. Nesse período o porto e a cidade ganha grande notoriedade, pelo volume de exportação de algodão para os Estados Unidos. Essa produção vinha do interior do Estado do Ceará para a cidade de Fortaleza.

Sobrinho (2011) explica que na história de Fortaleza, tanto no período colonial quanto no período da independência do Brasil, houve a retórica de que no Ceará não se tinha

negros e que as terras cearenses era um lugar de menos sofrimento para o cativo africano no trabalho, porque tinham uma boa relação com seus senhores e eram trabalhadores livres. É justamente esses homens e mulheres esquecidos na história que vão servir de mão de obra barata para a construção da cidade de Fortaleza.

De acordo com Sobrinho (2011), com a proibição do trabalho escravo de índios pela lei 1777 iniciou-se a introdução da mão de obra africana no Ceará. Com a notícia de ouro nas terras dos Cariris, em 1756, foram enviados cerca de 69 africanos, em sua maioria angolanos e também do Congo. Com o avanço da ocupação do Ceará o crescimento da população do ano de 1808 cresce para 125.878 em relação ao de 1775 que era apenas de 61.474. “Nos censos do Ceará da população do Ceará para os anos de 1804, 1808, 1813, a soma dos pardos, mulatos livres, pretos e pardos cativos, pretos livres e cativos é superior à da população branca livre” (SOBRINHO, 2011, p. 55). Sendo assim, existia um número significativo de pessoas afrodescendentes por toda a cidade de Fortaleza e por todo o Ceará.

Figura 10- Identificação dos escravizados por sua etnia¹



Fonte: Enciclopedia Itaú Cultural (2019).

¹ No Ceará a identificação dos escravizados era feita por sua etnia Benguela, Angola, Congo e Monjolo. A etnia mais presente foi a de negros vindo da Angola e do Congo, de acordo com historiadores do Ceará.

Como o sonho do ouro carirense não prosperou, os negros e negras foram incorporados à vida doméstica e trabalho na pecuária. Eles recebiam a quartiação, que era um regime que permitia ao negro plantar para si e ter uma parte na criação de animais, mas sobre isso havia toda uma prática de exploração, que era perceptível pelas marcas de violência nos corpos dos escravos.

Não tinha relação de benevolência nenhuma entre patrões escravos. Em sua obra, Sobrinho (2011) mostra anúncios de jornais de senhores à procura de negros que fugiam de suas fazendas. Percebe-se a marca do escravismo na existência de pelourinhos, lugar em que os negros eram levados para serem castigados com surras e espancamentos com chicotes. Em várias cidades do Ceará tem esse registro, uma delas é Aquiraz, que foi a primeira Vila do Ceará. Ainda hoje na praça principal de Aquiraz tem a representação do que seria um pelourinho no meio da praça pública da cidade. Vale ressaltar que o Ceará fez por muito tempo o tráfico interno de escravos até 1884, até quando se instituiu a abolição no estado do Ceará, iniciada pela revolta do jangadeiro Chico da Matilde, mais conhecido como Dragão do Mar.

Figura 11- Chico da Matilde- Dragão do Mar



Fonte: Wikipedia (2019).

Estes acontecimentos marcam a história de Fortaleza. O Dragão do Mar é o nosso maior símbolo de resistência, o abolicionista do povo. Com os frequentes casos de racismo, Chico da Matilde continuou denunciando o racismo sofrido pelos negros e negras, pois mesmo com o fim do tráfico negreiro no Ceará, os negros continuavam à própria sorte e a cidade se planejava para a elite que chegava na cidade vinda do interior, por conta da seca e também com os avanços da sociedade moderna que estava por vir.

3.2 Evolução urbana de Fortaleza no cenário do século XIX e XX

As evoluções da arquitetura urbana de Fortaleza tiveram seu apogeu a partir do século XIX e XX, a cidade começou a se preparar para os novos avanços que o Brasil tomava a nível nacional principalmente com a vinda da família real para o Brasil em 1808. A abertura do porto que de mera função de ancoragem, passa ter uma função de exportação do algodão, uma das principais atividades econômicas do Ceará. Fortaleza ganha novas funções urbanas, como as de um centro exportador em 1812.

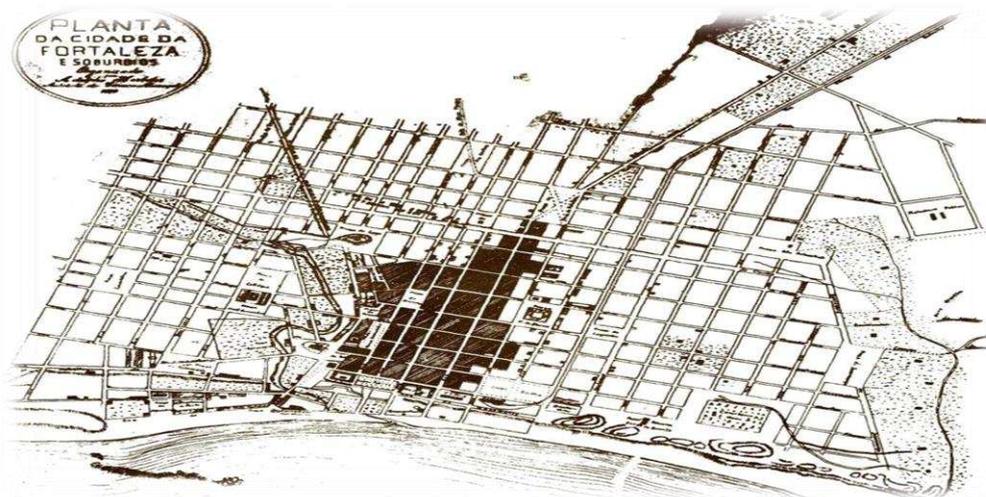
Castro (1977) aponta que Luiz de Barba Alardo governa o Ceará e sente a necessidade de planejar o crescimento urbano da cidade, o tenente coronel Antônio Silva Paulet, engenheiro, o auxilia nesse trabalho de melhorar os aspectos urbanístico de Fortaleza. Silva Paulet é duplamente ligado à Fortaleza, primeiro por ser o autor do risco de malha axadrezada, característica da capital cearense e por projetar e construir a nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Costa (2014) informa que Paulet é o responsável por projetar a primeira planta da cidade de Fortaleza e o plano que vai servir de matriz para a expansão territorial de Fortaleza.

O plano em xadrez está intimamente ligado a objetivos colonizados ou de expansão helenístico por excelência, empregado por Alexandre, o grande, nas cidades recém-criadas em seu vasto império. Era o traçado de colonização romana, introduzidas algumas peculiaridades. Fora o escolhido por ingleses e espanhóis nas Américas, por influência renascentista, para o qual elegiam previamente terreno plano, que permitisse a expansão ilimitada [...]. Fortaleza tem hoje praticamente a totalidade de sua Zona comercial organizada em xadrez (CASTRO, 1977, p. 30 e 31).

Com o desmoronamento do antigo Forte de Nossa Senhora da Assunção, Silva Paulet constrói outro forte em 1812. E também o Passeio Público, conhecido também como Praça dos Mártires, em homenagem aos que ali tombaram fuzilados em decorrência do processo instaurado após a revolução de 1824, traduzindo as primeiras sofisticções da malha urbana de Fortaleza. Em 1875, um nova planta foi elaborada, desta vez por Adolfo Herbest,

que se inspirou na reforma urbana de Paris para delinear os novos traçados das ruas e avenidas de Fortaleza.

Figura 12: Primeira planta da cidade de Fortaleza, feita por Adolfo Herbster 1975²



Fonte: Wikipedia (2019).

A construção do farol do Mucuripe foi iniciada em 1840 e finalizada em 1846. A mesma ofereceu mais segurança aos navios que aqui chegavam. Essa construção foi construída pelos negros escravizados e trabalhadores livres.

Figura 13- Segundo farol do Mucuripe



Fonte: Fortalezaemfotos (2018).

² Adolfo Herbster esboçou as ruas e avenidas que hoje são avenidas Duque de Caixa, Dom Manuel e Imperador. Herbster consolidou o plano de Paulet que organizou a cidade com o traço das ruas xadrez.

A segunda metade do século XIX também foi marcada por grandes construções como a Santa Casa de Misericórdia, a alfândega, a iluminação pública, a estação ferroviária, fábricas têxteis, telégrafos, clubes, grandes residências e o paço municipal, então residência do bispo e também o mercado público com estrutura de ferro, divididas em dois, o Mercado dos Pinhões e o Mercado da Aerolândia. Nesta época os bondes puxados por burros já cruzavam as nossas ruas e navios a vapor transportavam a nossa elite para Europa.

Figura 14: Bonde elétrico na Rua Floriano Peixoto



Fonte: Arquivo Nirez (2019).

O século XIX é marcado pelas mudanças na infraestrutura, que visavam a melhoria da cidade, em vistas de dar condições de moradia à elite que se formara. Como podemos perceber, as preocupações dos governantes sempre foi melhorar a vida de quem já tinha muito. Os pobres, trabalhadores(as), negros(as), sertanejos(as) foram se amontoando nos subúrbios da cidade. A elite fortalezense morava no centro de fortaleza em meio à rotina do comércio. Os pobres na encosta da cidade mais próximos do mar. Assim como bem analisa Costa (2014):

A implantação de infraestrutura e serviços em áreas de adensamento e de população de maior poder aquisitivo, foi o fator preponderante no direcionamento da expansão de Fortaleza e da valorização da terra. Cresce a população, aumenta a cidade, assim como os problemas de ordem sanitária. Enquanto os serviços de iluminação a gás (1867), telefonia (1891), sistema de transporte urbano (1880)

foram os primeiros a serem implantados, a rede geral de água e esgoto, fundamental para garantir a salubridade urbana, somente é inaugurada em 1927, contemplando o centro e os bairros de população de maior renda (COSTA, 2014, p. 107).

A cidade de Fortaleza descrita no texto acima ganhava outras áreas inspiradas na arquitetura e estrutura europeia. A remodelação do espaço urbano da cidade se erguia pensada para burguesia da cidade e para os grandes proprietários do comércio de Fortaleza, que se formava no centro onde a elite se concentrava.

O século XX é um tempo de muitas inovações na infraestrutura e nas questões tecnológicas. A cidade de Fortaleza inaugura o Teatro José de Alencar, em 1910, um dos mais belos do Brasil, uma das grandes realizações do Governo Acioly; sua estrutura é baseada na arquitetura europeia. Vale ressaltar que muitos prédios foram erguidos graças à iniciativa dos setores sociais dominantes, como é o caso da sede da Fênix Caixerai, inaugurada em 1905 e do palacete de Carvalho Mota, projetado em Paris, em 1908.

Com o avanço da indústria cria-se os bairros industriais, um deles foi o bairro Jacarecanga. A elite começa a sair do centro e passa a morar nesses bairros, e também passa ver a Barra do Ceará como lugar de lazer, longe da dinâmica do porto.

A partir dos anos 1920, o centro da cidade passa a perder o brilho que tinha no início do século. As ruas aos poucos vão perdendo sua formosura, deixando de ser um espaço residencial, se tornando eminentemente comercial. O fluxo interno de pedestres e carros tiram a tranquilidade do centro. A elite que residia no local acaba se transferindo para os bairros do Benfica e de Jacarecanga (OLIVEIRA, 2013, p. 9).

A dinâmica apontada por Oliveira (2013) vai ser afetada com a imigração de retirantes da seca que vão ocupar as encostas da praia, principalmente a Barra do Ceará, sendo criado nesse período os bairros por ocupação, Favela Moura Brasil, Pirambu e ocupação da faixa de Praia da Barra do Ceará. Até 1950 a Praia de Iracema (antiga Praia Mansa) será habitada apenas por pescadores e trabalhadores do porto, que também terá sua dinâmica afetada com as novas remodelações urbanísticas projetadas pelos governos da época que visava projetar a cidade para o turismo e para atender a dinâmica da elite.

Figura 15: Casa dos Jangadeiros na Praia Mansa em 1952



Fonte: IBGE- Cidades.

A taxa de crescimento de Fortaleza cresceu drasticamente devido às populações que migram pelos efeitos da seca na década de 1960 e se intensificaram com o processo de higienização urbana nas cidades com a remoção dos mais pobres do centro da cidade para as periferias de Fortaleza. Foi a política de higienização guiada pelo então prefeito da cidade, Vicente Fialho. “Sendo que os espaços públicos da orla marítima, típicos da vida urbana tradicional, hoje, os espaços públicos (praia, montanhas, calçadas etc.) foram irresponsavelmente privatizados” (SANTOS, 2007, p. 64).

O crescimento da capital em termos de urbanização seguia um modelo de desenvolvimento incentivado pelos planos do Governo Federal durante o regime militar, que iniciou-se na gestão do Presidente Castelo Branco (1964-1968). Vários setores da economia foram favorecidos, inclusive, o da construção civil. Por meio de financiamento público, o setor expandiu consideravelmente a sua área de atuação, culminando no incentivo às obras, que, no período, marcaram o cenário nacional e ajudaram a ficar conhecido como “Milagre Brasileiro”.

De 1960 em diante começa a se projetar a arquitetura da cidade planejando os bairros e a organizar a região metropolitana. Duarte (2018) afirma que nunca se necessitou de tantos arquitetos na cidade de Fortaleza. No final da década começam a criar os primeiros bairros planejados para desafogar a malha do centro, da faixa de praia e para dar caminhos ao que eles vão chamar de “progresso”. Com a criação das avenidas Leste e Oeste,

organização e ampliação da Francisco Sá, avenida Santos Dumont, dentre outras, criam-se, em 1970, os bairros Conjunto Palmeiras e José Walter, com a diferença que o bairro José Walter será oferecido a um grupo de pessoas com um melhor poder aquisitivo. Em termos estruturais, um bairro melhor organizado, pois já tinha estrutura de casas feitas, água com fácil acesso, luz, escola e posto de saúde.

Já o Conjunto Palmeiras foi oferecido às populações de baixa renda, por parte da fundação habitacional da prefeitura. O bairro não tinha nenhuma infraestrutura, sem água, sem luz, sem escola, sem transporte; sendo ofertado para início imediato apenas um terreno, uma lona e algumas madeiras. Os lotes de terras seriam pagos com o dinheiro da indenização ofertada no ato da retirada dos seus locais de origem.

3.3 Higiene social do centro e da orla marítima: construção dos conjuntos habitacionais na década de 1970

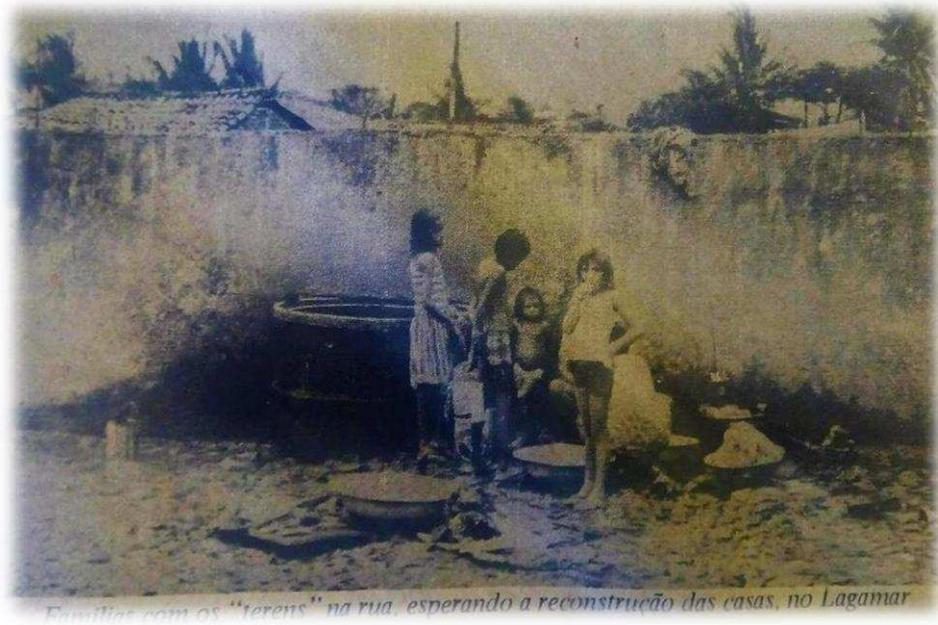
O Conjunto Palmeiras nasce em 1973 justamente da política habitacional e da urbanização de Fortaleza. A orla marítima, um lugar antes de pescadores e retirantes, um lugar não privilegiado, passa então a ser um lugar privilegiado e frequentado pela classe média nas décadas de 1970 a 1980. Com uma nova ótica, a orla passa a ser valorizada a partir de um processo de revitalização e urbanização. A cidade Fortaleza antes pacata, agora é vista pelo grande empresariado junto com o governo, como potencial turístico. E, assim, passam a trabalhar para construir uma nova imagem da cidade.

As famílias que vieram para Conjunto Palmeiras vieram principalmente das comunidades Poço da Draga, Serviluz, Praia do Futuro, Alto da balança, Morro das Placas, Lagamar e Aldeota. Os moradores foram levados para a região do Jangurussu, quando não havia nenhuma condição de sobrevivência e que já era um bairro desvalorizado por ser sede do aterro sanitário de Fortaleza, iniciando suas atividades em 1970, lugar estrategicamente escolhido por estar longe do centro.

O terreno do Conjunto Palmeiras era uma fazenda que foi comprada e desapropriada pela prefeitura, que fez os lotes e vendeu e deu como indenização pelas desapropriações feitas na cidade. Muitas famílias também vieram por conta das enchentes que assolava o bairro Lagamar, bairro criado nos anos 1950 por moradores que vieram trabalhar na construção civil e na construção da Base Aérea da Aerolândia, que por ser perto do Rio Cocó sempre sofria com as enchentes por não ter uma política de saneamento e

escoamento. A seguir a figura, mostra a foto de uma família, no ano de 1980, esperando ajuda da prefeitura de reconstrução dos casebres após enchentes.

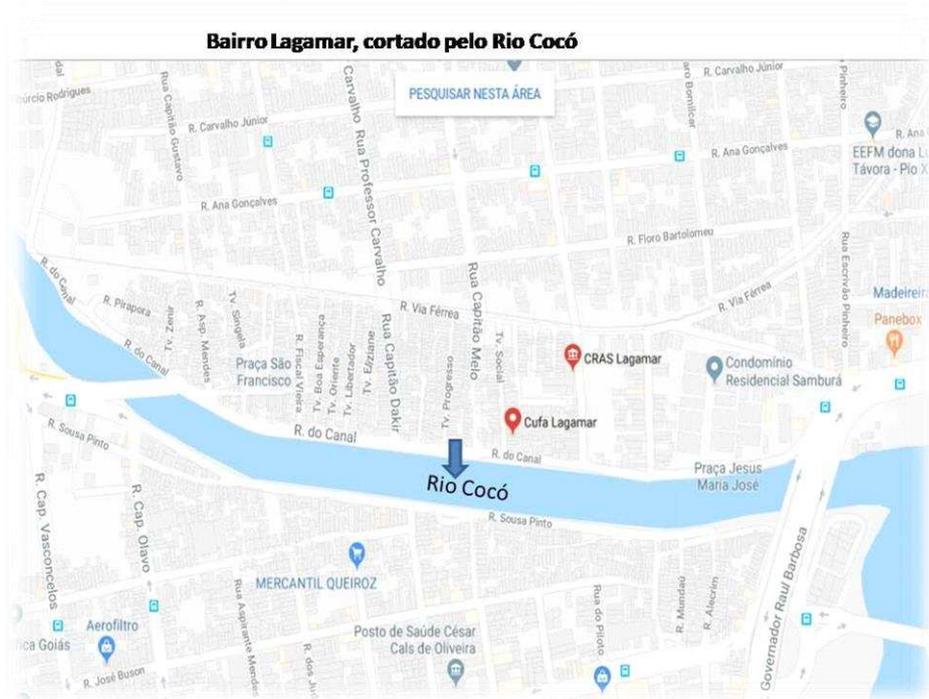
Figura 16: Família esperando a reconstrução da casa no Lagamar



Fonte: Jornal O Povo.

Na figura seguinte temos o mapa onde mostra o bairro Lagamar cortado pelo Rio Cocó.

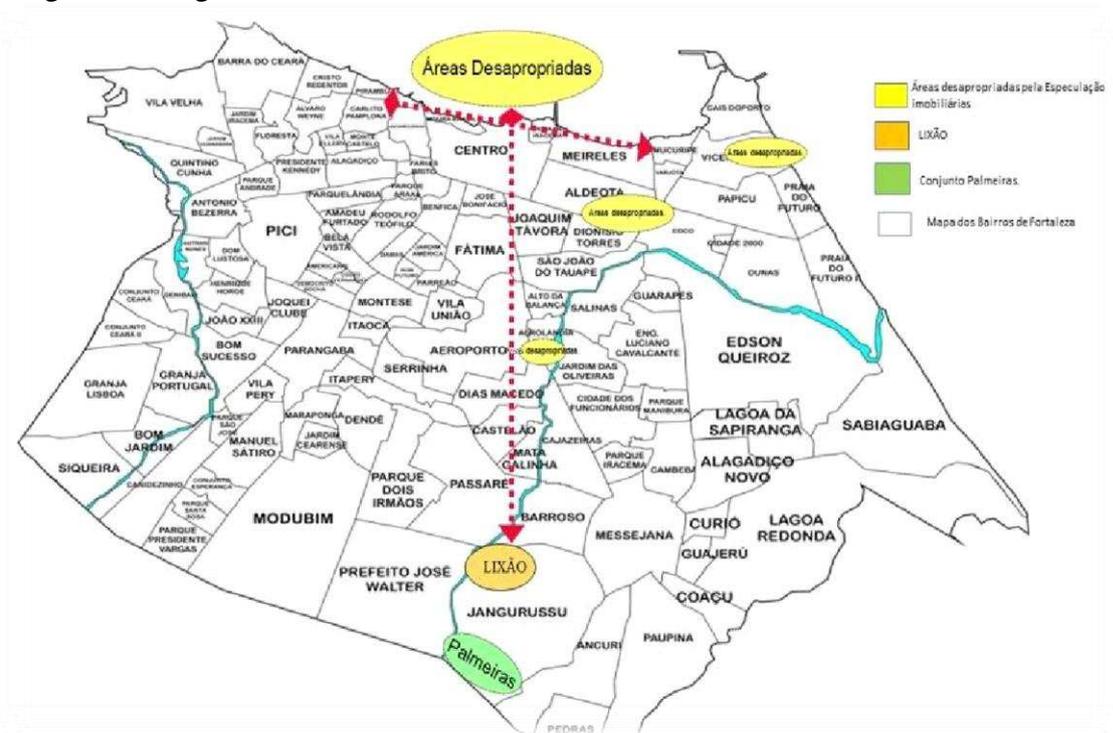
Figura 17: Bairro Lagamar cortado também pelo Rio Cocó



Fonte: Elaborado por José Elimar.

Com a “limpeza sanitária” inicia-se os processos de deslocamentos, que aconteceram em vários momentos em que se mudavam a paisagem da cidade de Fortaleza. A primeira é em 1973, com a retirada das famílias do Poço da Draga, nas vizinhanças de alguns bairros da Aldeota como Arraial Moura Brasil, Morro das Placas, Verdes Mares; em 1975 a última transferência tratou da remoção das famílias que moravam na avenida Santos Dumont. Na década de 1980 não parava de chegar pessoas no Conjunto Palmeiras com a notícia de se estarem vendendo lotes mais baratos, terrenos para serem construídos e muitas famílias que vinham fugindo da seca do interior vieram morar no Conjunto com a oportunidade de se ter uma moradia mais barata. A seguir na figura uma ilustração de onde as famílias vieram.

Figura 18: Região de onde vieram as famílias



Fonte: Arquivo Banco Palmas.

3.4 Transferência dos Moradores da praia para o Conjunto Palmeiras e a manutenção da pobreza

Processos de ocupação e desocupação do solo urbano de cidades da orla marítima ocorreram em quase todas as cidades litorâneas brasileiras, afetando significativamente fortes contingentes de população negra. No caso do Conjunto Palmeiras, 70% da população é negra.

As famílias que moravam na praia foram as que mais sofreram com o deslocamento. A construção turística do hotel Marina Park e os projetos ampliação das avenidas Leste e Oeste e obras de construções imobiliárias na Aldeota nas décadas de 1960, 1970 e 1980 foram os responsáveis pelas transferências dos moradores.

O que antes era possível ver da janela de casa, está agora a 8 km de casa; com a transferência os moradores do Conjunto Palmeiras levam cerca de duas horas de ônibus para chegar à Praia de Iracema ou Barra do Ceará. O trabalho com a pesca ficou cada vez mais difícil, muitas dessas famílias se destacaram no comércio, outras em práticas artesanais e outras sobrevivem no trabalho formal ou informal, como as mulheres, em sua maioria como empregadas doméstica na Aldeota.

Andando pela comunidade e falando com os antigos moradores percebemos o quanto esse processo foi cruel, esses moradores que tinham criado e estabelecido vínculos com aquele lugar, e tiveram suas vidas modificadas por serem pobres. Percebemos os efeitos desse processo no modo de vida hoje dessas pessoas que sempre dizem que se ainda tivessem na praia teriam uma vida melhor. Essa desapropriação foi negociada via prefeitura, empresários e moradores. De acordo com Dona Carmosita, uma senhora negra, como a maioria da população do bairro, nos fala que:

[...] a indenização foi uma “mixaria” que só dava para comprar um pedaço de terra aqui mesmo no Palmeiras, foi dona Zilda a dona do Marina Park que arranhou para a gente vim para cá. Meus filhos eram pescadores, com a vinda para o Palmeiras ficou muito difícil se manter, vivíamos bem na praia, saímos de lá para viver condições muito ruins. Nesse Palmeiras não tinha nada, só muito mato (Dona Carmosita, antiga moradora do Poço da Draga).

Dona Carmosita tinha sua vida na praia, seus filhos eram pescadores, mas teve que vender seu pedacinho de terra no Poço da Draga para Dona Zilda, como ela bem expressa em entrevista. Dona Zilda é a dona do Mariana Park Hotel, de acordo com Dona Carmosita, hoje um dos maiores hotéis turísticos da capital de Fortaleza. Os filhos de Dona Carmosita tiveram que parar a pesca e se adaptar à vida difícil no Conjunto Palmeiras, como ela mesma se refere ao bairro, um lugar no meio do nada, sem nenhuma condição na época, sem escolas, posto de saúde, água e luz, só muita lagoa e o rio que servia para lavar roupa, porque não tinha água encanada.

Dona Maria do seu Raimundo, como é chamada, também passou pelo mesmo processo, foi esposa de pescador, moravam no Poço da Draga e também vieram para o

Conjunto Palmeiras, porque o terreno onde a casa deles ficava tinha sido desapropriado para Construção do Marina Park Hotel.

Eles chegaram e foram colocando preço nos nossos terrenos, foram logo oferecendo outros lugares pra gente ir, como muita gente já estava vendendo só pensando no dinheiro nos vendemos a nossa também, viemos parar aqui no Palmeiras, era onde a prefeitura oferecia terreno mais barato para comprar com a indenização, era aqui no Palmeiras e no Maracanaú, mas Maracanaú era muito longe e fora de Fortaleza e decidimos ficar aqui. Aqui as coisas eram muito difíceis, o que antes era na beira de casa, meu marido tinha que ir para a Barra do Ceará, porque todo mundo que saiu do Poço da Draga foi transferido para a Barra do Ceará, era muito longe e tudo se tornou mais difícil (D. Maria, em entrevista em Julho de 2018).

Isso demonstra como esse processo de segregação espacial atende de maneira significativa às pessoas menos favorecidas, que na maioria das vezes é negra. Essa segregação impede que avanços significativos na vida do negro; nas periferias os impedimentos de acesso à cidade colabora para a manutenção da pobreza.

A “rampa”, como ficou conhecido o Aterro do Jangurussu, serviu de sustento para muitas pessoas no bairro, sem renda empobrecidas por conta da falta de estrutura, locomoção na cidade e com pouca opção de sobrevivência; ou iam para a rampa ou pescar no Rio Cocó, para vender os peixes no próprio bairro, como no caso de seu Francisco, que diz:

Quando saímos do morro das placas não imaginavam que encontraríamos tanta dificuldade, o pessoal começou a ir para rampa, dizendo que tinha muita coisa que os barões jogava fora, dava pra vender por aqui mesmo no Palmeiras, pequei um resto de geladeira fiz meu carrinho e fui caminhando aqui por dentro do Palmeiras, pelo meio dos matos e chegava na rampa, mas a rampa era tanta gente pra disputar o lixo que vinha mais ou menos, ia eu, dona Eliane do finado seu Zé, ia uma turma, sobrevivemos de lá muito tempo. Nesse Palmeiras velho não tinha nada, nem luz, nem água direito, as cacimbas todas salobas. A fila para pegar água era enorme (Seu Francisco, em entrevista em julho de 2018).

Essas histórias são bem comuns no bairro. Outra atividade de sobrevivência local que chegou no bairro em meados de 1998 foi o Gogó, a arte das feiteiras, como são conhecidas as mulheres que se dedicam ao ofício do fechamento do trançado da palha. Esse trabalho é o acabamento final do “gogó” de garrafa usada pela Ypióca para encher de cachaça e exportar. Este serviço artesanal foi e é até hoje a base de sustento de muitas famílias no Conjunto Palmeiras. A Ypióca passava as grades com 39 litros vazios e as palhas e as feiteiras empalhavam e trançavam a um custo de três cruzeiros, o que na época equivalia a uns dois reais. Hoje vale quatro reais uma caixa completa. Na época, como era muito barato, muitas

famílias eram obrigadas a pegar 30 grades para fazer. A família toda se envolvia nessa atividade produtiva desde a criança à mulher e alguns homens. A figura seguinte ilustra a produção de garrafa empalhada.

Figura 19- Produção da garrafa empalhada no Conjunto Palmeiras



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Conta dona Graça, umas das primeiras feiteiras, que representantes da Ypióca passavam no bairro fazendo inscrição para quem queria fazer curso de artesanato em garrafa. Como ela aprendeu rápido, começou a ser multiplicadora na comunidade junto a outras; juntava muita gente para ensinar. E veio a proposta de produção e receber uns trocados. Na época muita gente gostou, pois na cabeça de muita gente eram trabalhadores da Ypióca, mesmo que não tivessem nenhum vínculo empregatício. Edilene Silva, moradora do bairro desde 1978, nos fala um pouco da sua experiência com os gogós.

Quando minha mãe chegou aqui no bairro não tinha muitas condições, viemos lá da Favela Verdes Mares, lá já passávamos dificuldades, achávamos que a indenização mudaria a nossa vida e viemos pra cá, trazidos pela prefeitura, quando chegamos aqui era pior que lá, não tinha nada, era tudo cheio de valas, escola era só uma, tínhamos que suar muito pra conseguir uma vaga. Emprego era difícil, fui para rampa também, até chegar esses gogós, era trabalhoso, mas pelo menos estava dentro de casa, o dinheiro que ganhávamos dava pra gente pelo menos comer por uns dias. Até hoje eu faço, não mais pela necessidade de comer, mas pra ajudar na renda de casa, só a bolsa família não dar (Edilene Silva, em entrevista em Fevereiro de 2019).

Do Rio Cocó foram extraídas muitas atividades de sobrevivência, uma vez que se tinha muitos ex-pescadores, que não quiseram enfrentar a travessia da cidade para chegar à Barra do Ceará, onde estavam locados os pescadores que saíram do Poço da Draga, Praia de Iracema, antiga Praia Formosa. Era comum passarem nas portas pessoas com bacias de peixe, vendendo o peixe e lá.

Percebemos aqui as transformações na vida dos moradores do Conjunto Palmeiras, que antes tinham acesso à cidade e com a desapropriação e mudança para o Conjunto ficaram distante de tudo, tendo que mudar até a mesmo a forma de trabalho, de pescador do mar para pescador do rio, assim como se inserir no que se tinha para época, que era trabalhar no “lixão”, fazer gogó de garrafa, trabalhar de forma precária para Ypióca, ou seja, trabalhar para sobreviver no próprio Conjunto Palmeiras.

3.5 A luta por investimentos públicos no Conjunto Palmeiras

A falta de escola, água, luz elétrica, transporte público, saúde e melhores condições de moradia e vida criam um povo valente que não se rendia por nada. Reivindicações e passeatas faziam parte do cotidiano da vida comunitária do Conjunto Palmeiras. Em 1977, o acesso à saúde não existia, o povo teve que se mobilizar para transportar os doentes para os hospitais. Nesse período foi construída a Emergência Comunitária, que contava com cerca de 600 sócios. A associação possuía um carro estilo Ford Rural, que também servia como carro funerário para a comunidade.

Com a chegada dos padres redentoristas Eduardo e Jacó, em 1978, a comunidade passa a se mobilizar ainda mais. As lideranças comunitárias estavam animadas pelas ideias da Teoria da Libertação, de Leonardo Boff. Esta deve se deslocar do centro humano para as periferias sub-humanas. Onde vigora a opressão, sua missão deve ser de libertação. Seguindo esse movimento, formaram no bairro na década de 1980 as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Nesse contexto, a juventude, mulheres e homens, passam a militar à luz da fé, em prol de um bairro melhor, de viver com condições dignas de moradia. Essa frente organizada pela igreja católica foi de grande importância para a resistência e luta no bairro. Muitas lideranças se formaram nesse processo, como a Pastoral Operária, Juventude Cristã do Conjunto Palmeiras (JUCRISPA) e Movimento de Mulheres, que posteriormente na década de 1990 se registra como sendo Associação das Mulheres em Movimento (AMEM).

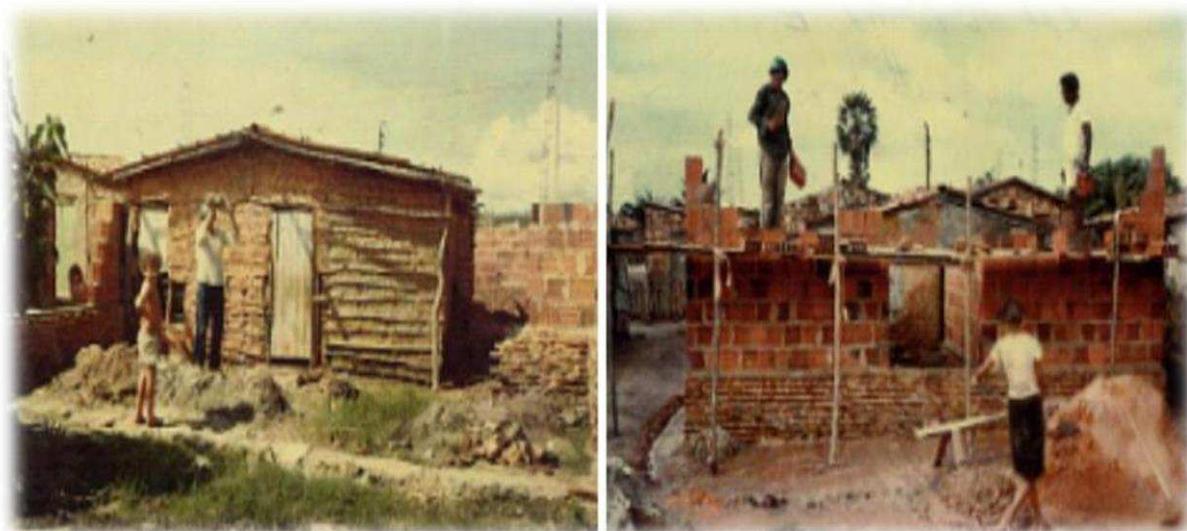
Os padres trouxeram médicos e ajudaram no processo de organização da comunidade. Junto com as mulheres, os moradores começaram a construir creches no bairro,

casa de parto e a própria sede da igreja católica. A casa de parto auxiliava as mulheres na hora de seus partos na comunidade. Todos esses espaços foram construídos em regime de mutirão pelos próprios moradores, um processo extremamente revolucionário para os padrões da época, em plena ditadura militar no país, por volta de 1970, quando os militares ainda governavam o país.

O ano de 1978 é marcado como um ano de conquistas, com a construção do Centro Comunitário Social Urbano, a Escola de 1º Grau Aldaci Barbosa e o Posto de Saúde Pedro Sampaio. A comunicação popular acontecia por meio do Jornal Desperta Palmeiras, e pela Rádio Comunitária Santos Dias. Esses meios de comunicação aglutinavam as mobilizações com as ondas dos alto-falantes que convocavam a população para as lutas e para todo acontecimento importante na comunidade.

Diante de tanta luta houve a necessidade de constituir-se como um movimento mais organizado, e, em 1981, é criada a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), que passa a organizar as lutas do bairro e cada dia passa a ser de conquista e resistência. Uma das principais lutas foi por água. Antes disso a água era distribuída em carros-pipa, e grandes filas se formavam para esperar pela água. Era necessário chegar muito cedo para não perder o tempo d'água. De acordo com Seu Celso, “era necessário acordar de madrugada para encher os baldes”. Com a escassez d'água, o Rio Cocó e os poços de águas eram as únicas soluções encontradas pelos moradores. Com muita mobilização foram construídos chafarizes na comunidade, lavanderia pública. A figura seguinte mostra a construção da primeira sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras.

Figura 20- Construção e reforma da ASMOCONP



Fonte: Acervo Instituto Palmas.

Em 1986, os moradores descobriram que por baixo das terras do Palmeiras passava o cano de tubulação que abastecia a cidade de Fortaleza. Uma grande manifestação foi convocada pelas lideranças do bairro para se concentrar no local onde esse cano estava. A deliberação do povo para as autoridades da época era que, se em quinze dias a água não chegasse à comunidade explodiriam aquele cano de tubulação. A imprensa foi chamada para fazer pressão nos governantes.

Segundo conta Seu Augusto, “concentrou-se muita gente, eram homens, mulheres, crianças e até gestantes, todos e todas estavam lá para lutar pela água encanada em nossas casas, mas não tínhamos explosivos e nem de fato sabíamos ao certo onde ficava esse cano de tubulação”. Segundo ele, o povo estava tão mobilizado que se fosse para morrer eles estavam preparados, que só arredavam o pé de lá depois que garantissem a água encanada para o Palmeiras. Depois dessa grande mobilização, enfim, chega a água encanada nas casas, conforme expressa a fala de Seu Manoel Evangelista: “Em 1986 não tinha água e as pessoas criaram um movimento forte. Energia tinha em 82. Para a água vir as pessoas ocuparam o Cambeba duas vezes, ocupamos lá, mas de uma semana acampados. Como o movimento tinha resultados, os moradores participavam muito”.

A figura seguinte ilustra a manifestação pela água no Conjunto Palmeiras, ocorrida na sede da CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará).

Figura 21- Manifestação pela água no Conjunto Palmeiras

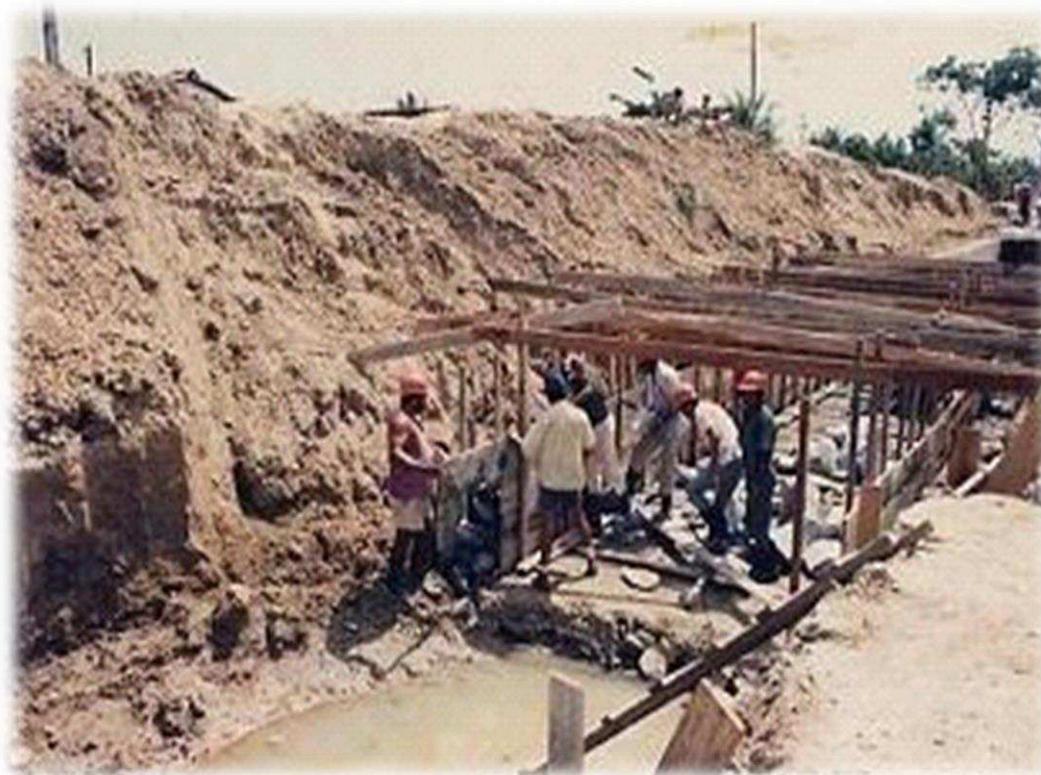


Cansados de há 12 anos esperar no Conjunto, população foi até a empresa

Fonte: Arquivo Banco Palmas.

Pelo desejo do povo foi decidido construir o Canal de Drenagem do Palmeiras, como estratégia para acabar com as enchentes que assolavam a comunidade e durante cinco anos a obra foi tocada pelos moradores de forma autogestionária. Em 1995, conseguiram conquistar o Projeto SANEAR, todos os trabalhadores que faziam parte da obra do canal de drenagem eram moradores do bairro, exceto os engenheiros e técnicos, uma forma também de gerar empregos e desenvolver o nosso bairro. Os recursos eram repassados pelo Programa de Trabalho e Renda (PRORENDA)³ para a Associação dos Moradores, que tinha um conselho que fiscalizava os gastos dos recursos todo final de mês e semanalmente se reunia para decidir onde seriam gastos. Essa obra mudou a vida da comunidade porque acabou com as ruas alagadas e com córregos em frente às casas. Em 1995, é iniciado o processo de implantação do saneamento básico, também decidido de forma autogestionária pela comunidade, através de reuniões e debates com a comunidade. A figura seguinte ilustra a construção do Canal de Drenagem do Conjunto Palmeiras.

Figura 22- Obras do Canal de Drenagem e saneamento básico na década de 1980



Fonte: Arquivo Banco Palmas

³ Programa de Trabalho e Renda, fruto de convênio firmado entre Estado e prefeitura de Fortaleza e o Governo Alemão através da ONG GTZ.

A construção da praça foi outro marco do nosso bairro. Mais uma vez, construída com toda nossa mão de obra local. Junto também com ampliação da sede da Associação dos Moradores desenvolveram-se projetos culturais de mobilização da comunidade: teatro, com a participação ativa nas escolas. A figura seguinte mostra a inauguração da praça do Conjunto Palmeiras.

Figura 23: Praça do Conjunto Palmeiras construída pelo povo



Fonte: Arquivo Banco Palmas.

É realizado em 1997 um encontro para avaliação do Seminário Habitando o Inabitável. Foi identificado que o bairro já estava urbanizado, mas economicamente o bairro estava pobre. O seminário deliberou, então, a criação de um projeto que visasse o desenvolvimento econômico do bairro. Em 1998 é criado o Banco Palmas como estratégia de desenvolvimento local.

O Banco Palmas é um dos maiores projetos da ASMOCONP, torna-se o primeiro banco comunitário com metodologia própria, autogerido pelos próprios moradores. Iniciou com apenas 1.000,00 reais, uma pequena sala e um computador velho e ultrapassado, como o próprio coordenador Joaquim Melo fala em suas palestras; o banco começou quebrado, mas à medida que foi crescendo dentro da comunidade e criando novas parcerias o banco desenvolveu várias metodologias. Até que em 2005 com as possibilidades de parceria com banco oficiais passou de um projeto da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras para uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Com a formalização pôde então fazer parceria com os bancos oficiais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica, atuais parceiros.

O Banco Palmas foi e ainda é responsável pelo desenvolvimento da comunidade do Conjunto Palmeira. Em suas ações, destacam-se ações de microcrédito para pequenos empreendedores da comunidade, com uma política humanizada, dentro da perspectiva da economia solidária. Nesse âmbito, visa o fortalecimento da economia local com a criação de uma moeda própria, a moeda social Palmas, junto com ações de formação política e capacitação para o trabalho formal e informal, e a promoção da comercialização de artesanato, culinária, produzida pelos produtores do bairro. Hoje, a moeda social saiu do papel e é utilizada num mecanismo de moeda eletrônica, chamado de *e-dinheiro*, dinheiro virtual. As ações de formação continuam com curso de economia criativa a partir da *Palmaslab*. A ideia do Banco virou uma tecnologia social e se multiplicou por todo Brasil e hoje criou-se uma rede de bancos comunitários no Brasil, um total de 78 bancos.

Em suma, destaca-se aqui que as lutas sociais do Conjunto Palmeiras foram levantes importantes para a busca de soluções de uma comunidade sofrida e cheia de problemas sociais, enfrentados coletivamente pelo seu povo. Por isso, a luta e a organização social desse lugar nos fazem refletir a partir do quilombismo, a partir da ação e do levante negro dessa população, que urbanizou e construiu seu próprio bairro, geriu os seus próprios recursos, mesmo que não tenha consciência negra desse processo.

4 ENTRELAÇAMENTO DA MINHA HISTÓRIA DE VIDA E A HISTÓRIA DO CONJUNTO PALMEIRAS

Este capítulo tem como objetivo mostrar o entrelaçamento da minha história com a história do Conjunto Palmeiras. Desse modo, assume-se nesse excerto a primeira pessoa do singular por se tratar de experiências subjetivas que estão entrelaçadas com esta pesquisa de mestrado. Logo, narro as minhas experiências familiares até chegar a minha participação na comunidade nos estudos do mestrado acadêmico da Universidade Federal do Ceará. Outro objetivo desse capítulo é também mostrar as relações que podemos fazer com os costumes africanos presentes em nossas famílias, ainda que tenhamos sido separados na diáspora.

O apagamento da nossa história nos desligou do nosso povo, da nossa cultura e, sobretudo, de quem nós somos, de nossas verdadeiras origens. Quero mostrar nesse capítulo que somos descendentes de uma matriz africana que foi muito forte aqui no Ceará, assim como a matriz indígena. O epistemicídio tentou apagar a nossa história, mas estamos ocupando os espaços para reescrever e fazer a conexão necessária para dizer que somos descendentes de um povo de memória, identidade e cultura africana.

Quando paro e vejo as transformações do Conjunto Palmeiras percebo que o lugar da minha infância era pouco povoado e não tinha a infraestrutura que se tem hoje. Penso o quanto de lutas e caminhos foram percorridos para chegar até aqui. O movimento comunitário e associativo foi importante na luta do desenvolvimento urbano e de infraestrutura do bairro. Foram muitas as lutas dos movimentos que construíram o Conjunto Palmeiras de hoje, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), Grupo de Jovens JUCRISPA, Rádio Comunitária Santos Dias, Associação Força Maior, Associação Mulheres em Movimento (AMEM), Movimento Pelas Creches, Centro de Nutrição, dentre outros, que foram decisivos para as nossas conquistas.

Fecho os olhos e lembro o quanto de reuniões, manifestações e protestos foram necessários para termos acesso a direitos básicos, como energia elétrica, água, esgoto, escola e transporte. As lembranças que trago é do final da década de 1980, lembranças de quando eu já tinha quatro anos de idade. Lembro-me bem da luta pelo canal de drenagem e pelo esgoto sanitário. Sempre acompanhava minha mãe para as reuniões na Associação de Moradores do bairro. Foi nessas participações que ela conheceu a Dona Marinete Brito, uma líder comunitária histórica da comunidade.

Figura 24- Dona Marinete Brito, líder comunitária do Conjunto Palmeiras



Fonte: Documentário Palmas.

Dona Marinete Brito foi uma das principais articuladoras das lutas do bairro, foi presidente da Associação de Moradores na década de 1980, período que estávamos saindo do governo de ditadura militar. Ela lembra bem que nesse período as reuniões da associação aconteciam secretamente, na casa de um dos moradores, para não chamar atenção da repressão. A líder comunitária esteve à frente de várias conquistas da comunidade e a principal e a mais emblemática foi a luta pela água encanada e pela construção do Canal de Drenagem, na qual foi membro do Conselho Local, em que representava a Associação dos Moradores ASMOCONP. Minha mãe se tornou muito amiga da Dona Marinete, era ela quem a animava a participar das lutas no Conjunto Palmeiras.

4.1 Caetanos e Matias: trajetórias no entrelaçamento de construção do conjunto Palmeiras

Minha família vem da região do litoral oeste, mais precisamente de um povoado chamado Salvador, pertencente ao território de Itapipoca, Ceará. Sempre eu ia lá nas férias quando criança. Não tem como precisar a idade certa desses fatos, mas pelas minhas contas tinha em torno de quatro a cinco anos de idade. A lembrança mais forte que tenho era de como o chão era seco e rachado pelo período da estiagem, apesar de ser uma comunidade dentro do litoral oeste do Ceará, a seca castigava aquela comunidade.

Meus familiares passavam muitas necessidades por lá, tudo eram longe e difícil, produtos básicos de higiene, bolacha e pão era só pra quem era rico. Eu e meus irmãos tínhamos que se nos adaptar a comer o que tinha: carne seca com tapioca, cuscuz, feijão com farinha, grolado, feito com massa de tapioca, enfim, era o que aparecesse. Tudo era longe e para comprar mantimentos tínhamos que ir até a cidade de Itapipoca, a 32 quilômetros da comunidade de Salvador. As casas eram todas de taipas, os moradores eram proibidos pelos donos das terras de fazer casas de alvenaria. A maioria dos moradores desse lugar era da mesma família. Quando chegávamos lá, a casa da minha bisavó, eu e meus irmãos tínhamos que dar a benção a quase todo mundo, como mandava a tradição.

A matriarca, a minha bisavó Maria Ferreira Caetano, a Mãe Caetana, como todos a chamavam, era uma senhora de pele negra e sofrida pelo tempo de sol ardente, ela teve 12 filhos, mas apenas oito sobreviveram. Casou-se duas vezes: a primeira com seu Francisco Teotônio, um homem negro, com quem teve quatro filhos, e que morreu de tuberculose. Dois anos depois minha bisavó casou de novo com o Pai Vicente, era assim que ele era conhecido, meu bisavô era um homem alto de olhos azuis, os outros cinco filhos que minha vó teve com ele eram todos misturados, uns eram brancos de cabelos *carapinha*⁴, e os outros de pele escura de cabelos lisos e *carapinha* também.

Minha bisavó tinha um gênio forte, era muito zangada, mas ao mesmo tempo afetuosa com os netos. Lembro bem ela contando história e lendas à noite na beira do fogo enquanto esperávamos a batata doce assar nos restos de brasa do fogão de barro e lenha. Era ela o nosso entretenimento nas noites de céus cheios de estrelas e sem televisão, longe da capital.

Sempre acordávamos com ela varrendo o quintal com a vassoura que ela mesma produzira com uma planta do quintal que ela juntava os garranchos. Era assim que ela mesma fazia sua vassoura. Já era bem idosa, mas não deixava de fazer essa atividade matinal e ficava zangada se bagunçássemos o quintal dela.

⁴ Cabelo crespíssimo.

Figura 25- Maria Caetana de Souza, minha Bisavó

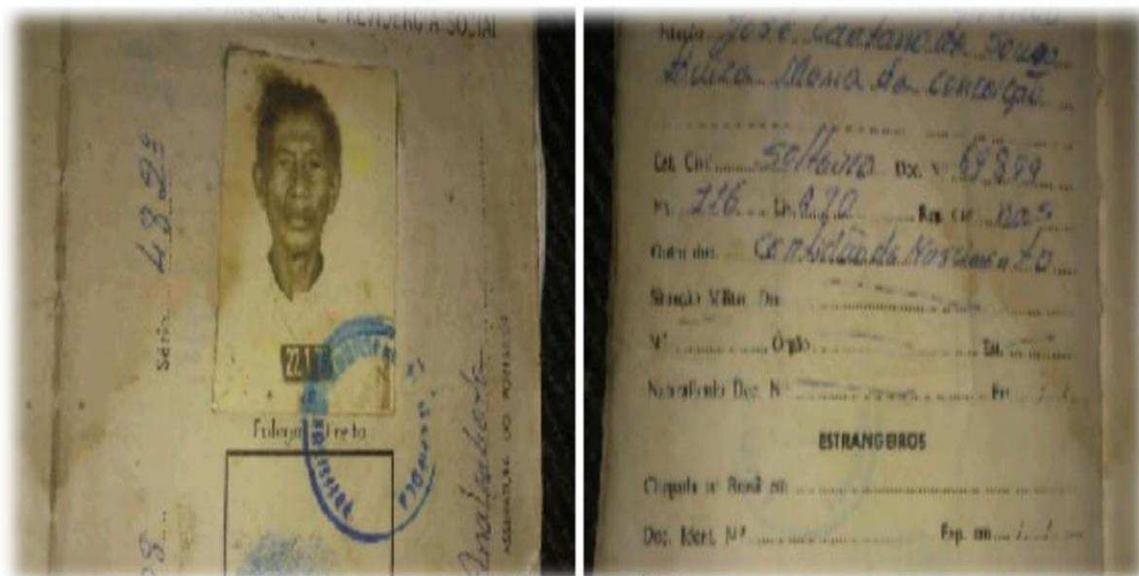


Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Minha bisavó morava nas terras de uma fazendeira, de família de portugueses. Dos donos das terras, uma das proprietárias se chamava Maria de Lourdes. As terras eram cedidas para as famílias morarem. Minha bisavó tinha um pedacinho de terra onde ela plantava mandioca, milho, feijão, hortaliças. Toda produção da terra era dividida com a família da Dona Lourdes. Não ganhavam dinheiro pelo trabalho, apenas pela comida, só tinham dinheiro quando conseguiam vender uma saca de farinha em Itapipoca, ou para algum dono de mercearia da região.

Minha bisavó trabalhou muito tempo pra essa família, meu bisavô também, o Pai Vicente morreu cedo e mais uma vez ela ficou sozinha novamente para cuidar dos filhos e netos. Esse modo de sobreviver é caracterizado ainda como escravidão. As famílias todas produziam em suas terras, mas tinham que dar tudo o que fosse produzido para o patrão.

Figura 26- Carteira de trabalho da minha bisavó



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Em outra localidade próxima de Salvador, Itapipoca, Ceará, moravam meus bisavôs paternos. Em área de assentamento do INCRA, de Várzeas do Mundaú Viera dos Carlos, pertencente ao município de Trairi, Ceará. A divisão entre essas duas localidades, Salvador e Várzeas do Mundaú era o rio. Lembro bem quando criança quando passávamos as férias na localidade de Salvador. Tínhamos que passar quinze dias também na casa da avó paterna, a Vó Terezinha, e para chegar até lá tínhamos que andar a pé e depois passar pelo o rio, ou a nado, quando tinha inverno, ou de carroça no período de estiagem.

Mas nem sempre as terras da minha avó foram de assentamento. Meus avôs paternos também por muito tempo não eram donos da terra. Todas as famílias que moravam em Várzeas do Mundaú trabalhavam para a família do Seu João Farias, ele também era português e arrendava as terras. Meus avôs sempre moraram nestas terras. Também, assim como a minha bisavó, Mãe Caetana, tudo que eles produziam na terra era dos patrões, eles só ficavam com uma parte da produção, seja de milho, feijão, mandioca, farinha ou goma.

As criações, fosse de carneiro, vaca, ou aves, eram divididas com os donos das terras, eles não ganhavam dinheiro, só tinham as terras. O pouco dinheiro que aparecia era se eles conseguissem vender também na feira de Itapipoca ou de Trairi. Várzea do Mundaú está mais perto do distrito de Itapipoca, a 37 km, enquanto que Trairi fica a 47 km. Portanto, mesmo a localidade sendo de Trairi, tudo se resolvia no centro de Itapipoca.

Minha matriarca paterna, Terezinha, era uma mulher forte valente e de luta, ela era a responsável pela criação dos 12 filhos que teve com meu avô. O Vô Antônio sempre

saía, estava sempre a procurar outros trabalhos fora da comunidade. Meu avô era homem sereno, de um coração enorme, um homem bem negro, mas muito parecido com um indígena. Certa vez ele contou que fugira da tribo, ele brincava com nossa imaginação. Ele contava muitas histórias, que não sei ao certo se eram coisas da imaginação dele ou se de fato ocorreu.

Figura 27- Minha avó Terezinha



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Das muitas histórias de criança tenho lembrança muito viva sobre ele contando de ter servido ao exército e de quase ter ido para a guerra, já estava em alto mar, embarcado com outros soldados quando tiveram a notícia que a guerra tinha acabado e voltou de novo para o Ceará. Tal fato, pelos dados históricos ocorreu em 1945, após o Brasil entrar na guerra quando Getúlio Vargas se alia aos Estados Unidos em 1939.

O Vô Antônio também contava lendas do interior. Como a que no quintal das terras dele passava um rio, ele não queria que nem eu, nem meus irmão, primos e primas descêssemos sozinhos para o rio, por isso contava histórias sobre a Mãe d'água, da cobra que engolia criança e assim ficávamos muito assustados, mas na verdade, isso nunca impediu da gente tomar banho no rio.

Meu avô Antônio tinha o costume de dar a cada neto um de seus animais, uma cabra, galinha, peru ou capote. Ele cuidava desses animais como se estivesse cuidando de um neto. “Olha ali menino, traz a cabra do fulano pra cá”, e recomendava a minha Teresinha que não era para matar os bichos. Ele dizia: “Ei tá vendo essa galinha? É do meu neto Fulano, não é pra matar, tô cuidando pra ele”. Meu avô foi vítima do Glaucoma muito cedo, aos 77 anos cegou completamente.

Figura 28- Família Matias comemorando o aniversário da minha avó Teresinha⁵



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

As famílias Farias e Maria de Lourdes e mais outras eram donas das terras da região de Várzea do Mundaú e Salvador. Essas famílias concediam as terras para as famílias morarem, mas com a condição que metade do que fosse produzido na terra fosse delas, que eram donas das terras. Algumas vezes mais da metade. Essa prática de arrendamento era prática comum aqui no Ceará com os negros e negras, que permaneceu mesmo após Abolição no Ceará, ocorrida em 1884. Mesmo com o fim da escravidão, a consciência escravocrata continuou, mas agora no regime de servidão, conforme explica Sobrinho (2015).

⁵ No centro da imagem está meu avô Antônio e a avó Teresinha. Ambos cercados de filhos e netos.

Com a morte dos proprietários da terra as famílias permaneceram com suas vidas normais. Passaram alguns anos até aparecerem pessoas dizendo ter direitos sobre as terras que eles moravam, o que gerou um grande problema para aquela comunidade. Como eles iam sair dali se toda a vida deles sempre foi lá?

Os homens que se diziam da família do Seu Farias, o fazendeiro dono das terras que minha avó e avô moravam queriam a desapropriação imediata das casas. Foi quando se organizou um grande movimento de luta na comunidade de Várzea do Mundaú pelo direito às terras. Em 1981 iniciou-se a luta, minha avó Terezinha foi uma das lideranças que ajudou a resistir na frente contra os homens que diziam representar a família Farias.

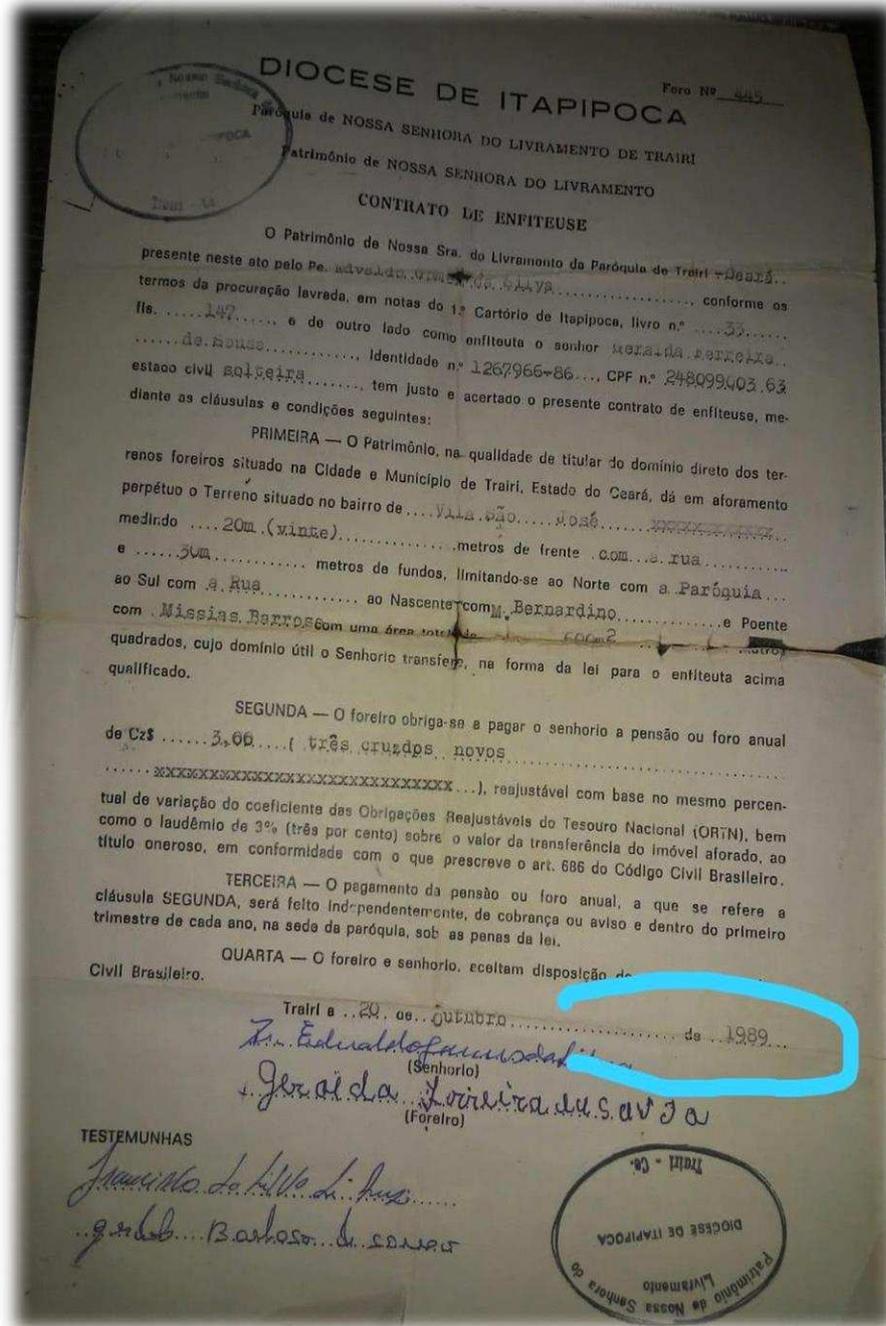
Nesse movimento pelas terras houve mortes, o que deixou a pequena comunidade com medo, pois o perigo de morte era iminente, pois se eles tiveram coragem de matar uma família inteira seriam capazes de muito mais. Essas eram falas das pessoas da época, de acordo com os relatos do meu pai, Manoel Leocádio. Eles resistiram e com a mediação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as famílias puderam ficar com a terra onde moram até hoje, desde 1984.

O mesmo não aconteceu com a minha família materna que morava em Salvador, Itapipoca. Os herdeiros estavam bem organizados com documentos, e com as mortes que aconteceram muitas famílias vieram embora, com medo de morrer, medo de pistolagem. Mas eles conseguiram resistir por mais tempo, era uma comunidade menor e não tinha a mesma organização que houve em Várzea do Mundaú.

A minha família materna foi umas dessas, com medo de morrer todos saíram das terras, uma das filhas mais velhas, a Tia Maria Caetana, desceu rumo ao Trairi, pois disseram que lá teriam terras para vender com o apoio do INCRA. Depois da partida dessa filha minha bisavó também regressou para o Trairi, tinha 80 anos na época. Minha avó Geralda, quem ajudou ela a comprar o terreno lá.

Minha avó Geralda junto com minha tia Luiza, ajudou a minha bisavó a comprar um pedaço de terra no Trairi. Tanto a Vó Geralda como a Tia Luiza foram umas das primeiras filhas a virem a Fortaleza para trabalhar em casa de família, a fim de mandarem dinheiro para Mãe Caetana. Elas saíram muito cedo de perto da mãe para trabalhar entre nove e dez anos, eram levadas pelos donos de fazenda para trabalhar na casa dos filhos deles, pela comida e por pouquíssimo dinheiro. Elas iam, inclusive, sem registro de nascimento, os patrões eram quem registravam elas. Por isso, pode ser que a idade delas seja até maior ou menor do que a que tem no registro de nascimento, da minha vó, da tia Luiza e das outras que vieram para Fortaleza sem o registro de nascimento.

Figura 29: Documento do terreno comprado no Trairi



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A minha avó Geralda veio para Fortaleza para trabalhar de empregada doméstica para ajudar a família. Sempre a admirei e fui muito apegada a ela. Ela sempre me achou muito esperta, muito inteligente desde criança, aprendi a ler muito rápido com sete anos e ficava lendo tudo pra ela. Quando saímos juntas ela já não pedia a ninguém pra ler as placas dos ônibus, eu lia tudo. Ela dizia: “Ah neguinha sabida!”. Adorava esse elogio dela.

Era ela quem levava eu e meus irmãos, Glaydson e Tiago, para passar as férias no interior. Chegávamos a passar um mês lá. Nesse período participávamos de todas as atividades da roça, desde plantar, colher e até ajudar nas farinhadas, raspando mandioca; era um trabalho exaustivo para os adultos, mas para nós, as crianças, tanto pra mim quanto para os meus primos que moravam lá, era diversão.

Figura 30- Meu tio avô Raimundo cercado por meus primos⁶



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Ficávamos na casa da minha bisavó, Mãe Caetana, que mesmo velhinha ainda era ela que dava as ordens da casa, os filhos sempre organizavam seus aniversários, ela dizia que toda vez que faziam seu aniversário era um dia a menos na vida dela. Mas os filhos faziam mesmo assim. Ela viveu até 105 anos.

⁶ O tio Raimundo é filho do primeiro casamento da Mãe Caetana.

Figura 31- Aniversário de 92 anos de Mãe Caetana⁷



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A relação com minha avó Terezinha também era de muito afeto, mas com um pouco mais de distância. Como a Mãe Caetana havia se mudado para a sede do município de Trairi, ficava mais difícil conviver nas férias com ela. Mas na nossa família paterna mantivemos a tradição de todas as semanas santas passarmos os cinco dias na casa dela.

Todos os filhos da Vó Terezinha tinham essa obrigação de estar com ela na Semana Santa. Ela sempre foi uma senhora muito devota, e a Semana Santa era um período sagrado para estar com os filhos. A Vó Terezinha era uma mulher linda e guerreira, e na sua casa sempre tinha muita fartura. Todas as pessoas que chegavam eram acolhidas com toda a ternura. Podia ser a primeira vez, ela tratava como se fosse um membro da família, tratava igualmente a todos. Não gostava de ver o fogão de lenha dela sem panela, ninguém podia passar pela casa dela sem comer alguma coisa. Ela e meu avô eram lindos, afetuosos com todos os netos e filhos e pessoas do assentamento de Várzeas do Mundaú, eles eram muito conhecidos.

⁷Aparecem nessa foto Vó Geralda, de roupa estampada de florzinha, a de branco do lado dela é a tia Luiza, a que está segurando no ombro dela, de branco, tia Maria. Ao redor da mesa, netos, bisnetos e tataranetos.

Minha mãe, Francisca, sempre alugava um ônibus para ir com todos os netos e filhos na Semana Santa. Era uma grande festa. A maior satisfação da vida dela era esse momento em família. A casa dela não cabia de rede no alpendre, ia gente dormir até na Casa de Farinha Comunitária. O princípio de família estendida estava bem presente nos dois lugares, seja na Vó Terezinha, como na casa da Mãe Caetana. E todos nós quando pequenos tínhamos que pedir a benção aos mais velhos, mesmo que não fossem parentes.

Minha avó Geralda veio trabalhar na capital cedo, em casa de família, às vezes era só pela comida, pois não recebia dinheiro. Mas logo arrumou um trabalho que a remunerasse com salário. Essa nova patroa que a contratou, Dona Teresa, pagava um salário a minha avó, mas ela só ia para o interior de quinze em quinze dias. O marido dela era engenheiro e trabalhava para prefeitura de Fortaleza, ficou sabendo das famílias que estavam sendo removidas para o Conjunto Palmeiras e da venda de terrenos mais baratos para pessoas que não tinham casas e estavam sendo desalojadas. Eles, então, levaram minha avó até o Conjunto Palmeiras, compraram o terreno para ela pagar a eles parceladamente. Em 1978, minha avó Geralda chega ao Conjunto Palmeiras, a casa ficava na quadra 3, lote 2, rua Oscarito, número 230. A primeira construção da nossa casa foi feita de lona que a Fundação Habitacional dava, depois foi de taipa e em seguida de alvenaria.

Minha mãe, seguindo os caminhos da minha avó, saiu do interior aos quatorze anos para trabalhar em casa de família. No início também trabalhava somente pela comida, mas podia estudar. Mas logo uma das suas primas que tinham vindo na frente arrumou outro emprego para ela, agora numa clínica, entregando café. Na época que minha avó ainda não tinha a casa no Palmeiras minha mãe morava junto com a prima Teresa, elas dividiam o aluguel com o que recebiam. Só depois veio morar na casa da Vó Geralda, no Conjunto Palmeiras, em 1980.

Minha mãe conhecia meu pai do interior, ele era vaqueiro, trabalhava para o Seu Farias, donos da terra da Vó Terezinha. Mas só começaram a namorar aqui em Fortaleza. Meu pai quando chegou a Fortaleza começou a trabalhar como trocador na empresa de ônibus Cruzeiro e morava junto com outras pessoas em uma casa alugada pela empresa para os trabalhadores que eram do interior e não tinham casa em Fortaleza.

Meus pais namoraram por dois anos. Logo se casaram e minha avó Geralda cedeu a casa do Conjunto Palmeiras para eles morarem, já que ela só tinha folga de quinze em quinze dias. Em 1982, já no Conjunto Palmeiras, receberam as benções matrimoniais na Igreja de São Francisco, foram casados pelas benções dos Padres Eduardo Gowing e Jacó Duggon, primeiros padres do Conjunto Palmeiras. Estes eram redentoristas, que contribuíram

muito para as primeiras lutas e conquista do bairro. Na figura abaixo consta a foto do casamento de meus pais, Manoel Leocádio Matias e Francisca Ferreira Matias, com o padre Eduardo ao centro.

Figura 32- Casamento dos meus pais em 1982



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Nossa casa ficava perto de um dos chafarizes que ficava na Rua Maisa, que era a fonte de água mais pura. Essa memória é de 1989, eu tinha quatro anos de idade. Ainda não tínhamos água encanada em nossas casas. As filas eram grandes nos chafarizes. Tínhamos entorno de um seis chafarizes e uma lavanderia pública.

Os poços artesanais cavados nos quintais e as cacimbas eram alternativas dos moradores para enfrentar a falta de água. Íamos pegar água no quintal dos vizinhos, na minha casa também tinha um cacimbão, mas a água não era boa para beber, era saloba, tinha gosto de sal.

Alternativa para muitas mulheres da comunidade que não queria enfrentar a fila da lavanderia pública era descer para lavar no Rio Cocó, suas águas não eram tão poluídas

como é agora. Para as mulheres era um fardo descer até o rio com roupas, comida fogareiro, pois levavam coisas para passar quase o dia na beirada do rio lavando roupa. O que era um peso para as mulheres para as crianças era uma diversão um dia de lazer.

A luta pela água começou cedo. Foram necessárias muitas reivindicações. Ter água saindo das torneiras hoje parece algo simples para os moradores mais recentes. Porém, foi preciso acontecer muitas manifestações e protesto na CAGECE. Lembro que minha mãe participava das reuniões que acontecia para que tivéssemos água encanada no bairro, sempre a convite de Dona Marinete Brito.

As reuniões eram feitas na rua, em frente às casas dos moradores. Eu sempre ia com ela. Nessa época não tínhamos nem água, nem esgoto e nem o canal de drenagem do bairro para escoar a água da chuva. A figura abaixo mostra como eram as ruas na época sem o canal de drenagem.

Figura 33- Valas da Rua Alcides Gerardes na década 1990



Fonte: Arquivo Banco Palmas.

Quando chovia era aquele problema de lama para os moradores nas ruas, mas para as crianças como eu e meus irmãos era pura diversão. Saíamos da nossa rua para brincar na Rua Ângela Dinis, que tinha uma vala onde escorria a água da chuva. Brincávamos nas valas abertas que hoje passa o canal drenagem, uma turma ficava de um lado e do outro e brincávamos de jogar mamona um nos outros; assim passava os finais de tardes e início da

noite brincando na rua até ouvirmos os primeiros gritos das nossas mães chamando: “Passa já pra casa, a gente passa o dia trabalhando e ainda tem que vir atrás dessas pestes na rua”. E assim se dispersavam todos e a brincadeira acabava.

A rua da minha casa antes do calçamento o chão era de cor vermelha, de terra batida e muita poeira. Havia uma cerca de madeira que cercava toda a casa, mas conseguíamos ver o quintal e as casas dos vizinhos. Tudo nessa época era compartilhado, todo mundo se ajudava para superar as dificuldades. Os vizinhos eram como extensão da nossa família. Compartilhávamos alimentos, objetos, assistíamos televisão na casa dos vizinhos, porque nem todo mundo tinha condições de ter a sua própria, compartilhávamos roupas. Era tudo muito comunitário.

Na frente da minha casa tinha uma castanhola, uma grande árvore. Logo na esquina quando eu olhava pela janela da minha casa via a casa da Dona Maria do Mundim, era uma das casas mais bonitas e organizadas, enquanto todos eram de cerca e parte alvenaria e parte taipa, a dela já era de tijolos e pintada de cor-de-rosa na frente e tinha até azulejos.

Dona Maria tinha vindo com os moradores remanejados da Paria, o seu marido era pescador, Seu Raimundo, conhecido no bairro como seu Mundim. Eles haviam saído do Poço da Draga, do outro lado da cidade da orla marítima para morar no Palmeiras. Muitas famílias que vieram da orla marítima ocuparam a quadra dois do Conjunto Palmeiras.

Figura 34- Ao fundo casa de Seu Mundim e Dona Maria em 1984⁸



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

⁸ A criança da foto é meu primo Adonízio Matias, na época com dois anos de idade.

O Conjunto Palmeiras na época foi dividido em quadras. A quadra 2 foi ocupada em sua maioria pelos moradores que vinham desalojados de outros bairros e que queriam comprar terreno a um menor custo. Ela é composta pelas ruas Maiza, Silvinha Teles, Oscarito e Ângela Dinis, finalizando nos quarteirões das ruas Caixambú e Canguru. Essa área também foi habitada pela maioria dos moradores oriundos do Poço da Draga.

Uma das coisas que mais lembro da minha infância é que aos finais de tarde muitas famílias sentavam nas calçadas para conversar. Eu e meus vizinhos brincando, nossa mãe sentada numa pedra em frente de casa, e nós brincando de tudo que era brincadeira.

Lembro-me das idas e vindas nos equipamentos do bairro para a Casa de Parto, para o Posto de Saúde Pedro Sampaio, primeiro posto da comunidade. Lembro bem quando foram fechar a Casa de Parto, foi um reboiço na comunidade, uma construção feita pelos moradores, por iniciativa própria da comunidade, ia ser fechada pela prefeitura. Realizaram várias manifestações, mas não teve jeito, fecharam a Casa de Parto.

A atividade cultural do bairro acontecia com o Bumba meu boi, que faz parte da cultura brasileira, que envolve aspectos indígenas e africanos, contando a lenda da Catirina e do pai Francisco (Chico), muito forte no norte e nordeste do Brasil.

A toada das danças e cantorias dava para escutar da minha casa. Eram apresentadas na minha rua oscarito, a maneira de dançar, as roupas dos brincantes, o boi, nunca saíram das minhas lembranças. É possível visualizar as cenas quando fecho os olhos. Era encantador a maneira como Loh era conhecido, puxava e brincava, animando a comunidade na frente da casa da dona Eunice.

Os dois, Dona Eunice e Loh, organizavam o Bumba meu boi no bairro, eles contagiavam as ruas com teatro e as danças do Bumba meu boi. Foi um dos primeiros grupos culturais do bairro. O Loh foi também um dos primeiros pais de santo na comunidade, tinha um terreiro que era muito frequentado na comunidade. Hoje ele se converteu à igreja evangélica, deixou de ser travesti e segue a sua vida fora da comunidade do Conjunto Palmeiras.

O Mercado Público foi outro espaço importante. Teve sua construção iniciada ainda na década de 1982. O mercado era um espaço de comercialização das mais diversas especiarias, como temperos, ervas e plantas medicinais, peixes, carnes, frios, artesanatos regionais, como colheres de pau, panela de barro e roupas.

Ao redor do mercado tinha uma praça com vários bancos para sentar e logo à frente do mercado ficava o ponto final dos ônibus. Era um lugar que os ônibus paravam para desembarcar os passageiros. A praça do mercado era um espaço bem disputado pelos casais

de namorados, eu era criança tinha entre seis e sete anos, minhas vizinhas jovens na época me levava como desculpa para suas mães não saberem que iam namorar. Também era espaço dos jovens que jogavam a capoeira angola, que marcaram a história do Conjunto Palmeiras com as históricas quintas-feiras da capoeira, que aconteciam em frente ao mercado. A capoeira angola era uma das formas de expressão cultural negra muito forte, que reunia muita gente em frente ao mercado para ver os meninos jogar capoeira. O grupo surgiu com a criação do Centro Social Urbano (CSU) em 1978. Nasceu com a resistência, recebendo o nome de Capoeira, Quilombo dos Palmares, nome dado pelo Mestre João Baiano.

Mas infelizmente o mercado chega ao fim. De acordo com seu Nonato Serpa, que foi administrador do mercado, a negociação com a prefeitura era para fazer melhorias no mercado ou fazer uma escola que era uma promessa antiga para os moradores, porque a Escola Marieta Cals que foi construída no terreno de um estábulo já não comportava a demanda de estudantes do bairro e a carência por educação era muito forte.

A prefeitura na época alegava não ter espaço na comunidade para fazer uma escola e por voto popular decidiu que o terreno do mercado seria a Escola Marieta Cals. E em 1995 o mercado é derrubado e é criada a Escola de Ensino Fundamental Marieta Cals. Ganhamos a escola, mas perdemos um importante espaço público e de referência histórica para a comunidade.

O CSU era outro espaço público necessário no Conjunto Palmeiras. A sua criação trouxe muitas atividades para a comunidade, como cursos e treinamento para inserção no mercado de trabalho. Era o único espaço de lazer da comunidade. Suas quadras esportivas ficavam disponíveis para comunidade. Oferecia lanche para quem participava das atividades. Como a comunidade era muito carente era sempre lotado de crianças, adolescentes e jovens.

Era também no CSU que aconteciam os festivais de quadrilha junina. Esses festivais eram organizados pelos jovens da comunidade. Nas minhas contas no Palmeiras tinha umas três quadrilhas juninas, Pé Rachado, Estrela do Sertão e Meu Sertão. Essas quadrilhas disputavam entre si, mas de forma muito saudável. Eu desde criança adorava o período junino para ver o festival de quadrilha no CSU.

Com as mudanças sociais, com o crescimento da violência urbana na cidade e nas periferias, muitas atividades foram deixando de acontecer no bairro. Dos anos 1990 a início dos 2000 eram as disputas entre as gangues que geravam medo. Hoje são as facções e a participação de adolescentes que tem causado preocupações nas periferias, como o Conjunto Palmeiras. Inclusive, foi nesse bairro onde nasceu uma das maiores facções do

Ceará, os Guardiões do Estado (GDE). É um poder paralelo que movimentou a comunidade e alicia cada vez mais crianças e adolescentes para o mundo do crime.

4.2 Trajetória de vida e papel social na minha comunidade

A minha vida tem um entrelaço importante com a Igreja Católica, mais precisamente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A participação na igreja foi decisiva para o meu engajamento na comunidade. O bairro Conjunto Palmeiras está ligado à minha identidade.

Entre os meus sete anos comecei a fazer o catecismo com uma moça chamada Edinuzia, uma jovem que todos os sábados pela manhã vinha me buscar em casa para levar para o catecismo. Eu ainda não tinha muita noção do que eu estava fazendo, mas gostava de todos os sábados acordar cedo e ir para igreja católica. Achava bonito de ver da janela da sala a palhoça o pessoal das CEB fazendo as reuniões, discutindo assuntos da comunidade, de lá eu via o Weyne Tiago, a Bete Silva, o Padre Cicho, a Dona Toinha, o Seu Emanuel, Evangelista, liderança comunitária, e ficava admirada em vê-los.

A palhoça do Conjunto Palmeiras era no formato de uma oca indígena, foi pensada nesse formato em homenagem à nossa grande influência indígena no estado do Ceará. E também pelo fato de na comunidade ter uma moradora que oficialmente era reconhecida como índia, a Ipiguanuchuna, ela veio morar no conjunto Palmeiras, a origem dela é do Pará, veio para Fortaleza viver em áreas de ocupações até ser remanejada para o Conjunto Palmeiras.

A imagem abaixo mostra as atividades que aconteciam na palhoça do Conjunto Palmeiras na década de 1990. Entre várias atividades aconteciam encontros da Pastoral da Criança, e os encontros do Projeto Vida Jovem Agora, pensando e organizado pelo Padre Chico Mouser, coordenado por Patrícia Freire. As comunidades vinham de diferentes lugares para o Conjunto Palmeiras, para celebrar e também discutir os problemas sociais da comunidade.

Figura 35- Palhoça no Conjunto Palmeiras na década de 1990



Fonte: Associação de Mulheres (AMEM).

A rotina de ir à igreja todos os sábados continuou, com oito anos de idade já percebia os debates que aconteciam lá e me sentia instigada. Com onze anos consegui fazer minha primeira comunhão, seguindo a tradição da igreja católica, que confirma o sacramento do batismo.

Figura 36- Jovens recebendo o sacramento da eucaristia⁹



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

⁹ Minha primeira eucaristia.

Outra referência para mim foi a Dona Jucileide, ela foi uma das primeiras catequistas do bairro, foi ela quem orientou meus pais no curso de noivos. E foi também uma grande lutadora na comunidade. Essas duas mulheres, a Edinuzia Sales, que cito no texto acima e Dona Jucileide, foram minhas duas fontes de inspiração para me tornar catequista da comunidade do Conjunto Palmeiras.

Forma tímida, ainda com medo de me aproximar me aproximei do campo mais progressista da igreja que formavam as CEB, ligadas à Teologia da Libertação, uma igreja popular, que entendemos a ala da instituição católica que não só declara sua “opção pelos pobres”, mas desenvolve práticas de mobilização e organização das classes populares com o intuito de conscientizar e formar agentes sociais para a transformação radical da realidade (SOUZA, 1994).

Após a minha primeira eucaristia estava pronta fazer parte da comunidade, pois é a confirmação do batismo, de acordo com os rituais da Igreja Católica. Que você decide se quer viver na doutrina católica por livre e espontânea vontade. Aos doze anos decido então a ser catequista. Assumir esse papel significava ser uma liderança na comunidade à luz da Igreja Católica. Inicialmente comecei auxiliando uma catequista veterana, a Dona Jucileide, e depois a Cilene. Elas me ensinaram os primeiros passos do catecismo da Igreja Católica.

Paralelamente ia participando das atividades promovidas pelas CEB, e pelas pastorais sociais da igreja. A presença de dois padres diocesanos e engajados na lutas sociais da comunidade, Padre Francisco Moser e Padre Luis Fonasier, os dois italianos, ajudava a comunidade se envolver nas reivindicações que precisava. Havia uma presença muito forte dos moradores nas reuniões que aconteciam na palhoça, nessas reuniões não iam somente católicos, mas evangélicos, pessoas da umbanda, espiritismo, eram padres bem progressistas, que traziam muitos projetos para o Conjunto Palmeiras. A figura ilustra, minha participação na igreja como catequista, nessa foto tinha entorno de 16 anos.

Figura 37- Eu como catequista com 15 anos de idade



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Um dos principais meios de articulação das CEB foi a Rádio Comunitária Santos Dias, um instrumento de comunicação muito eficaz para a comunidade. A rádio comunitária foi fruto do trabalho engajado dos padres italianos da ordem diocesana, Chico Mouser e Padre Luis Fasnosier.

A Rádio recebeu o nome de Santos Dias em Homenagem ao metalúrgico que morreu em luta pela polícia em São Paulo na época da ditadura militar, em 1982. A organização era autogestionária, feita pelos membros das CEB e dos grupos de jovens. O principal locutor da rádio foi Weyne Tiago, que era um dos locutores mais conhecidos pelos alto-falantes na comunidade. A figura, mostra o prédio onde funcionava a rádio Santos Dias.

Figura 38- Prédio da Rádio Santo Dias



Fonte: Arquivo da Associação de Mulheres em Movimento (AMEM).

A função da rádio era para os mais diversos serviços, servia para divulgar o falecimento de um morador, como também para divulgar pedidos de ajuda para enterrar pessoas que não tinham como comprar um caixão, anunciar documentos perdidos, as vendas de casa, horário das missas e os horários dos encontros das CEB, encontro esse que se chamavam mesa redonda com o Padre Chico.

A Rádio funcionou por doze anos em sistema de alto-falantes, seu ano de organização foi em 1989. No ano de 2001 passou a funcionar por ondas, como FM comunitária, na frequência de 87,9 mega-hertz. Os Padres Chico e Padre Luís faziam um grande esforço para que a rádio não fosse fechada, pois havia um grande debate na sociedade sobre rádios piratas, rádios que interferiam na frequência de aviões e que podia derrubá-los.

A regulamentação só podia ser liberada de acordo com os padrões da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Houve várias tentativas para lacrar a rádio, mas Padre Chico sempre conseguia impedir, porque tinha uma rede de cooperação muito boa com advogados, que iam conseguindo liminar por trás de liminar para fazer a rádio funcionar. Em uma dessas liminares judiciais que o Padre Chico Mouse conseguiu determinava um prazo para o funcionamento da rádio. Antes que pudéssemos se adequar, a rádio foi lacrada em 2004. Por meio dos dispositivos legais, com base no artigo 183 da lei 9.472/97, a Lei Geral

de Telecomunicações (LGT) a rádio encerrou seus trabalhos. Isso aconteceu logo após a partida do padre Chico para o Timor Leste na Ásia.

A Rádio Comunitária Santo Dias foi importante para mim, porque foi nesse período pelos alto-falantes que decido me engajar na igreja como catequista, ao ouvir a chamada de uma mesa redonda que iria tratar sobre a questão dos negros, uma reflexão sobre o 20 de novembro, que aconteceu na palhoça da Igreja Católica. Foi nesse exato momento que eu começo a me perceber e pensar sobre a questão racial, ainda não tinha uma consciência negra, mas naquele momento comecei a me perceber enquanto negra e entender as formas diferenciada que eu era tratada em determinados espaços, na escola, nas brincadeiras com os amigos.

Em 2001, assumo um programa na rádio comunitária fazendo a locução do programa chamado Geração Jovem, nesse período a rádio tinha uma frequência direta nas ondas do rádio, na frequência 87,7.

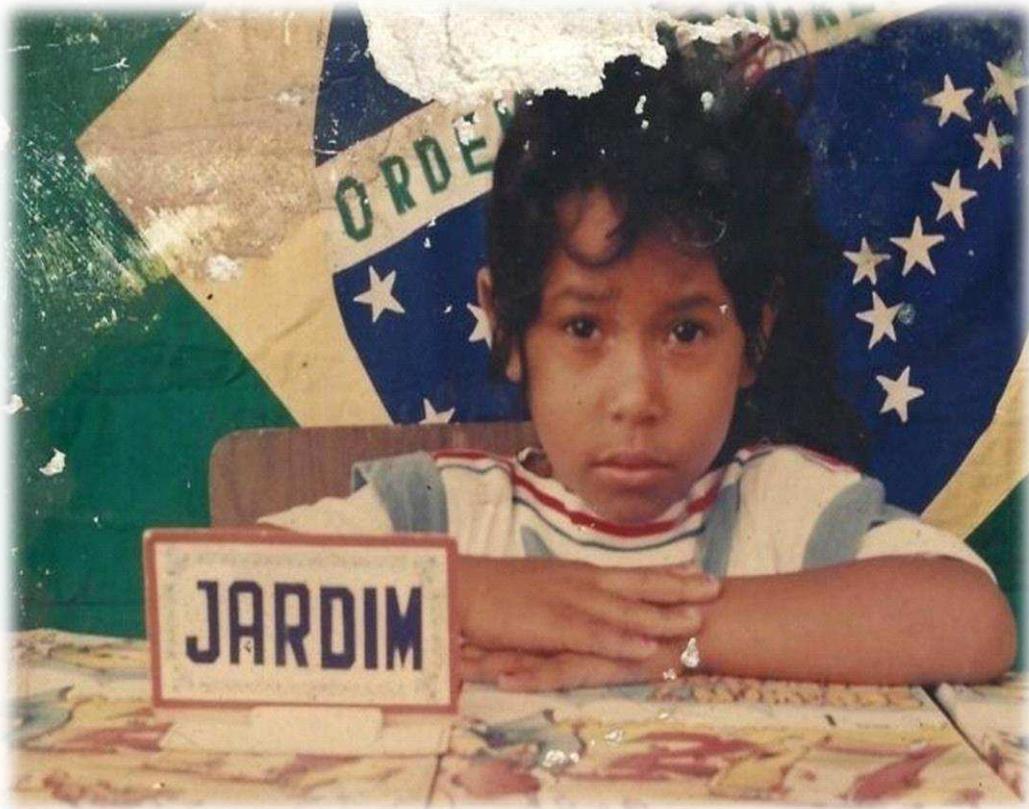
Padre Chico e Padre Luís foram convidados para trabalhar com as famílias para desenvolver um trabalho no Timor Leste, depois de dezessete anos trabalhando na comunidade do Conjunto Palmeiras. O movimento das rádios comunitárias se enfraqueceu com a saída do Padre Chico, e por isso a rádio é lacrada em 2004. Um importante instrumento de mobilização foi fechado, deixando de cumprir uma função social importante, que era de informar a comunidade sobre seus direitos, deveres e compromissos com a comunidade.

A igreja teve um importante papel na minha inserção nos movimentos sociais, e para falar do papel da igreja na minha inserção nos movimentos sociais vou ter que retomar memórias da minha infância de quando tinha quatro anos e iniciei minha vida escolar. Sempre tive um perfil de menina tímida, e algumas vezes o meu jeito para algumas professoras parecia atrevida, porque eu era respondona na sala de aula. Sempre notei na escola a preferência dos professores por alguns alunos e sempre era pelos alunos aparentemente mais bonitos, penteados. Minha mãe sempre prezou que eu e meus irmãos fôssemos bem vestidos, penteados e cheirosos para escola, justamente para não haver comentários de que éramos fedidos. Mas mesmo assim não garantia a atenção amorosa da professora.

Eliane Cavaleiro analisa racismo, preconceito e discriminação na educação infantil e constata o quanto o racismo é naturalizado no ambiente escolar. “Isso é bastante perceptível quando analisado o comportamento não verbal que ocorre na interação professor/aluno branco. Nelas é natural o contato físico, acompanhado de beijos, de abraços e de toques (CAVALEIRO, 2015, p. 72). Esse toque dos professores não era rendido a todas as crianças.

Quando eu estava com seis anos e cursando a alfabetização tive uma professora que a chamarei aqui de Flor. Por causa dela fui motivo de chacota na sala de aula. Ela sempre protegia uma aluna que era a mais bonita em sala de aula, o rosto dela parecia de uma boneca, seus cabelos eram lisos e bem pretinhos e tinha a cor branca. Ela era sempre bajulada, era a mais comportada, a mais inteligente, mais tudo.

Figura 39- Foto tradicional encerrando a Alfabetização da autora



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Certo dia na aula a menina levantou para ir ao banheiro e sem querer pisei no pé dela, ela chorou e disse que eu fiz de propósito, e por mais que eu dissesse que foi sem querer, a professora não acreditava em mim, e não me deixou ir ao banheiro, voltei para minha cadeira e fiquei respondendo a professora dizendo que foi sem querer, ela pediu que eu me calasse eu repetia “foi sem querer tia”, nesse momento meu lápis cai no chão e tive que dar as costas para ela para apanhar meu lápis, ela achou essa minha atitude desrespeitosa. E disse que dar as costas enquanto uma pessoa está falando é falta de educação. E pela segunda vez no mesmo momento ela não acreditou em mim e disse que eu era uma menina mal-educada e que eu tinha lhe desrespeitado. O resultado dessa história é que minha mãe foi chamada na escola e na frente da turma brigou comigo e todos os alunos, inclusive a menina “vítima”

ficaram rindo de mim por muitos dias. A professora Flor nem sabe o quanto isso doeu em mim, porque em nenhum dos atos tive intenção, mas fui mal interpretada por me defender respondendo-a e por ter mexido com a aluna querida. “Assim podemos supor eu, na relação professor/ aluno, as crianças brancas recebem mais oportunidades de se sentirem aceitas e queridas do que as demais” (CAVELEIRO, 2015, p.73).

Quando estava na segunda série eu já tinha sete anos e mais uma vez a professora repetia a mesma coisa. Estávamos aprendendo a escrever e ler com fluência, e a professora que chamarei aqui de Orquídea também não dava muita atenção para as crianças negras, meu nervosismo com ela era tão grande que eu lia gaguejando e ela sempre dizia que eu tinha o rendimento baixo, e sempre nos comparava com as crianças brancas dizendo: “Olha como ela sabe! Olha muito bem você é inteligente!”. Enquanto comigo e outras crianças ela dizia: “Vocês aprendam, vocês dão muito trabalho”.

Lembro que na festinha de São João eu queria muito participar, mas não tinha par para dançar comigo, porque essa mesma professora, a Orquídea, já tinha um par para cada criança e ela mesma que escolhia os pares, e para mim ela não achou um par, porque na visão dela, eu não combinava com ninguém.

Fiquei desapontada, porque estaria de fora, minha mãe fez um vestido lindo para mim de São João, mas eu não participaria da quadrilha junina da classe, porque eu não combinei com ninguém, e adivinhem quem era a rainha? A aluna mais branquinha da sala, a mais bonita que, inclusive, fez par com o filho dela, que era um menino muito bonito, do cabelo liso, eu queria que ele fosse meu par, mas era impossível, porque na visão da professora eu não combinava com ele.

O quanto isso me frustrou! Foi muito difícil, pois fui tão linda nesse dia para escola com meu vestido de chita e fiquei só olhando meus colegas dançar a quadrilha junina da sala. Sempre alimentei a vontade de dançar quadrilha junina, mas nunca realizei esse sonho até hoje.

Com isso fiquei mais tímida em sala e não conseguia ter uma boa desenvoltura em sala de aula de aula, eu era medrosa, tímida, retraída, me sentia feia e não era só eu que me sentia assim, mas outras crianças também, e era dessas crianças que eu me aproximava para se sentir incluída. Era um paradoxo se sentir incluída no meio das crianças excluídas.

Já na terceira série, com sete anos conheci uma professora que vou chamar de Girassol. Ela tratava os alunos de maneira diferente, lembro que nos recebia em sala com um beijo e um cheiro, sem distinção, e me senti mais solta na sala de aula. Ela nos incentivava a ler e escrever de forma diferente. Nesse período o bairro estava se organizando em torno do

esgoto e do canal de drenagem e minha mãe me levava para essas reuniões. Ouvi muito na igreja quando ia com minha mãe sobre as lutas do bairro, e a professora, a fim de nos incentivar a escrever, pediu que nós fizéssemos uma redação sobre o que achávamos do bairro. E nessa redação, diferente das outras crianças, eu comecei a falar sobre os problemas do bairro e o quanto precisávamos nos unir para conquistar e melhorá-lo. Quando a professora leu minha redação perguntou da onde tinha tirado tudo aquilo e disse: “Ouvi na Igreja Católica”. Ela pegou meu texto e levou para a diretora, mostrou para outras professoras e pela primeira vez eu me senti vista, porque tinha feito uma redação sobre o bairro. Com isso ganhei novo ânimo e a menina tímida tomava orgulho de si mesma e passava a ganhar confiança em sala de aula e com os professores, a ser mais participante.

Na quarta série meu rendimento cai mais uma vez. Eu tinha em torno de nove anos, mais uma vez me frustrava, porque não conseguia aprender matemática e fui reprovada, mas havia também por trás dessa reprovação algo a mais. Na avaliação da professora constava que eu não fazia as tarefas e se negava a participar das avaliações orais e no quadro. Tudo porque tinha uma aluna que sempre implicava comigo, ela sempre me chamava de macumbeira, sempre buscava me diminuir por causa do meu cabelo e da forma que eu me vestia. Nós duas sempre brigávamos em sala de aula e a professora não falava nada. Eu sempre era alvo de chacota por causa dela e quando tinha avaliação oral, ou era para responder alguma questão no quadro eu me negava, porque ela fazia todos rirem de mim, ao me chamarem de macumbeira, “boneca do Satanás”, porque eu era preta e meu cabelo era armado. E a professora não fazia nenhuma intervenção, só colocava o ponto negativo. Isso era um grande impedimento para eu avançar na matéria. Fui reprovada, ela passou, mas o lado bom da reprovação é que não tinha mais que conviver com ela nas séries seguintes.

A participação na igreja como catequista e a participação nas formações das CEB e pastorais sociais me possibilita uma nova desenvoltura em sala de aula e uma participação mais engajada com os olhos voltados para a participação na comunidade. Dos doze anos até os quinze segui assim, com mais segurança, sem tanta timidez em sala e nas atividades que acontecia na Escola Helenilce Cavalcante Leite Martins e, posteriormente, com quinze anos fui estudar em Messejana, no Liceu, porque não tinha escola de ensino médio suficiente no bairro. No Liceu, participei da organização das eleições do grêmio, mas não ganhamos.

O interesse pela organização do bairro só aumentava e isso me acompanhava na escola. A relação com a igreja e os movimentos sociais me fez querer entrar para a vida religiosa, para Congregação Servas de Jesus Cristo. Aos dezoito anos fiz a experiência, na região do Crato, no Cariri. Era uma congregação nova, elas eram dissidentes da Congregação

filhas de Santa Tereza. Mas não deu certo, porque a vida reclusa não era bem o que eu esperava, não tinha vocação. Quando decidi ser freira me espelhava nos religiosos revolucionários da história da Igreja, como Frei Tito de Alencar e outros(as). Nesse período abandonei a vida comunitária por um ano. Terminei com namorado, larguei os planos de entrar na faculdade e a coordenação da pastoral da juventude e fui viver o aspirantado religioso. Mas logo desisti, porque eu queria participar das coisas da comunidade, das lutas. Era início do governo Lula, 2003 para 2004 e havia muitas oportunidades de cursos e possibilidades de entrar numa faculdade e não poderia participar, pelos menos até chegar ao noviciando, levaria uns seis anos. Portanto, decidi sair para estudar e dedicar-me a vida nas atividades da comunidade. Ao retornar do convento, escuto a notícia que a Associação dos Moradores e o Banco Palmas estavam oferecendo cursos e capacitação para o trabalho. Fui aprovada na seleção e passei desde então a militar e trabalhar com projetos sociais na ASMOCONP/ Banco Palmas.

Em 2004, já com dezenove anos, ingresso na Associação de Moradores ASMONCONP/Banco Palmas, através do curso de comunicação popular. Esse curso me possibilitou ampliar casa vez mais a minha consciência política. O *Projeto Jovens Diferentes*, em 2004, foi importantíssimo para o meu engajamento. Os sujeitos envolvidos eram jovens deficientes, negros, homossexuais e indígenas. Em um dos ciclos de palestras foram tratadas as temáticas do movimento negro no Brasil, pelas professoras Joelma Gentil, professora da rede municipal de Fortaleza e Zelma Madeira, professora da Universidade Estadual do Ceará.

Essa participação me fez entender a necessidade de lutarmos por políticas públicas que garantissem direitos à população negra e o quanto seria necessário lutar contra as opressões para a conquista de direitos raciais no Brasil. Abria-se um horizonte a minha frente.

Em 2005, passo a trabalhar na Associação de Moradores com vários projetos, como o *Palma Natus*. A ideia do projeto era fomentar quintais produtivos de plantas medicinais e nos organizarmos em cooperativa para fornecer remédios fitoterápicos à Prefeitura Municipal de Fortaleza, que na época estava começando a introduzir os fitoterápicos nas farmácias dos postos de saúde. Mas a ideia não logrou por uma série de exigência pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

O *Projeto Feiras Solidária* tinha o objetivo de organizar os produtores locais em uma rede de escoamento da produção de artesanato, roupas e culinária. As feiras tinham um papel de promover um ambiente de lazer com os artistas locais da comunidade. Era um espaço para o encontro de famílias, troca de experiência e lazer.

O *Projeto Bairro Escola de Trabalho* capacitou mais 1.500 jovens da periferia. Com objetivo inseri-los no mercado de trabalho local, recebia capacitação nas mais diversas áreas. Depois passavam três meses estagiando nos setores do comércio, serviço e indústria. Meu papel era capacitá-los sobre os temas políticos e organização comunitária do Conjunto Palmeiras.

Figura 40- Minha participação no Projeto Bairro Escola de Trabalho



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Com o objetivo de expandir a comunicação do Banco Palmas passo, junto com uma equipe, a produzir o *Jornal do Banco Palmas*. Fiquei responsável pelo *Jornal*, porque tinha o curso de diamagração. Esse jornal passou muito tempo sendo produzido, até que saiu de circulação. Essa atividade foi muito importante, porque com o fim da rádio comunitária ficamos sem nenhum canal direto com a comunidade, e o jornal ajudávamos a ter uma proximidade melhor com a comunidade.

Figura 41- Banco Palmas na Rede



BANCO PALMAS

na rede

Edição Especial do Carnaval

Informatório popular do Conjunto Palmeira
Conjunto Palmeira - Fortaleza - Ce Ano 3 / Nº 9 / Junho de 2009

Distribuição Gratuita

Carnaval de Paz !!!



Chegou o período carnavalesco. O Carnaval teve início na Grécia, a 600 anos antes de Cristo. Era uma festa organizada pelos agricultores para comemorar a fertilidade e produtividade do solo. Depois o carnaval chegou à Itália e foi se espalhando pelo mundo, até que os portugueses trouxeram o carnaval para o Brasil. Sempre, em todas as épocas, o Carnaval foi uma festa de PAZ. Uma festa do povo, das famílias que saem as ruas e se abraçam para sorrir, brincar, cantar, dançar, comemorar a vida e esquecer as tristezas. Esse é o sentido do carnaval. Esse é o carnaval que vários grupos culturais, associações, comerciantes, produtores, escolas, e várias outras instituições do Conjunto Palmeira têm promovido. Em 2007 os moradores do Conjunto Palmeira criaram o Bloco Bate Palmas que se tornou uma referência no bairro e em toda Fortaleza. Há dois anos o bloco Bate Palmas sai as ruas do Conjunto Palmeira cantando uma música tema gravada especificamente para animar o nosso pré-carnaval. São canções educativas com forte apelo para a história do Conjunto Palmeira e para a necessidade de criarmos uma cultura de cooperação e solidariedade em nosso bairro. Em 2009 estamos organizando o III pré-carnaval de Paz. Uma festa que reúne crianças, idosos, jovens, senhoras e senhores. Um carnaval da família. Durante 04 sábados o bloco sairá às ruas do Palmeira, puxando os foliões com uma alegria contagiante, onde quem fala alto é a felicidade e o cuidado de um com o outro. Venha. Traga sua família. Participe de nosso pré-carnaval. Entre nessa onda de felicidade!

Vai começar... a Brincadeira Bloco Bate Palmas do Palmeira!!!



Música do Carnaval 2009

Paralyba & Cia. Bate Palmas

O Bate Palmas quando entra na avenida,
men bem
É alegria na geral
Segure a onda que o Conjunto Palmeira
chegou
Pra incendiar o carnaval
Bate Palmas: bate o coração
Bate Palmas, bate forte o tambor
Bate Palmas: bate o coração
Eu quero amar, eu quero amor
Em nosso bloco encontrei você
Fomos à Oficina
Fiz um tambor
Você lá no Estúdio
Mandou bem na rima
Vamos passar no Ponto de Cultura
Encontrar a turma e entrar no clima
Paz mudar a velha estrutura
Bate Palmas: tá com tudo em cima!

Central Palmas de Comercialização

Valorize os produtores da sua comunidade!

Informações: 3269.1547

Fonte: Arquivo Banco Palmas.

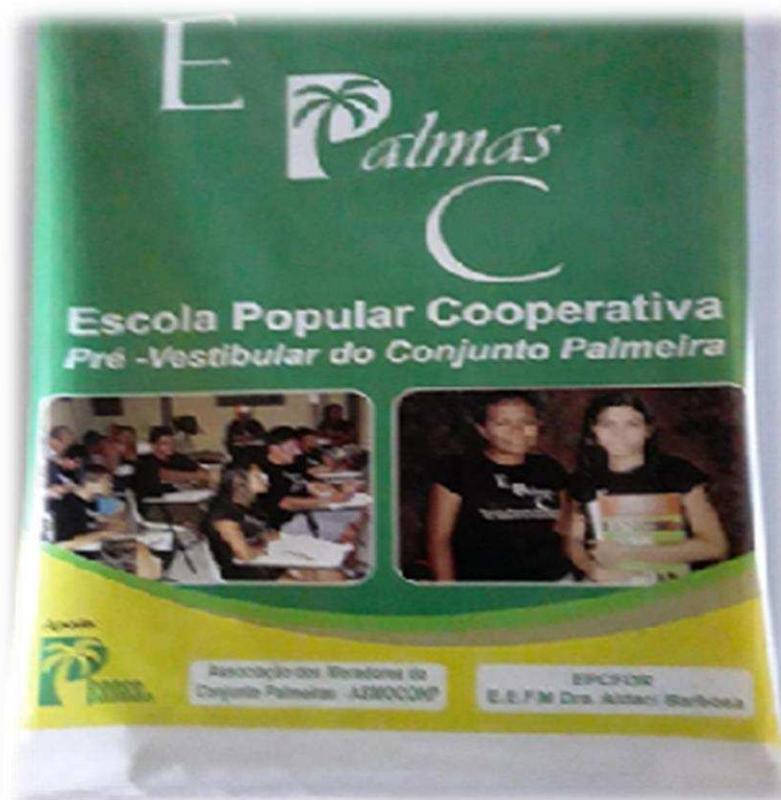
Na Escola Popular Cooperativa do Palmeiras (EPC-Palmas) não somente atuei trabalhando, mas como participante. De 2007 a 2009 me dediquei a esse projeto, porque não tinha como pagar um cursinho particular. O cursinho comunitário aconteceu por três anos, os alunos com prioridade a participar do cursinho eram negros, homossexuais, indígenas e deficientes, grupos mais excluídos na sociedade, nos bairros de periferia e nas subperiferias. O objetivo era ajudar esses jovens que tinham o desejo de ingressar na universidade, mas que não tinham como pagar um cursinho. A ideia central do cursinho era jovem ajudando jovem, quem sabia mais ensinava a quem sabia menos em determinadas matérias, e assim íamos criando células de estudo e isso ia fortalecendo uma rede de cooperação entre esses alunos. O

intuito era que se esses jovens conseguissem entrar na universidade e em regime de cooperação voltassem para fortalecer o cursinho.

O projeto inicialmente foi completamente voluntário no primeiro ano de 2007. Já em 2008 conseguimos apoio da UECE-PRAE, que nos doava as apostilas antigas e cediam professores do UECEVEST para dar aula no Conjunto Palmeiras. O aluno que passasse no vestibular tinha como obrigação retornar para dar aulas e ajudar outros jovens também a ingressar na universidade. Nesse processo tivemos muitas vitórias nesse período, cerca de 40 participantes aproximadamente conseguiram êxito e entraram na universidade, entre públicas e privadas.

Um dos meus maiores orgulhos é ver que esses jovens foram longe. Casos de muito êxito como da Professora Milene Killiane, que hoje é professora do município, mas já ensinou na UECE. Foi aluna do nosso Cursinho Silvana, que hoje é enfermeira formada, e tantos outros casos. Até mesmo os que não conseguiram entrar na universidade durante o período do curso de 2007 a 2009 são motivos de orgulho, muitos continuaram tentando e conseguiram entrar posteriormente, como foi o meu caso.

Figura 42- Caderno da Escola Popular Cooperativa



Fonte: Arquivo do Banco Palmas

O Projeto EPC- Palmas, inclusive, me rendeu um prêmio de reconhecimento aos serviços prestados à comunidade. Recebi o prêmio de 1.000,00 reais em dinheiro e uma placa de honraria. Esse prêmio foi concedido a mais nove pessoas que se doaram a serviço do Conjunto Palmeiras. Entre escolhidos está Seu Augusto Barros, Marinete Brito, Padre Chico Mouse e Iziane Silvestre, Seu Manoel, Lindalva, Sandra Magalhães, Professora Socorro Serpa, primeira professora do Conjunto Palmeiras. Esse prêmio foi uma articulação entre o Banco Palmas junto à Fundação Fenômeno, os ganhadores foram escolhidos em assembleia popular.

Figura 43- Noite de entrega do Prêmio Solidário em 2016



Fonte: Arquivo Banco Palmas.

Trabalhei para o Banco Palmas durante cinco anos, o que me trouxe muito crescimento pessoal, não era só trabalho, tinha o retorno que não se pagava. Passar cada hora do tempo no trabalho, chegar tarde, ficar sem os finais de semana, fazia todo sentido quando alguém conseguia mudar de vida, pelos projetos que o ASMOCONP/Banco Palmas promovia.

As práticas usadas nas metodologias do Banco Palmas, bem com as práticas das CEB, me ajudavam a tomar conhecimento de mim e da realidade do mundo. Paulo Freire (1996) nos diz que: “O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade de transformar”. Nesse sentido, sem consciência comunitária, sem consciência da transformação social o que nós queríamos era impossível de conseguir.

A experiência de conhecer Sandra Magalhães, assistente social que dedicou-se ao Conjunto Palmeiras e trabalhou no Banco Palmas por mais de vinte anos, me trouxe uma formação que não se tem na teoria e nem em bancos de universidades. A experiência da prática da educação não formal, das atividades militantes me fizeram o que sou hoje, e está na universidade é para mim um complemento, uma formalidade necessária nessa sociedade de papel, mas minha formação sólida é engajada na realidade do meu bairro, Conjunto Palmeiras.

Joaquim Melo, grande cientista do povo, inventor de metodologias sociais, foi o grande inventor do Banco Palmas. Marinete Brito, que conheci na infância e pude trabalhar com ela, trouxe uma grande satisfação. Socorro Cardoso, Socorro Alves me ensinaram o ofício das plantas medicinais e sabonetes artesanais. Jaqueline Dutra, Otaciana Barros, Darcília, Izimario, Iziane, Elizângela, Fran e tantos outros valentes fazem parte da minha história.

Em 2010 me desligo do Banco Palmas como funcionária, mas não como militante. Hoje trabalho formalmente como agente comunitária de saúde, mas continuo ainda participando das atividades da Associação de Moradores e do Banco Palmas, atualmente estou engajada na construção da Associação de Mulheres em Movimento (AMEM), da qual falarei mais à frente.

As minhas atribuições como agente comunitária de saúde não me distanciaram da comunidade, pois o trabalho me possibilita uma relação de proximidade com a população, criando um espaço também para trabalhar não somente as questões ligadas à educação e saúde, como também a organização da comunidade.

Em 2011.2 passei no vestibular e ingressei na Universidade Estadual do Ceará no curso de Pedagogia. Senti a maior felicidade do mundo. Já na universidade vivia um paradoxo, me sentia um “peixe fora d’água”, não me encaixava em nenhum grupo. Não me via representada. Desde quando eu entrei na universidade eu já sabia o que eu queria pesquisar e qual seria o meu lócus, eu queria pesquisar as questões raciais no Conjunto Palmeiras.

Já percebia desde quando trabalhava no Banco Palmas a pouca visibilidade dada às questões raciais no bairro, uma vez que a temática principal do Banco Palmas era a população pobre do bairro. Já naquela época, para mim, essa população tinha cor e estava também concentrada nas subperiferias do Conjunto Palmeiras.

O fato de sermos um bairro que foi constituído de pessoas que vieram da praia, que foram jogados à própria sorte às margens da cidade, no Conjunto Palmeiras, já define a que grupo e classe estamos falando. Numa sociedade estruturalmente racista, o pobre o negro tem que ser escondido, é como uma mazela social para os abastados da sociedade. Nessa perspectiva procurei buscar atividades na universidade que me aproximasse de leituras dentro desse viés racial.

Para ser aluna da Universidade Estadual do Ceará (UECE) tem que ter um espírito disposto para as lutas. Nossa educação é a pasta mais atacada em todos os governos, seja a nível estadual ou federal. No caso da UECE, não é diferente. Como aluna militante não tinha como se omitir às lutas dos professores que era a nossa própria luta. A participação no Centro Acadêmico me trouxe um rico processo de compreensão das lutas estudantis.

Durante a nossa gestão foram aprofundados vários debates em sala e nos corredores da universidade. Rodas de conversas sobre a precarização da educação, racismo e a luta feminista, sobretudo, a luta por uma educação de qualidade. Nesse percurso organizamos dois eventos muito importantes, o Encontro Estadual de Estudantes de Pedagogia (EEEP) e a Semana de Educação.

Atuar no centro acadêmico (CA) tirava de mim a visão que a militância no movimento estudantil estava associada à bebedeira, à baderna, como o senso comum conservador vem atacando. Trabalhamos para que o curso pudesse ter uma consciência política engajada com formação política. Nossas principais pautas foram pela segurança no bloco, sendo um curso majoritariamente de mulheres e ficar numa área bem afastada da entrada, sem contar a pouca iluminação dos corredores; e a contratação de professores efetivos. Enquanto CA estivemos em três greve, fomos para as ruas, fizemos piquete, e ajudamos a ecoar o grito: “Pra UECE não parar, efetivo já!”.

Figura 44- Manifestação em defesa da UECE



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Foi uma experiência de luta muito importante para o meu crescimento, e mais ainda caminhar com estudantes tão valorosos, como: Mikaele Cavalcante, Fabio Mendes, Cindy Brandão, Mateus Bonie, Marilia Guimarães, Jessica do Carmo e Marcos Falcão.

Figura 45- Gestão do Centro Acadêmico Lauro de Oliveira Lima



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Entrar na universidade aos 26 anos, após ter passado por experiências importantes no Conjunto Palmeiras me fez ter os pés na realidade. Eu como uma mulher negra não consegui me situar na universidade. Ainda não compreendia a dinâmica da universidade e demorou muito até eu me situar em um grupo de estudos e pesquisa.

De início, sob influências marxistas, que já trazia na prática social, comecei a participar de grupos de estudos ligados ao marxismo, mas sempre sentia necessidade de discutir as questões raciais. Pensar a estrutura de classes sociais, sem discutir o racismo como estrutura que sustenta o capitalismo e não compreender o que está por trás da condição do negro na sociedade não fazia sentido nenhum para mim.

Quando já estava no quinto semestre soube do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Afrobrasilidade, Gênero e Família (NUAFRO), da UECE, ligado ao Serviço Social e coordenado por Zelma Madeiras. O grupo discutia a questão racial na sociedade em suas várias dimensões sociais. O NUAFRO me trouxe grandes contribuições, pois lá pude ter contatos com autores que não conhecia ligados à sociologia. Eu ia para o núcleo de estudos como ouvinte, mas nunca consegui me engajar totalmente no grupo, pois os horários do trabalho não me permitia participar com assiduidade.

Nesse percurso conheci também a professora Lucíola Maia, que organizava o grupo de estudos sobre Florestan Fernandes, que tinha estudos sobre o negro. Sua obra mais relevante sobre a temática era a *Integração do Negro na Sociedade de Classe em São Paulo*. Particpei do grupo, que também foi muito importante pra mim, mas ainda não contemplava as questões que eu queria tratar na minha pesquisa e foi justamente nesse período que começa os estudos orientados e minha pesquisa sobre as relações raciais no Conjunto Palmeiras, ainda não tinha orientador; foi quando a professora aceitou a se desafiar no tema junto comigo. Lucíola, uma professora marxista, que nunca teria orientado trabalho nessa temática, tivemos que pesquisar ainda mais a temática e aprendemos juntas.

Soube do Núcleo de Africanidades Cearense (NACE) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e que eles estariam realizando o Evento Memórias de Baobá, logo quis participar, porque traziam as discussões sobre a educação, a lei 10.639/03 e teria a presença de vários autores que me interessavam. Foi nesse evento que conheci Samia Paula, na época mestranda da Universidade Federal do Ceará atualmente doutoranda, Já tinha ouvido falar dela, mas não a conhecia pessoalmente, a partir desse encontro o laço de amizade foi construído até hoje. Foi nesse evento também que me reaproximei da professora Rosa Barros, pois já a conhecia da UECE, mas por questões de saúde ela esteve afastada das suas atividades na universidade, quando iniciei o curso de pedagogia. Sempre que falava para

alguém sobre meu tema todos diziam que quem poderia me ajudar melhor nessa temática seria Samia Paula e a professora Rosa. Assim, de fato, se deu.

Em 2015 fui convidada pela professora Rosa Barros para participar do grupo de Estudos Ética, Diversidade Étnico-racial e Currículo. A proposta tinha como objetivo analisar a diversidade étnico-racial e o currículo, no intuito de colaborar com a formação docente e alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, considerando a perspectiva de uma formação humana. Foi ao participar desse grupo que eu me encontrei na universidade.

A participação no grupo de pesquisa foi basilar na construção do meu trabalho final do curso de pedagogia. O papel do grupo de pesquisa na formação dos seus integrantes é fundamental, pois tem alicerçado grandes avanços individuais e coletivos. Em tempos em que se tem questionado o papel da pesquisa na educação pública e na formação humana é importante estarmos fortalecidos e em grupo.

Figura 46- Grupo de Pesquisa Ética, Educação e Sociabilidade



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Nosso grupo tem se encontrado semanalmente e temos tratado de temas relevantes à sociedade, como educação antirracista, racismo, gênero, diversidade cultural, ética, moralidade e educação e temas sobre a conjuntura política atual do Brasil, que tem o

intuito de atacar a educação pública. Nosso esforço no grupo é romper com o senso comum e construir metodologias que nos aproximem cada vez da realidade dos discentes e docentes, desde a escola à universidade.

O meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trouxe as minha construções sociais, culturais e políticas e de como eu via meu bairro, um bairro da periferia de Fortaleza com uma forte mobilização social. Um bairro muito forte no campo dos movimentos sociais, um bairro que se mobilizou e construiu sua própria urbanização. No entanto sentia falta de associar essa luta à questão racial, uma vez que dados do IBGE e outras pesquisas apontam que nossa população é majoritariamente parda e negra, cerca de 27,7%.

Percebia fortemente a ancestralidade africana no bairro. Isso era perceptível nos grupos culturais de dança, religiões afrodescendentes, como a Umbanda. Portanto, um bairro que nunca se rendeu e que sempre lutou. Não esperou do poder público, sempre esteve à frente para lutar pelos seus direitos.

No meu TCC narrei a história do bairro, lutas e evidências, tudo o que poderia traduzir o Conjunto Palmeiras como um grande quilombo urbano, metaforicamente, na arte, na cultura e na educação, com a experiência do professor Eduardo Duarte Ferreira. Nessa construção ousei intitular meu trabalho como: *Palmeiras outro palmares: trajetória histórica e a aplicabilidade da lei 10.639/03*.

Figura 47- Apresentando meu TCC



Foto: Arquivo pessoal da autora.

Outra participação importante na minha trajetória de vida é o engajamento com a AMEM, que é uma organização de mulheres que se formou ainda na década de 1980, fruto também das pastorais sociais e das CEB. Ela surgiu a partir da constatação de que mulheres viviam uma dependência amorosa, econômica e de prisão domiciliar por parte dos seus companheiros. O estopim foi os vários casos de morte de mulheres no Conjunto Palmeiras por seus companheiros. O caso mais emblemático vivenciado foi a de uma das participantes da Associação de Mulheres, que foi assassinada pelo seu companheiro. E, com isso percebeu-se a importância de fortalecer ainda mais a luta das mulheres no Conjunto Palmeiras.

Então um grupo de mulheres com a ajuda do Padre Chico Mouser ajuda a formar a Associação de Mulheres em Movimento. Elizabete Vieira foi uma das fundadoras e acompanhou todo esse movimento. De 2017 a 2019 fui eleita presidente executiva desse grupo, a fim de mobilizar mulheres mais jovens, pois o índice de feminicídio tem crescido na última década. Para isso organizamos um ciclo de palestras e visitas a essas mulheres.

Figura 48-Mulheres da Associação das Mulheres em Movimento (AMEM)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Esta última atividade é um grupo de mulheres de diversas idades, que se formou a partir da reivindicação de mulheres na arte e da cultura percussiva. A ideia parte de umas

das integrantes da Cia Bate Palmas, grupo cultural musical de percussão da comunidade que tem à frente Parahya Medios. Kassia, uma das integrantes da Companhia é mulher negra, estudante. A proposta é empoderar as mulheres de forma geral, com máxima atenção às mulheres negras. Nessa atividade militante também integro o grupo e ajudo a mobilizar via AMEM.

Figura 49- Batuque de Mulher na marcha do 8 de março de 2018



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Diante da minha trajetória no bairro vejo ainda a necessidade de dar visibilidade à sua história nos aspectos das relações étnicos-raciais, com intenção de provocar uma mudança na mentalidade e de poder chamar a atenção para a problemática do racismo que gera violência nas comunidades pobres, seja pela força policial ou pelo esquecimento das áreas mais pobres onde ficam as pessoas afrodescendentes, onde praticam sua cultura e tradições, como no caso das religiões de matrizes africanas, a Umbanda e o Candomblé.

5 NOS TERREIROS DO CONJUNTO PALMEIRAS: O PATRIMÔNIO DOS AFRODESCENDENTES

Este capítulo tem o intuito de evidenciar os terreiros de Umbanda e Candomblé, como força do nosso patrimônio afrodescendente dentro da história de luta e organização do Conjunto Palmeiras. Para Tanno (2018), a construção da história e memória dos afrodescendentes como patrimônio cultural, material e imaterial é parte de luta de quatro décadas. Faz parte de um árduo processo de luta do movimento negro.

Sabemos que a memória afrodescendente lembrada no país sempre esteve associada às práticas do período do escravismo criminoso, havendo um profundo descaso com a memória ancestral, sem considerar a riqueza material, imaterial, tecnológica, urbanística, religiosa que os africanos deixaram e se mantêm até hoje no Brasil (CUNHA, JUNIOR, 2015).

A Constituição Federal, de 1988, institui o registro de bens de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. Cria-se o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dar outras providências, estabelecidas no inciso II do decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Segundo o Decreto, deve ser publicado o livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.

Diante desta regulamentação poderíamos supor que pela profundidade histórica, por ser uma herança da cultura negra e africana, teríamos todos os elementos para que as religiões de matrizes africanas pudessem ser tombadas. Mas isso em nada avançou a nível federal.

Até a escrita desse texto não há registro sobre a Umbanda e Candomblé como patrimônio imaterial, brasileiro, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

No ano de 2017 criou-se uma comissão para estudar esta possibilidade, mas houve uma reação imediata da Bancada Evangélica, tanto na câmara quanto no Senado Federal, isto denota um total desconhecimento sobre a história e memória dessa manifestação religiosa, sobre a importância da influência africana no Brasil.

Há algumas iniciativas nos estados que tombaram a Umbanda como patrimônio imaterial e histórico, como é o caso do Rio de Janeiro, em 2016. No Ceará não há nenhuma menção sobre esta possibilidade.

Considerando as religiões de matrizes africanas como patrimônio nacional, apresento os terreiros de Umbanda e Candomblé como patrimônio imaterial e material do Conjunto Palmeiras. Guardião de cultura e saberes ancestrais que foram sendo repassados de geração em geração, são povos tradicionais que precisam ser reconhecido.

No ano de 2015, na construção do meu TCC, pude conhecer Dona Francisca, Mãe de Santo experiente que veio morar no Conjunto Palmeiras desde a época de sua fundação, em meados de 1974. Em uma de suas falas ela chegou a dizer que: “[...] olha se contasse dava pra mais de 60 terreiros no Conjunto Palmeiras, tinha gira todos os dias. Mas que infelizmente foram se acabando, mas nunca deixou de ter Umbanda no Conjunto Palmeiras”.

Na época, essas palavras reforçaram ainda mais a minha suposição de que o Conjunto Palmeira era um quilombo urbano, metaforicamente, pelo processo migratório de negros e negras vindos do interior, principalmente de área que se tem quilombos, que o hoje eu o compreendo como um bairro negro de maioria afrodescendente. Neste sentido, os terreiros existentes no Conjunto Palmeiras deveriam ser evidenciados, pois são a prova viva da herança ancestral africana.

Para isso, visitei o maior número de terreiro que me foi possível, no caso oito terreiros, a fim de observar os rituais e como se organizavam as atividades. Dentro do território do Conjunto Palmeiras contei 14 terreiros, sendo que desses 13 são terreiros de Umbanda, um (1) faz a prática dos dois rituais, tanto o Candomblé, como a Umbanda. É possível que se tenha outras casas que eu não tenha chegado a conhecer e nem ter ouvido falar sobre ela.

As informações dos terreiros foram obtidas através de entrevistas semiestruturadas, deixei os Pais e Mães de Santo à vontade para contar um pouco de suas trajetórias e da sua relação na história de luta e resistência do Conjunto Palmeiras.

5.1 Aproximação com os Terreiros

A aproximação com os Terreiros de Umbanda tem um significado importante na minha vida, primeiro porque sempre ouvi o som dos tambores pelos arredores da minha casa, e segundo pela relação muito especial com Rafael Oliveira Frota, uma jovem liderança da

comunidade que foi meu aluno de catecismo na Igreja Católica quando criança. A aproximação das Casas de Umbanda e o interesse em evidenciar os terreiros se deram através do Rafael. Ao nos reencontramos depois de um longo período afastados, desde o catecismo, ele agora como uma liderança de terreiro, tambozeiro, e eu agora não mais como a tia do catecismo, mas como uma companheira militante, assim como ele na luta social do bairro Conjunto Palmeiras.

A primeira vez que ouvi falar dos povos de terreiros foi através do termo Macumba. Quando eu era criança sempre escutava o som do terreiro da Dona Antônia. O terreiro dela ficava no canal da Rua Ismael Silva. Todo mundo dizia que ela gostava de fazer mal às pessoas. Sempre que ela passava o pessoal dizia: “lá vai à macumbeira, não mexe com ela”. Quando aconteciam as atividades no terreiro dava para ouvir do quintal lá minha casa. Eu quando escutava não tinha medo, só tinha era vontade de dançar.

O tempo passou e ela foi embora da rua em que morava na Travessa Ismael Silva. Na pesquisa de campo busquei notícias dela, sobre as atividades do terreiro da Ismael Silva, só o que eu ouvi dos vizinhos antigos dela foi que ela havia ido embora, porque ganhou uma casa no Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza.

Rafael nasceu e se criou no território do Conjunto Palmeiras, as suas influências e os seus saberes espirituais foram repassados pelas suas matriarcas, sua vó e mãe. Sua avó morou no início da construção do Conjunto Palmeiras, em 1973, e foi casada com Seu Piabusú (Seu Emanuel), um homem negro vindo do Maranhão e também pescador. Vieram do interior para Fortaleza, e foi morar próximo à Lagoa do Jangurussu, depois vieram morar no Conjunto Palmeiras e aí abriu seu terreiro de umbanda na Rua Codó.

Dona Conceição, uma mulher negra de punho forte, batalhadora teve dez filhos. O primeiro morreu e um dos mais velhos Dona Conceição se obrigou a dar pelas necessidades da época. Ela deu a uma senhora que frequentava seu terreiro, que era do Maranhão. Dona Conceição se separou do Seu Emanuel e passou a viver com Fátima, sua companheira até hoje, e foi morar no bairro Bom Jardim, depois de trinta anos morando no Conjunto Palmeiras, com casa aberta.

Rafael nessa época ainda não tinha uma relação muito forte com o terreiro, não entendia a sua espiritualidade. O dom de tocar o tambor e toda a sua espiritualidade foi herdado de sua mãe que já quebrava paradigma dentro da Umbanda ao tocar o tambor no terreiro da sua avó Conceição, principalmente em um tempo em que tocar o tambor no terreiro era uma ação majoritariamente praticada pelos homens.

Quando eu era pivete eu não tinha essa relação, eu não tinha nem noção eu só sabia que era macumba por que o pessoal dizia que era da macumba, agente era tudo novo e a mãe da gente tinha que levar a gente, era muito comum elas irem para as baías, pras festas dia de domingo e ter que levar os filhos então eu ia ficava lá no pé do tambor. Ela sempre tocou tambor, tambozeira [...] o dom de tocar o tambor é muito espiritual, as pessoas se encontram e se reconhecem dentro do espaço e elas acabam por responder essa energia e vai se identificando, ela gostava muito de tocar o tambor, inclusive ela costumava dizer que ela pulsava mais forte quando escutava o tambor era uma força que chamava e a minha relação quando mais novo era essa assim né eu não tinha muito noção discernimento das coisas ainda (Rafael Oliveira, entrevista realizada em dia 10 de maio de 2019).

Na adolescência estive afastado de sua espiritualidade, tinha uma relação, mas não era muito fixa com os terreiros. Ao participar de grupos culturais que tinham como base a cultura de matriz africana senti a necessidade de voltar ao chão do terreiro, e quando retorna é que passa a se reconectar com suas origens e sua espiritualidade. Descobre-se além de Tambozeiro (Ogã) um médium, também chamado de girador. Ao descobrir-se teve que fazer uma escolha: ou trabalhar com as entidades ou se iria tocar o tambor. Escolheu tocar o tambor, porque para ele o tambor conseguiria preencher um espaço de sua vida bem específico, principalmente numa relação de resistência como o Café com Preto.

Como dito anteriormente, Rafael foi meu aluno de catecismo aos sete anos de idade, e sempre foi um menino calado, que não gostava muito de participar das atividades do catecismo. O Rafael sempre faltava muito as aulas de catecismo, ele era diferente, rejeitava a catequese, dava para perceber que ele não gostava. Em entrevista ele disse:

Na igreja eu ia só para cumprir tabela a minha mãe, ainda querendo passar pano para os bons modos de como ser visto como cidadão, porque até então ainda não era. Era forte esse esquema, as mães e as famílias preferem trazer outro estado social que não vá ser tão negativo, como levar pra igreja católica pra fazer o catecismo, porque a igreja tinha esse papel, tornar o pivete mais humano, tipo assim, se eu for de terreiro vou ser desvalorizado, as mães e as famílias tinham certeza disso, minha mãe é uma delas. Era só para não ser identificado como de terreiro. Mas eu não tinha nenhuma ligação, eu me sentia melhor na capoeira, quando ia tomar banho de lagoa do que estar no catecismo. Não vou fazer isso com meus filhos.

O que o Rafael evidencia é o quanto é cruel o racismo com os participantes das comunidades tradicionais de terreiro. Terem que se omitir para não ser encarados com indiferença. Rafael não concluiu as atividades do catecismo, desistiu. Depois de muito tempo sem saber dele, nos reencontramos nas atividades dos movimentos sociais do bairro, ele agora como uma liderança de terreiro, reconhecida pelo seu povo de matriz africana tradicional.

A reaproximação com Rafael me possibilitou conviver mais de perto com o povo de terreiro. Ele foi a ponte até os terreiros. De contrapartida tenho me empenhado a ajudar a

organizar esse evento na comunidade, denominado Café com Preto. O objetivo desse evento é aproximar os terreiros da comunidade, tirar os terreiros dos quintais e levar às ruas, como aponta Rafael:

A história de fazer o Café com Preto é justamente essa, na verdade a gente preta fica assim pensando, não sei se todo mundo já chegou a pensar assim exatamente nessa linha de raciocínio, mas a gente começa a querer se ver dentro desses movimento. E a sociedade ver a gente com desigualdades e exclusões e os privilégios. O Café com Preto foi esse afrontamento mesmo, sabe? de dizer pro meio que tá ali comunitário, de que o som da igreja, do culto, da rua, ele pode ficar até 10 horas da noite, sim, não tem problema, desde que o tambor da minha macumba ele soe também. E tenha esse mesmo propósito de dizer que é mais uma movimentação popular, ai a gente sabe que na prática não funciona assim, a legislação, o estatuto, o Estado nunca foi laico. O Café com Preto foi nessa perspectiva de como afrontar de forma estratégica e se propor a ser vitrine para que os terreiros tenham essa visibilidade e mostre na prática que as tradições de matrizes africanas elas permanecem nas favelas, inclusive porque a favelas são parte de um quilombo onde só tem negro e não é reconhecido (Rafael, entrevista em 20 de maio de 2019).

Logo, o intuito do Café com Preto é, sobretudo, valorizar a cultura de terreiro e empoderar as crianças para não sentirem vergonha de ser de terreiro, como também dar visibilidade as mães e pais de santo, trazer a gira, a festa das entidades para a rua. Com isso, quebrar o preconceito com a Umbanda, patrimônio ancestral africano do Conjunto Palmeiras. Para Rafael, realizar esta atividade está diretamente ligado a manter a viva cultura das populações afrodescendentes de terreiro. A seguir fotos do Café com Preto.

Figura 50- Roda de terreiro na rua ano 2017 realizada pelo Café com Preto



Fonte: Arquivo pessoal de Leo Silva.

Figura 51- Preparativos para o evento Café com Preto em 2017



Fonte: Arquivo pessoal de Rafael Oliveira.

Figura 52- Fly de divulgação na internet do Café com Preto

II EDIÇÃO CAFÉ COM PRETO
vem bater um catimbó aberto e ajudar a enfrentar as discriminações, racismo e a intolerância religiosa.

Vai rolar:
Cinema, Música, Rap, Roda de Catimbó, Coco, Poesia, Microfone Aberto, Capoeira, História da Memória, roda de vivência e fortalecimento da mulher negra e de terreiro.

É sábado
dia 26 de Agosto, 14h
Na rua Maguari, Nº 710
Conjunto Palmeiras II

O tambor chama!!!
Traga sua contribuição para o café e a feijoada
Organização Coletiva.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

5.2 Comunidades Tradicionais de Terreiro de Umbanda como marca da Afrodescendência no território do Conjunto Palmeiras

Quando pensamos num território de maioria afrodescendente relacionamos tudo que está dentro da cultura africana e afro-brasileira pertencentes àquele lugar, no caso o Conjunto Palmeira. “A afrodescendência é um conceito baseado na ancestralidade, portanto é histórico e ligado à dinâmica de sucessão de gerações” (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 85). Povos tradicionais é o conjunto dos povos africanos para cá translado, e as suas diversas variações e dominações originárias dos processos históricos diferenciados em cada parte do país, na relação com o meio ambiente e com os povos locais (SEPPIR, 2016).

Os povos tradicionais de matrizes africanas nos ligam a África, e isso se evidencia na manutenção das tradições das Casas de Umbanda e Candomblé existentes nos bairros negros. Os dados estatísticos apontam que nossa população é de maioria afrodescendente, temos uma população de 37 mil habitantes, sendo que 27,7 se classificam como pardos e negros (IBGE, 2010).

A maior força religiosa de matriz africana no Conjunto Palmeiras é a Umbanda. Contam-se quatorze terreiros de umbanda apenas na área que é delimitada do Conjunto Palmeiras. Os terreiros são inscritos na União Espírita Cearense de Umbanda (UECUM).

Abaixo tabelas e mapas de Terreiros que compreendem as delimitações do Conjunto Palmeiras. A linha vermelha que aparece no mapa é a delimitação do bairro. Tudo que está depois da linha vermelha faz parte do grande Jangurussu, há muito mais terreiros no Jangurussu que os que estão no quadro e no mapa, mas foram os que tive contato até o fim da pesquisa, uma vez que o foco de mapeamento era apenas o Conjunto Palmeiras.

Tabela 1 - Terreiros que estão no Jangurussu

Terreiro do Jangurussú que se apresenta no mapa.	
Pai Marcelo	Sítio São João /Umbanda
Mãe Adriana	Tamandaré/Umbanda
Pai Isaac	Maria Tomasia/Umbanda
Mãe Valéria	Santa Filomena/Candomblé

Fonte: Elaborada pela autora.

As tradições de matriz africana não se configura numa tradição homogênea, mas numa prática de vivência dos saberes da Umbanda e do Candomblé. Para entendermos melhor vamos definir cada uma dessas manifestações, o que é o Candomblé e o que é a Umbanda.

Ortiz (1947) em seus escritos diz que o Candomblé significa a conversão da memória coletiva africana que veio do outro lado do Atlântico para o solo brasileiro, é um produto afro-brasileiro resultante da memória coletiva sobre a matéria nacional brasileira que a história ofereceu aos negros escravizados. Cultua os *orixás* e cada um detém o domínio de um elemento da natureza. O médium incorpora seu orixá a partir de uma forma energética que dá o *axé* e se recolhe. O médium não fala quando incorporado, não faz consulta e nem dá orientação.

Saraceni (1998) diz que as *consultas são feitas através dos Orixás, são feitas exclusivamente pelos Babalorixá ou Ialorixá, através de Ifá e jogos de búzios*. Não sendo aceita a comunicação de espíritos (*eguns*), sendo, portanto, vetada a sua incorporação. Os iniciados no candomblé têm muitos preceitos e condutas de vida a cumprir. O sacerdote vive inteiramente para a casa.

É através da oralidade do mais velho para os mais novos que são repassados os conhecimentos e as tradições do Candomblé. A ritualização da origem do pertencimento dos povos tradicionais de matrizes africanas se dá naqueles lugares, conhecidos como “roça”, “terreiros” ou “barracões”, por meio de vivências, de práticas e construções simbólicas (SEPPPIR, 2016, p. 10).

No que se refere à Umbanda, partindo das falas de Pais e Mães de Santo entrevistados para esse trabalho, eles definiram a Umbanda como sendo uma religião tipicamente brasileira, pois se reivindica com sendo a religião que se resultou do sincretismo do Candomblé, em que suas funções não aceitavam a passagem dos *éguns*, espírito dos mortos desencarnados, e do kardecismo, pois a religião dos espíritas também não reconhecia os espíritos de pretos velhos, eles eram proibidos de descer no centro espírita de mesa branca, os espíritos eram obrigados a se retirar.

De acordo com as falas dos Pais de Santo Baiano e Pai Edilson, Prandi (2004, p. 223) diz que:

No início do século XX, enquanto os cultos africanos tradicionais eram preservados em seus nascedouros brasileiros, uma nova religião se formava no Rio de Janeiro, a umbanda, síntese dos antigos candomblés banto e de caboclo transplantados da Bahia para o Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX, com o espiritismo kardecista, chegado da França no final do século XIX [...]

“Chamada de "a religião brasileira" por excelência, a umbanda juntou o catolicismo branco, a tradição dos orixás da vertente negra, e símbolos, espíritos e rituais de referência indígena, inspirando-se, assim, nas três fontes básicas do Brasil mestiço.

Sendo uma religião nova, que tem sua base de formação nos cultos afro-brasileiro, sendo assim, presta às criaturas humanas a caridade, bem como os espíritos encarnados ou desencarnados [...] De acordo com Felix (1965), na umbanda há incorporação de várias entidades que já habitaram a terra como os Pretos Velhos Baianos. A Umbanda também é transmissão de valores e saberes que são repassados também pelos mais antigos aos mais novo, respeitando a Família de Santo, criada a partir da feitura de Santo.

O que a Umbanda tem em comum com o Candomblé é a incorporação mediúnica e o culto aos orixás, estes renovados pela Umbanda. A diferença está nas consultas que são feitas através dos espíritos, já no Candomblé as consultas são feitas pelo *Ifá*, sem incorporação (SARACENI, 2003).

Compreendido as diferenças entre uma religião e outra, entendemos a Umbanda com tradições de matrizes africanas, tendo o seu próprio modo no culto dos orixás africanos e presenças de pretos e pretas velhas africanos(as) escravizados aqui no Brasil.

Como descrito em capítulo anterior, a história do Conjunto Palmeiras inicia-se em 1973 com as remoções das famílias do Poço da Draga, Favela Verdes Mares, Morro das Placas, Lagamar, Moura Brasil, Aldeota, dentre outras. Essas famílias vieram para a região do grande Jangurussu, que no ano de 2007 torna-se bairro. Os terreiros não apresentam datas específicas de sua chegada, mas trazem em suas falas de Pais e Mães de Santo muitas histórias de resistência ao chegar no Conjunto Palmeira.

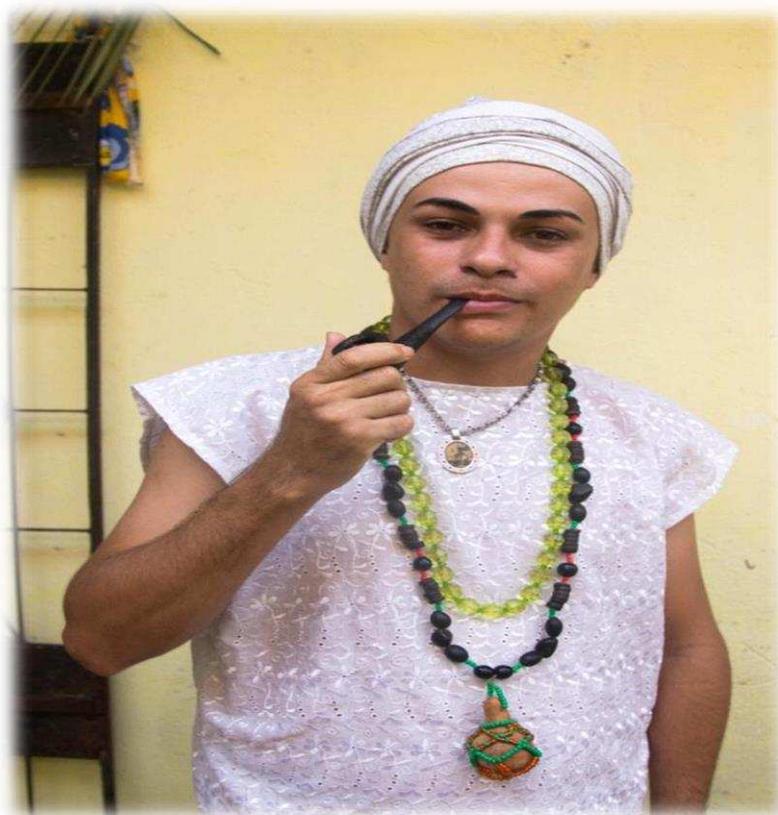
O Terreiro da Mãe Amiguinha, como era conhecida, foi um dos terreiros de Umbanda mais antigos na história do Conjunto Palmeiras, tem 45 anos de história, ela chegou ao bairro em 1973. Ela faleceu em 2008 e hoje quem dar continuidade às tradições é sua filha, Vera Ferreira, uma Mãe de Santo forte, que faz de tudo para manter as tradições da casa herdada por ela. Muitos Pais de Santos que hoje cumprem obrigações, que têm terreiros, e que são Zeladores de santo passaram por esta casa. Como no caso do Pai de Santo Berg, de 33 anos de idade e do Pai de Santo Lelê, de 27 anos. Ambos frequentaram a casa da Mãe Amiguinha quando crianças.

Figura 54- Pai Berg de fardamento amarelo



Fonte: Arquivo pessoal de Alexane Heredia.

Figura 55- Pai de Santo Lelê (Leandro)



Fonte: Arquivo pessoal de Alexane Heredia.

Mãe Vera nos diz que a Mãe Amiguinha foi muito importante para a Umbanda no Conjunto Palmeiras.

A Mãe Amiguinha foi uma guerreira aqui, quando o Palmeiras ainda não tinha nada, esse terreiro tem 45 anos de história e era preciso que alguém continuasse, muitas pessoas vinham para nosso terreiro, muitas vezes porque sabia que ela era barriga cheia e gostava de fazer caridades, as crianças adoravam ela, há também quem não gostava, mas os vizinhos sempre respeitaram, só quando veio os crentes que enfrentamos reclamações, mas foi possível nos organizar, eles na dele, a gente na nossa. Ajudamos muita gente aqui na época das construções das casas, aqui no Palmeiras era difícil até água pra beber. Superamos e hoje estamos aqui. (Mãe Vera, entrevistada em agosto de 2018).

Abaixo apresento uma fotografia do terreiro da Mãe Amiguinha, que hoje é administrado por Mãe Vera.

Figura 56- Terreiro da Mãe Amiguinha



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O Terreiro do Pai Neudo é também um dos mais antigos no bairro do Conjunto Palmeiras. Dona Esmeralda é sua mãe, chegou por volta de 1977 a 1978, vinha da comunidade Iracema, próxima à Avenida Francisco Sá. Ela contou que lá onde ela morava era terreno de ocupação, que ocupou logo depois que veio do interior de Amontada, vinha fugindo da dificuldade que passava lá. E quando chegou ao Conjunto Palmeiras encontrou mais dificuldade e que foi obrigada a vir para o Palmeiras se não perderia tudo. Se organizaram e foram construindo sua casa aos poucos e cederam uma parte da casa para o Pai Neudo exercer suas obrigações com seus guias espirituais.

Fomos tirando e indenizando e jogando para o Palmeiras, quem não quisesse ir eles retirariam a indenização que era uma mixaria, com ele fala. Na Francisco Sá era difícil, mas aqui ficou mais difícil ainda, não tinha nada apenas mato e água muito saloba, dos lagos. Até as cacimbas que o povo cavava vinha água salgada. Mais demos prioridade a construir o terreiro do meu filho Neudo, aqui em casa na, Rua Conde Sandoval (Dona Esmeralda, em 20 de agosto de 2018).

O Pai José, conhecido pelo apelido de Baixim, foi também um dos primeiros moradores e um dos primeiros a fundar terreiro no Palmeiras. Ele veio no período de 1975. Pai Tam, seu filho biológico, foi quem assumiu a casa depois que o pai morreu. Tam Senna é jovem de 27 anos. Conta lembranças de suas memórias do seu tempo de criança e das histórias que ele ouvia do seu pai. Não se lembra da fundação, porque era muito pequeno, mas lembra que seu pai contava que veio junto com sua família do interior para Morro das Placas. Eles tiveram que sair e desocupar a casa por ser área de risco. E na época o pai não tinha outra opção a não ser ir para o Palmeiras. Eles vieram com a família, o Pai Baixinho, como conta o Pai Tam, manteve-se lá por um tempo; mesmo vindo para o Palmeiras, continuou com o terreiro lá no Morro das Placas, porque era muito conhecido, mas como era longe e o transporte difícil decidiu manter só o do Conjunto Palmeiras. Seu Baixim teve outros filhos, mas apenas o Pai Tam exerceu o dom da mediunidade e hoje é quem toca a casa do seu pai, mas com outro guia espiritual. A figura abaixo, imagens do Pai Tam e imagens das entidades do Terreiro.

Figura 57- Terreiro do Pai Tam do Vira Mundo



Fonte: Arquivo pessoal de Alexane Heredia.

Em entrevista realizada em julho de 2018 Pai Tam lembra que quando era criança tinha muita dificuldade no Conjunto Palmeiras. Para o terreiro do pai vinha muita gente de todos os cantos da Palmeiras. “Olha a fartura na nossa casa era grande, após os trabalhos não sei como conseguíamos ter tanta comida para tanta gente que vinha. Meu pai era muito famoso no bairro, também porque ele exercia a quimbanda, fez magia pesada, mas ele decidiu não seguir por esse caminho”.

Figura 58- Pai Tam no terreiro



Fonte: Arquivo pessoal de Alexane Heredia.

Os Terreiros participaram das lutas e organização do bairro, iam sempre uma reunião ou outra, quando convocados. Mas praticavam sua resistência na manutenção de suas casas, em uma época de muitas necessidades no bairro, em que se morriam crianças de fome, cólera e outras doenças, e era muito forte a relação de ajuda aos seus filhos. Nessa época os terreiros tinham um significado de esperança, de cura à falta de esperança na saúde pública, a dificuldade de acesso; era nos curandeiros dos terreiros, nas rezadeiras que a população se apegava.

As falas dos Pais e Mães de Santos revelam que no Conjunto Palmeiras teve mais terreiro que se tem hoje. De acordo a Mãe Francisca e Pai Edilson, havia cerca de 50 a 60 terreiros espalhados, mas que foram sendo desativados por questões pessoais dos próprios donos da casa, por não haver continuidade por parte dos filhos da Casa de Umbanda, avanços das Igrejas neopentecostais e também por problemas com a violência urbana, que acomete as periferias, pois muitos filhos das Casas de Umbanda têm familiares que estão envolvidos com as facções e acabam por ter que ir embora quando há ameaça aos seus parentes e muitos terreiros vão junto também. Fiz um levantamento com o Pai Edilson, e verificamos os terreiros que existiam e hoje não existem mais.

Figura 59- Localização de terreiros desativados



Fonte: Elaborado por José Elimar.

A continuidade da memória e da preservação das Casas de Umbanda tem sido uma preocupação dos Pais e Mães de Santo mais velhos no Conjunto Palmeiras. Em todas as casas tradicionais de matrizes africanas, sejam elas de Candomblé ou de Umbanda, os saberes são passados de forma oral do mais velho para os mais novos.

Tanto Pai Edilson quando Mãe Neila levantaram essas questões e tem trabalhado muito isso com seus filhos, a importância de respeitar os saberes dos mais velhos. Mãe Neila disse que: “É importante nos abirmos para a modernidade, mas alguns preceitos permanecem e não devem ser modificados. Os mais novos sempre vão precisar dos mais velhos, seja no tempo histórico ou no tempo das entidades da Umbanda, que tem seu próprio tempo”.

Nesse sentido, a tradição é um aspecto vivo da cultura que não se prende de forma fixa ao passado nem vive do “apego ao passado”, mas o reinventar sem perder raízes, origens e sem perder a perspectiva do movimento da história na Construção de presente do futuro. Apud, Sodré (1988), a origem das tradições de Matriz Africana não tem início cronológico, mas, sim, o eterno pulso inaugural da força de continuidade do grupo (CARTILHA; SEPPPIR, 2016, p. 10).

A seguir uma fotografia da Mãe Neila no Terreiro.

Figura 60- Mãe Neila no terreiro



Fonte: Arquivo de Alexane Heredia.

Figura 61- Pai Edilson



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A Umbanda predomina no Conjunto Palmeiras. Existe apenas um terreiro que exerce as duas funções de Candomblé e de Umbanda, o terreiro do Pai Santo Hélio, que mora no Planalto Palmeiras. Pai Hélio, ou como é conhecido pelos os Filhos de Santo e frequentadores de terreiros, Pai Baiano, veio para o Conjunto Palmeiras no ano de 1994 antes morava no Bairro da Serrinha. Foi para lá para não ficar longe da família com a morte do seu pai.

Sua casa é muito frequentada, desde a adolescência exerce as funções nos Terreiros. Apesar de ser iniciado nas duas funções, a Umbanda é a que predomina na sua casa, apesar de ter assentamentos do Candomblé na entrada da sua casa. Mas sua casa, segundo o próprio Pai, não pode ser chamado de Barracão de Candomblé, porque não exerce todas as funções. Mas atende as pessoas com consulta aos búzios, prática de iniciados no Candomblé. Pai Hélio em entrevista nos fala da importância de manter viva a memória dos terreiros.

Manter viva a cultura, memória dos terreiros e manter viva nossa ligação com os irmão africanos. Eles Conseguiram se manter de pé, diante de toda a opressão pela força da caridade, assim foram os quilombos seu fortalecimentos com os orixás a cada briga travada com os senhores na época da escravidão, assim são os terreiros, um pedacinho dessa luta que se mantém até hoje, que as tradições segue pela caridade e a fé nos pretos velhos, orixás, caboclo, que lutaram até o fim pela liberdade (Pai Hélio, em Julho de 2018).

Figura 62- Pai Hélio



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A preocupação dos Pais e Mães de Santo sobre a continuidade dos terreiros é relevante quando paramos para observar a tentativa de criminalização das práticas dos terreiros, seja de Umbanda ou Candomblé. E quando vemos o racismo revestido de intolerância entendo que a intolerância nesse país não se configura crime, mas o racismo sim, mesmo que em muitos casos o racismo não seja criminalizado, sob o pretexto da liberdade individual de expressão, mas sabemos que quando essa liberdade fere a dignidade humana do outro deixa de ser opinião e passa ser discriminação. As leis nesse país em que o crime de racismo é perfeito tudo não passa de bobagens de criança, adultos e instituições. Tudo é estruturalmente planejado.

A lei 7.716/89 veio penalizar apenas os crimes decorrentes de raça ou cor, todavia, o artigo 1º foi revogado pela lei 9.459/97 que passou a ter nova redação, qual seja: Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (BRASIL, 1989, Lei n. 7.716, 5 de janeiro de 1989).

Nesse sentido, o termo intolerância não faz parte dessa redação, portanto, não há crime, esta redação, inclusive, dificulta as denúncias, porque a intolerância facilmente nesse país será deturpada como sendo uma mera crítica ou opinião e cai no direito de liberdade de expressão. E, assim o ato racista é deixado passar, e os racistas criminosos, os intolerantes, não cometeram crime nenhum.

Observamos o que tem sido feito a nível nacional com as casas de terreiros, roças e barracões, que são invadidos e destruídos pelos os que não toleram a religião. Acaba levando anos na justiça, porque nessas invasões os criminosos não mostram a cara, são sempre bem tramadas e se não tem o culpado não tem crime.

Ao longo dos séculos o racismo antinegro nesse país tem relegado aos negros os piores lugares na sociedade e tudo que está ligado ao seu povo é criminalizado, mas recente a prática do culto religioso com matança de animais, que não teve êxito no Supremo Tribunal Federal.

Mas o que acontece nas comunidades é legitimado até pelo Estado, é um verdadeiro crime; as igrejas evangélicas neopentecostais e até mesmo o catolicismo ao disseminam o ódio às práticas umbandistas e candomblecista. A satanização dessas práticas tem levado o fim de várias casas de santo.

Nesse sentido, a preocupação com a manutenção das tradições se faz urgente nos terreiros, uma vez que existe um grupo doutrinador disposto a eliminar a religião de todos os espaços, porque o mal deve ser combatido.

Rafael Oliveira em entrevista disse a seguinte questão:

Os terreiros ainda continuam ainda sendo construídos nos quintais das casas, ainda como eram feitos na época em que os negros foram escravizados e depois de libertos proibidos pelo o Estado de exercer sua fé. Os terreiros continuam sendo escondidos temos que quebrar com essa lógica devemos mostra a riqueza que tem um terreiro de Umbanda. Devemos trazer pra frente das casas. Nesse sentido, o terreiro é vida, o tambor faz pulsar, como vamos acabar com essa discriminação escondendo? (Rafael Oliveira, entrevista de março de 2019).

O que Rafael evidencia é muito relevante, mesmo sabendo que uma mudança na estrutura dos terreiros seria um choque para os mais velhos, mas faz-nos pensar que não é preciso mais esconder a religião, temos que ter orgulho, pois estes também contribuíram e têm contribuído para o desenvolvimento do bairro.

5.2.1 A morte física de um terreiro: falecimento da Mãe de Santo Dona Francisca

No dia 30 de Abril de 2019 soube da notícia que a Mãe Francisca havia morrido. Senti um aperto no meu coração, sabia que naquele espaço, na sua casa não se ouviria mais o som do tambor. Dona Francisca partiu sem conseguir passar seu terreiro para dar continuidade à sua casa. Havia feito da filha sua sucessora, mas a mesma se negava a exercer sua função, diz ter aceitado Jesus e não queria exercer nenhuma obrigação com o terreiro.

Dona Francisca tinha outros filhos e filhas, quase todos evangélicos. Eles não aceitavam a missão da mãe de ser Zeladora de Santo e ter um terreiro na sua casa. Mas sempre respeitou até quando a Mãe Francisca pode responder. Dias antes de Dona Francisca morrer, sua Filha de Santo Rute foi visitá-la em sua casa e ouviu das filhas biológicas de Dona Francisca: "*Você não venha com esse negócio de macumba, mais aqui não! Minha mãe tá doente e agora sou eu quem vai determinar as coisas aqui em casa. E o terreiro não vai mais funcionar*". Dona Francisca, fragilizada, já nos últimos dias da sua ainda teve força pra dizer: "*Eu inda não morri, ainda estou aqui, deixe minha filha!*". Uma lágrima caiu de seu rosto. Rute ficou arrasada.

Agora ela estava sobre os cuidados daqueles que eram contra toda a sua fé. Dona Francisca que teve a vida doada ao terreiro e às entidades não podia fazer sua passagem, conforme as tradições da Umbanda. A "intolerância" por parte das filhas evangélicas e sua saúde cada vez mais frágil impedia de tomar alguma atitude. O câncer de fígado havia tirado suas forças terrenas.

No dia do seu falecimento, quando cheguei à sua casa com minha amiga Patrícia, estava sentada na mesa sua Cambone¹⁰, junto com mais dois frequentadores do terreiro, o caixão na sala e no quintal, o terreiro fechado, foi impossível conter as lágrimas, pois sabia que não era daquela forma que ela queria que fosse seu velório.

A filha biológica mais velha, evangélica, sempre de olho na cozinha, atenta ao menor sinal dos Filhos de Santo dela, para que não se falassem sequer a palavra macumba, já estava armada para repreender. Foi quando Patrícia não se conteve e perguntou: "*Porque o terreiro está fechado? Vamos abrir gente! Tá errado! o terreiro tem que ser aberto, ela tá partindo, ela não ia querer que fosse assim*". Logo a filha dela diz: "*Parem já com esse negócio de macumba aqui, minha mãe virou evangélica, se entregou a Jesus antes de morrer. E vocês tem um dia para tirar todos essas imagens do diabo, senão eu vou quebrar tudo*".

¹⁰ O Cambone é um auxiliar das entidades, dos médiuns e dos dirigentes do Terreiro.

Foi quando uma das frequentadores disse: "*Mas senhora, nós não podemos tirar as imagens assim, elas têm que passar por um ritual de passagem, porque a ciência da sua mãe está sobre ela, se fizer de qualquer jeito nós vamos pagar o preço*". Ela Responde: "*Pois, se vocês não tirarem, no outro dia estará na rua tudo quebrado e não tenho medo de castigo nenhum, ninguém pode mais que Deus*".

A Cambone chorava, pois não sabia como ia fazer para tirar tantas imagens do terreiro em tão pouco tempo. Ela não conseguiria. Foi muito triste ver aquela cena. O que a filha da Dona Francisca fez é um crime. Mas não podíamos aplicar a lei, pois ela era a filha da Dona Francisca. Naquele momento ela levava ao fim um patrimônio que foi construído pela sua mãe, que era também um patrimônio do Conjunto Palmeiras. Dona Francisca tinha 43 anos. Como íamos se desfazer de tamanha riqueza em tão pouco tempo?

No dia do velório o terreiro foi aberto. Seu neto, tambozeiro disse: "*Minha vó não ia querer esse terreiro fechado*". Seguiu-se o velório, os pais que foram visitar ficaram de longe vendo partir no carro da funerária para o cemitério.

Figura 63-Terreiro da Mãe Francisca no dia do Velório¹¹



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

¹¹Na foto a Camboni, conhecida como Gordinha e Patrícia Freire, amiga da Dona Fransquinha.

Figura 64-Altar das imagens do Terreiro da Mãe Francisca



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

5.2.2 Transmissão de saber nos terreiros: os erês

As crianças, os erês, representam a continuidade histórica dos terreiros. Elas são a esperança de continuidade. O aprendizado, na vivência com seus pais, seja biológico ou pais de terreiros, possibilita a essas crianças o contato com uma cultura não comum no cotidiano escolar que, se não bem construídos, podem ser nocivos ao desenvolvimento das crianças no ambiente escolar e na comunidade. Por isso, um Pai de Santo deve exercer a função de *griot*¹² africano pra o fortalecimento da identidade dessas crianças como sendo de terreiro.

Entre os vários papéis desenvolvidos pelos *griots* na sociedade tradicional africana, um dos mais relevantes é o de porta-voz dos conhecimentos ancestrais que têm a importante função de manter o equilíbrio entre o indivíduo e seu grupo social. Através dos contos, ditados. [...] Respeito pela transmissão HampâtéBâ denomina, respeito pela cadeia, Essa busca constante só é possível graças a memória exercitada pela a oralidade (BERNAT, 1960, p. 145).

¹² É o indivíduo da cultura da África Ocidental, que tem por vocação transmitir as histórias, conhecimentos, canções e mitos de seu povo.

Pai Jorge, Pai de Santo, que mora há 16 anos no Palmeiras veio da Aldeota, tem quinze anos de casa feita. Nasceu dentro da Umbanda, foi se desenvolvendo e até hoje continua. Aprendeu com seus pais o dom da Umbanda e sempre teve orgulho de ser de terreiro. Segundo ele,

Eu tento passar isso para os meus filhos. Procuo dizer que a Umbanda está aqui para praticar o bem, levantar a pessoa. As crianças não são afastadas desse processo. Assim como eu, que tive meus pais pra me ensinar primeiro a respeitar e depois a gostar da Umbanda, faço isso com meus filhos sempre tiveram suas escolhas nunca forcei a nada. Mas procuro mostrar a Umbanda como ela é. O bom é que eles gostam! A minha filha, a Ivina, já teve problemas na escola, porque os filhos do vizinhos que são evangélico excluíaam minha filha porque ela era umbandista, ela passou uma semana sem querer ir pra escola, eu tive que ir lá intervir. E depois conversar com ela. Conversei com a professora também e disse que isso não podia acontecer, que era necessário a escola fazer alguma coisa, explicar para essas outras crianças que minha filha é igual a elas, que ela deve ser respeitada, por ser filha de terreiro e de Pai de Santo. Eu nunca soube de nenhuma atividade sobre o tema. Assim como eu aprendi vendo meus pais, também vou passando pra eles, aqui falo de cada passo da Umbanda, conto as história dos Pretos Velhos. Eles são estimulados a não se envergonharem de estarem na Umbanda. Tem dado certo. Tenho um filho tambozeiro, a Ivina por enquanto tem gostado de participar e os outros pequenos também (Pai Jorge, entrevista de janeiro de 2019).

Na tradição oral temos uma memória viva e atuante na difusão da história para as futuras gerações (OLIVEIRA; CUNHA JUNIOR, 2016). Nesse sentido, a oralidade, o exemplo, vai transmitindo para as crianças sinais de sua própria resistência para enfrentar o racismo na escola. “As formas de discriminação não têm seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali” (DCN/2004, Para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, p. 14).

Figura 65- Erês do Terreiro



Fonte: Arquivo pessoal de Alexane Heredia.

Figura 66- Pai Jorge em atividade no terreiro



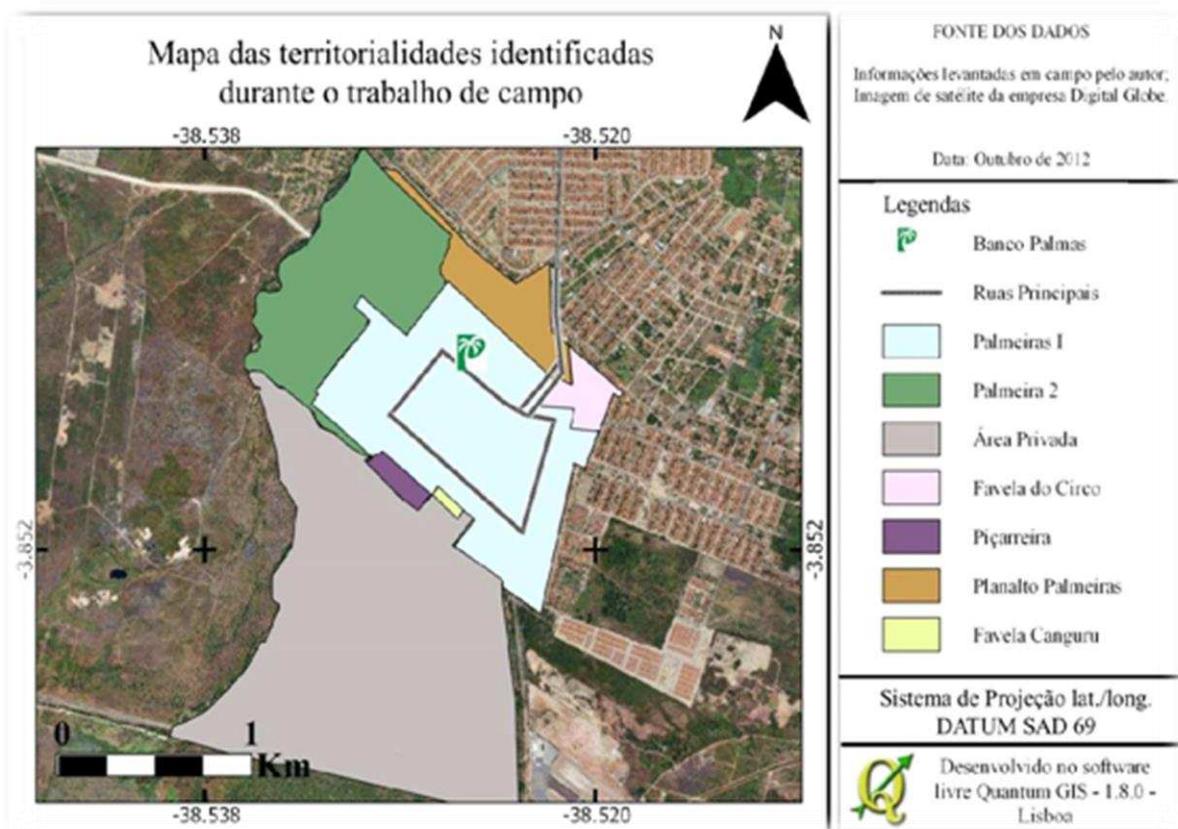
Fonte: Arquivo pessoal de Alexane Heredia.

5.2.3 Resistência dos Terreiros de Umbanda

O Terreiro de Umbanda tem praticado atos de resistência quando decidem continuar mantendo suas tradições, na contramão dos processos violentos de falta de estrutura urbana, acesso a serviços essenciais como: segurança, lazer e saúde. O Conjunto Palmeiras é considerado um bairro urbanizado em totalidade, mas na prática isto não procede.

O bairro é subdividido por territórios como Piçarreira, Favela do Circo, Palmeiras I, Palmeiras II, Favela do Circo, Favelinha da Piçarreira, Planalto Palmeiras, como podemos ver no mapa abaixo:

Figura 67- Mapa das subdivisões de território no Conjunto Palmeiras



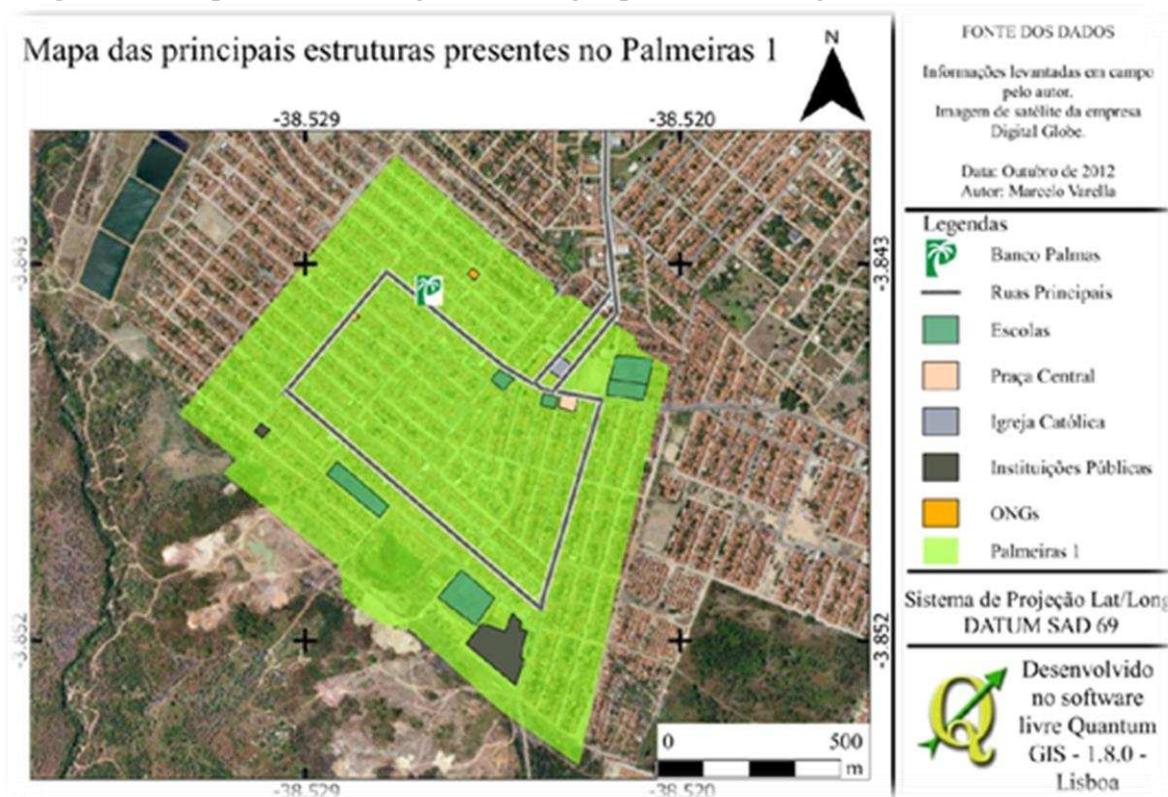
Fonte: Varella (2013).

Os Terreiros se concentram uma boa parte mais próximo do Palmeiras II outra parte na Piçarreira, Favela do Circo e Planalto Palmeiras; esses territórios que têm mais dificuldades de acessar bens e serviços públicos ofertados à comunidade. Podemos falar que existe uma periferia dentro de outra periferia.

Podemos perceber no mapa seguinte um abismo territorial no que diz respeito a acesso aos serviços públicos. As barreiras sociais que estão presentes nesses espaços são as mais diversas possíveis, quer seja por uma grande concentração de pobreza ou pela falta de acesso de informações, sobretudo, trabalho. “A pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social” (SANTOS, 2009, p. 18).

Os serviços públicos estão concentrados na região com melhor infraestrutura do bairro, onde a condição de vida é bem melhor.

Figura 68- Mapa da concentração do serviços público no Conjunto Palmeiras



Fonte: Varela (2013).

Há um abismo social de um território para outro. Mesmo que haja políticas públicas no bairro, ainda assim há dificuldades de acesso determinados grupos. Não são proibidos de acessar, mas existem barreiras sociais fortíssimas que impedem de acessar o posto de saúde, espaços de lazer e outros.

Algumas dessas barreiras são sociais, como a violência, dificuldades de transitar de um território para o outro, falta de informação, não compreensão da importância daquele acesso. Digo isto para dizer que os Terreiros se concentram em boa parte desse território.

Perguntamos aos entrevistados sobre que política pública têm acesso, dos 14 observados 12 tem acesso a saneamento básico. Perguntados sobre ter acesso à transporte, escolas e locais de lazer, todos responderam que sim. Perguntados sobre ter acesso a políticas sociais, como o Bolsa Família, oito disseram que sim, que recebem bolsa família.

Os Terreiros mais próximo do Palmeiras II não têm acesso à saneamento básico, e convivem próximos a valas abertas, do canal de drenagem que não foi completo e parou quando chegou no Palmeiras II. É como se existisse dois Conjuntos Palmeiras. Abaixo uma foto de um desses lugares, próximo ao Terreiro do Pai Jorge e a Casa Café com Preto.

Figura 69- Final da Rua Maguari onde está localizado o Terreiro do Pai Jorge e a Casa Café com Preto



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Diante disso, posso afirmar que o quanto mais afastado da Avenida Valparaíso, avenida principal, mais problemas sociais existem. De forma visual, a população negra se concentra na parte mais precária do bairro. E os Terreiros também se concentram mais próximos de lugares com mais carência de infraestrutura urbana. Logo, a resistência da Umbanda consiste em se fortalecer no princípio de comunitarismo, para que não morra um Terreiro por falta de condições de se manter.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência relatada nesta pesquisa, alguns pontos merecem ser destacados: i) os deslocamentos das populações e ocupação no Conjunto Palmeiras; ii) *Apartheid*¹³ dentro do Conjunto Palmeiras; iii) identidade e distribuição dos serviços; iv) não valorização das religiões de matriz africana.

Sobre o primeiro ponto que trata dos deslocamentos da cidade quero destacar o pensamento de Beatriz Nascimento (1970), que defendeu em sua tese que as periferias da cidade são verdadeiros agrupamentos de negros, que vieram de regiões de quilombos. A falta de terra levou os negros a descerem o morro, as encostas e irem se deslocando cada vez mais. Sobre a luta e resistência do povo negro, Abdias Nascimento (1980) conclui como sendo o quilombismo, e sobre isso entendo que a ideia de quilombo ultrapassa a noção de território e passa a ser uma força de luta e resistência de negros e negras em qualquer lugar desse mundo.

Esses agrupamentos de negros temos hoje definidos como Bairro de Maioria Afrodescendente ou Bairros Negros, segundo Cunha Junior (2007). Mas temos uma problemática a resolver: a falta de identidade racial da população. Mesmo que em dados, temos isso bem definido, que nas periferias de Fortaleza somos a maioria negra, a falta de compreensão dos poder público da população e dos movimentos sociais em si acaba por não modificar a vida da população negra.

Essa falta de compreensão nas lutas sobre nosso perecimento negro faz com que não avancemos na melhoria das populações negras, uma vez que nem todos têm acesso às políticas públicas e esse grupo que menos acessa são as populações negras. Assim, temos a periferia da periferia no mesmo lugar. Isso fica explícito na pesquisa quando nos espaços onde está alocada a maioria das populações de matriz africana ainda não tem saneamento básico. Quanto mais retinta a cor mais dificuldades de acessar as políticas públicas. As conquistas por essas políticas são resultados de muitas mãos no Conjunto Palmeiras, principalmente das populações negras no movimento negro.

Precisamos avançar muito em termo de fortalecimento do pertencimento étnico no Conjunto Palmeiras. O movimento precisa dizer que somos um bairro de maioria afrodescendente, e pensar lutas voltadas e direcionadas nos lugares que menos se acesse as

¹³ É uma palavra do idioma africânder que significa separação. Foi o nome dado ao sistema político que esteve em vigor na África do Sul e que exigia a segregação racial. Foi um sistema de segregação da população negra, que vigorou entre 1948 e 1994, comandado pela minoria branca na África do Sul. Fonte: Brasile scola.oul.com.br. Acesso em: 10 dezembro de 2019.

políticas sociais. Isso fica notório aonde estão concentrado os bens e serviços públicos completamente afastados do Palmeiras II, Piçarreira e Planalto Palmeiras, onde estas populações são mais retintas.

Sobre as religiões de matrizes africanas, em especial, a Umbanda, percebemos ainda que há muito preconceito. O bairro não sabe que temos cerca de 14 terreiros de Umbanda, que estão organizados na história do nosso bairro há muito tempo, são verdadeiras nações africanas no Conjunto Palmeiras que precisam ser reveladas. As crianças são as que mais pagam pelo peso de não falarmos sobre as religiosidades africanas, quando na escola são tratadas com discriminação. A preocupação é constante, pois nelas está a continuidade dos Terreiros. E como os Terreiros estão nos territórios com maior índice de violência isso é preocupante, uma vez que o tráfico recruta muito cedo essas crianças. Por isso, a identidade deve ser fortalecida e principalmente a luta por investimento público.

Os Terreiros têm uma força muito grande, pois praticam o quilombismo a todo o momento, principalmente para resistir dentro da comunidade com tantas violações de direito, inclusive, de viver sua religião sem nenhum receio.

Foram muitas demandas escutas na construção desse trabalho, uma delas vem dos próprios Terreiros, como a construção de um Museu da Memória da Umbanda no Conjunto Palmeiras; a consolidação do Café com Preto, como atividade cultural, e como prática permanente que dá visibilidade às populações afrodescendente.

Outra questão a ser discutida, principalmente com o movimento social organizado do bairro, é ter nas suas práticas de discurso a compreensão que somos um bairro de maioria afrodescendente. Esta simples constatação nos dá conta porque temos tão poucos investimentos. O racismo estrutura toda a nossa sociedade e precisamos estar juntos para reverter esse sistema opressor que exclui negros e negras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BRASIL. Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africana (Cartilha). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais, 2016.
- CARVALHO, R. **Quilombo urbano de Manaus comemora do dia da Consciência negra.** Amazonas Atual, 2016. Disponível em: <<http://amazonasatual.com.br/quilombo-urbano-em-manaus-celebra-o-dia-da-consciencia-negra/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- CASTRO, J. L. de. **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade da Fortaleza.** Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1997.
- CORRÊA, M. L. **Quilombo Pedra do Sal.** Belo Horizonte: FAFICH, 2016.
- COSTA. M. C. L. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, 2014.
- COSTA, V. G. da. Nação Xambá: memória, configuração familiar e territorialização de espaços. **Caminhos** (UCG), v. 5, p. 53-80, 2007.
- CUNHA JUNIOR. H. A. Territórios de Maioria Afrodescendente: segregação urbana, cultura e produção da pobreza da população negra nas cidades brasileiras. **Revista Desenvolvimento Social**, abr. 2011. Disponível em: <http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/32>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- _____. Educação, cidade e afrodescendência: as formas territoriais e políticas do racismo no Brasil. *In*: PIZZI, L. C. V.; FUMES, N. L. F. (Org.). **Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude.** Maceió: Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007.
- _____. Nós, afro-descendentes: História africana e afrodescendente na cultura brasileira. *In*: SECAD-Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-MEC. (Org.). **História da Educação do negro e outras histórias.** Brasília: Edições MEC/BID/UNESCO, 2005, v. 1, p. 249-273.
- CUNHA, V. L. Vozes que ecoam! Acervo do Arquivo do jornal Quilombo (1940-1930). **IV Encontro Nacional do Estado de Imagem**, Londrina, março de 2013.
- DANTAS, B. G. **A taieira de Sergipe:** pesquisa exaustiva sobre uma dança tradicional do nordeste. Petrópolis: Vozes, 1972.
- DOMINGUES, P. Quilombo (1948-1950): uma polifonia de vozes negras. **Ciência e Letras** (FAPA Impresso), v. 44, p.261-289, 2008.
- DUARTE JUNIOR, R. **Breve História da arquitetura cearense.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2008.

FARIAS, A. de. **História do Ceará: dos índios à geração cambéba**. Fortaleza: Tropical, 1997.

FELIX, C. E. **A Cartilha da Umbanda**. 12. ed. Rio de Janeiro: Eco, 1965.

HICKMANN, C. Quilombos urbanos comemoram 10 anos. **Jornal do Comércio**, em 04 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

JESUS, C. M. de. (1960). **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

MAIA, P. M. C. Ladeira Sacopã, 250: um parque, um quilombo, um conflito socioambiental na Lagoa Rodrigo de Freitas. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, n. 1, setembro de 2011. Disponível em: <www.uff.br/revistavitas>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

NASCIMENTO, A. O quilombismo. *In: Cartas, falas, reflexão, memória, informes. Brasília Gabinete do Senador Darci Ribeiro*. 1991.

OLIVEIRA, A. F. B. de. *et al.* **Educação e Africanidades: proposta para a formação de professores sobre a lei 10.639/03**.

OLIVEIRA, R. N. N. O processo de Modernização de Fortaleza. Semana de historiadores da FECLESC. **Anais...**2013.

ORTIZ, R. **A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PINHEIRO, C. H. L. Desenvolvimento urbano e segregação sócio-espacial: um estudo da Avenida Leste Oeste em Fortaleza Ceará. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais...**Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Carlos_henrique237.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial /Instituto Kuanza, 2007. v. 1. Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

REGINALDO, L. **Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas, identidades africanas na Bahia seiscentista**. 2005. 251 f. Tese (Doutorado em História) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. 2005.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

ROSA, H. L.; MONTEIRO, J.; OLIVEIRA, M. C. **Cartilha da nação Xambá**. Olinda, 2005.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOBRINHO, J. H. F. **Catarina, minha nêga, tão querendo te vendê**: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

SOUSA JUNIOR, Jose Pereira de. Legados culturais dos afrodescendentes no Brasil: festas, danças e religião. XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. **Anais...**Campina Grande, 25 a 29 de agosto de 2014. p. 892-901.

SOUZA, M. M. e. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil – século XVII e XIX.. *In*: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Org.). **Festa**: Cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial. Vol I, 1999. p. 249-260.

SOUZA, R. N. A produção política-religiosa do militante católico progressista. **Revista de Sociologia e Política**, n. 3, 1994.

VARELLA, M. C. **Da solidariedade à economia solidária**: um estudo sobre os processos socioespaciais ocorridos no Conjunto Palmeiras (Fortaleza - CE). 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <
http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/872/marcelo_cunha_varella.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.